INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Campus JAGUARI

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

LICENCIATURA EM

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Campus Jaguari

Aprovada a Criação e o Projeto Pedagógico do Curso pela Resolução nº 48, do Conselho Superior, de 20 de junho de 2013.

Aprovado Ajuste Curricular pela Resolução Ad Referendum nº 007 de 26 de novembro de 2013 (Homologada pela Resolução nº 003, do Conselho Superior, de 25 de fevereiro de 2014).

Aprovada a alteração no número de vagas pela Resolução Ad Referendum nº 15 de 02 dezembro de 2016 (Homologada pela Resolução nº 78/2016 de 14 de dezembro de 2016).

Nídia Heringer
Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Renato Xavier Coutinho
Pró-Reitor de Ensino

Angela Maria Andrade Marinho
Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Carlos Rodrigo Lehn
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Mirian Rosani Crivelaro Kovhautt
Pró-Reitora de Administração

Ricardo Antônio Rodrigues
Diretor Geral do Campus

Marielle Medeiros de Souza
Diretora de Ensino Campus

Maria Rute Depoi da Silva Bonotto
Coord. Geral de Ensino do Campus

Bruna Vielmo Camargo Pinto
Coordenadora do Curso – LEDOC Ciências da Natureza

Lucas Girio
Coordenadora do Curso – LEDOC Ciências Agrárias

Equipe de elaboração e Colaboração Técnica
Núcleo Docente Estruturante
Núcleo Pedagógico do *Campus* Jaguari
Assessoria Pedagógica da PROEN

SUMÁRIO

1. DETALHAMENTO DO CURSO 4
2. CONTEXTO EDUCACIONAL 5
2.1. Histórico da Instituição 5
2.2. Justificativa de oferta do curso 6
2.3. Objetivos do Curso 11
2.3.1. Objetivo Geral 11
2.3.2. Objetivos Específicos 11
2.4. Requisitos e formas de acesso 12
2.4.1. Critérios de Seleção 13
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 14
3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão 14
3.2. Políticas de Apoio ao discente 15
3.2.1. Assistência Estudantil 15
3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) 16
3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social 17
3.2.4. Atividades de Nivelamento 18
3.2.5. Mobilidade Acadêmica 18
3.2.6. Educação Inclusiva 19
3.2.6.1. Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) 20
3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) 21
3.2.7. Programa Permanência e Êxito 22
3.2.8. Acompanhamento de Egressos 23
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 23
4.1. Perfil do Egresso 23
4.1.1. Áreas de atuação do Egresso 24
4.2. Metodologia 25
4.3. Organização Curricular 28
4.4. Matriz Curricular 35
4.4.1. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase nas Ciências Agrárias 35
4.4.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase nas

Ciências da Natureza 37
4.4.3. Pré-Requisitos 39
4.4.3.1. Pré-Requisitos Específicos da Habilitação em Ciências Agrárias 40
4.4.3.2. Pré-Requisitos Específicos da Habilitação em Ciências da Natureza 40
4.5. Representação gráfica do perfil de formação - Habilitação em Ciências Agrárias 42
4.6. Representação gráfica do perfil de formação - Habilitação em Ciências da Natureza 43
4.7. Prática Profissional 44
4.7.1. Prática enquanto Componente Curricular – PeCC 44
4.7.2. Estágio Curricular Supervisionado 44
4.8. Atividades Acadêmico-científico-culturais 46
4.9. Avaliação 48
4.9.1. Avaliação da Aprendizagem 48
4.9.2. Autoavaliação Institucional 48
4.9.3. Avaliação do Curso 49
4.10. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores 49
4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores 50
4.12. Expedição de Diploma 50
4.13. Ementário 52
4.13.1. Componentes Curriculares – Núcleo Comum (equivalente em ambas as habilitações) 52
4.13.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico 55
4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico (equivalente em ambas as habilitações) 55
4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico (habilitação em Ciências Agrárias) 61
4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico (habilitação em Ciências da Natureza) 62
4.13.1. Componentes Curriculares – Núcleo Específico 63
4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Específico (habilitação em Ciências Agrárias) 63
4.13.1. Estágio Curricular Supervisionado 81
4.13.1.1. Estágio Curricular Supervisionado (habilitação em Ciências Agrárias) 81
4.13.1.1. Estágio Curricular Supervisionado (habilitação em Ciências da Natureza) 82
5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 84

5.1.1. Corpo Docente - atuação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias 84
5.1.1. Corpo Docente - atuação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza 85
5.1.2. Atribuições do Coordenador 86
5.1.3. Colegiado do Curso 87
5.1.4. Núcleo Docente Estruturante (NDE) 87
5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação 89
5.3. Políticas de capacitação Docente e Técnico Administrativo em Educação 90
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS 91
6.1. Biblioteca 91
6.2. Áreas de ensino específicas 91
6.3. Áreas de esporte e convivência 92
6.4. Área de atendimento ao discente 92
6.1. Áreas de apoio 92
7. REFERÊNCIAS 94
8. ANEXOS 96
8.1. Edital de Seleção N° 02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de Agosto de 2012. 97
8.2. Resolução Conselho Superior N. 48/2013 110
8.3. Resolução Ad referendum N. 07/2013 113
8.4. Resolução Conselho Superior N. 03/2014 115
8.5. Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos cursos superiores de licenciatura em educação do campo: ciências da natureza e licenciatura em educação do campo: ciências agrárias 125
8.6. Edital de Seleção N° 02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC DE 31 DE Agosto de 2012. 148
8.7. Resolução Conselho Superior N. 48/2013 161
8.8. Resolução *Ad Referendum* N. 07/2013 164
8.9. Resolução Conselho Superior N. 03/2014 166
8.10. Regulamento de Estágio curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciência da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias 178

1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo

Grau: Licenciatura

Modalidade: Presencial/ Pedagogia da Alternância, com Tempo-Escola e Tempo-Comunidade

Área de conhecimento (conforme tabela da CAPES): Ciências Exatas e da Terra

Ato de Criação do curso: Aprovada a Criação e o Projeto Pedagógico do Curso pela Resolução nº 48, do Conselho Superior, de 20 de junho de 2013.

Quantidade de Vagas: 40 vagas por habilitação

Turno de oferta: As aulas do Tempo-Escola acontecerão em Semanas concentradas no início de cada semestre e em sextas-feiras e sábados letivos, com no máximo 10 horas de aula em cada dia letivo.

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: por componente curricular

Carga horária total do curso: 3232 horas

Carga horária de estágio: 400 horas

Carga Horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular): 400 horas

Carga horária de ACC: 200 horas

Tempo de duração do Curso: 8 semestres (4 anos)

Tempo máximo para Integralização Curricular: 12 semestres (6 anos)

Periodicidade de oferta: anual

Local de Funcionamento: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – CampusJaguari – BR 287, Km 360, Estrada do Chapadão, s/n, Jaguari/RS.

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – CA: Lucas Girio

Contato: ledoccn.ja@iffarroupilha.edu.br

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – CN: Bruna Vielmo Camargo Pinto

Contato: ledoccn.ja@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado a partir da Lei nº 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro campi: Campus São Vicente do Sul, Campus Júlio de Castilhos, Campus Alegrete e Campus Santo Augusto.

No ano de 2010, o IF Farroupilha expandiu-se com a criação do Campus Panambi, Campus Santa Rosa e Campus São Borja; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em Campus, em 2013, com a criação do Campus Santo Ângelo e com a implantação do Campus Avançado de Uruguaiana. Em 2014 foi incorporado ao IF Farroupilha o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar Campus Frederico Westphalen e foram instituídos seis Centros de Referência nas cidades de São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Não-Me-Toque, Quaraí, Carazinho, Rosário do Sul e Santiago. Assim, o IF Farroupilha constitui-se por dez campi e um Campus Avançado, em que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses campi, o IF Farroupilha atua em 35 cidades do Estado, com 37 polos que ofertam cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A sede do IF Farroupilha, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os campi. Enquanto autarquia, o IF Farroupilha possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

A implantação de um Campus do Instituto Federal Farroupilha em Jaguari, na localidade conhecida como Chapadão, está em consonância com os objetivos de desenvolvimento endógeno da região do "Vale do Jaguari", considerando as atividades desenvolvidas na região, que está localizada na Região Centro Ocidental Rio-Grandense, e é composta por 09 municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Possui uma área total de 11.266 Km², o que corresponde a 4,5% do território do estado do RS.

A região de abrangência geográfica do Campus apresenta um número expressivo de assentamentos rurais do Incra: São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete, Manoel Viana, São Borja, Tupanciretã, Jóia e Júlio de Castilhos.

Outros municípios que não compõem o Vale do Jaguari, porém por sua localização geográfica e identificação, tanto no que se refere ao tipo de população, às atividades desenvolvidas e ao tipo topográfico, também compõem a região de abrangência direta deste Campus: São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Rosário do Sul e Santa Maria.

Com a finalidade de aprofundar as reflexões sobre o Vale do Jaguari, o Planejamento Estratégico do COREDE VJ (2010) expõe as constatações de maior interesse para justificar a necessidade de políticas públicas que fomentem a questão histórica, econômica, social, cultural e ambiental da região: predomínio de empresas de âmbito familiar; agricultura familiar carece de infraestrutura e de uma política de crédito que estimule a diversificação das atividades produtivas; produtos agropecuários com baixo valor agregado; excessivo número de agricultores informais; baixo nível tecnológico na agroindústria; insuficiente informação aos agricultores/assistência técnica; escassez de cidadãos capacitados para atuar em praticamente todos os setores da economia; baixo nível de empreendedorismo no setor agropecuário; autoestima baixa por falta de perspectivas; debilidade na formação para o associativismo, dificultando a cooperação e a união de forças na busca de soluções para as questões locais/ regionais.

Pelos objetivos dos Institutos, pelas características da região, pela proposta que se configura e pela infraestrutura já existente no Campus é que se justifica a implantação do Curso de Licenciatura, nas 2 habilitações propostas, sendo a primeira Licenciatura em Educação do Campo a ser ofertada na Instituição, constituindo-se em um projeto piloto do IF FARROUPILHA.

2.2. Justificativa de oferta do curso

Dentro destas perspectivas e constatações, o Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha surge como alternativa para minimizar o principal problema socioeconômico da região: o esvaziamento da força de trabalho jovem na região. Quando a população jovem, da região (15 a 19 anos) expande-se a 0,5%, no Vale do Jaguari a mesma, decresce a 2% ao ano.

Entende-se assim, como causas deste fenômeno situações multidimensionais e complexas, que envolvem variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, etc. No entanto, algumas constatações, comprovadas pelos dados de crescimento e renda fazem pensar sobre a falta de perspectivas regionais de qualificação profissional, de oportunidades de trabalho e de auferir salário/renda, como fatores determinantes para essa realidade, numa região onde quase metade da população está assistida pelo Programa Bolsa-Família.

O Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha possui uma área de 102 hectares, sendo que destes, 57 ha são formados por áreas cultiváveis, 30 ha por mata nativa,05 ha são reservatórios artificiais de água e

10 ha onde estão localizadas as construções arquitetônicas, algumas já concluídas e outras em fase de construção.

O Campus Jaguari tem vocação agrícola e deverá (cumprindo o estabelecido nas consultas populares no Vale do Jaguari) ofertar prioritariamente formação para as pessoas do campo, através do Centro do Agricultor. Os cursos deverão ser ofertados na modalidade da pedagogia da alternância, voltados à agricultura familiar, agroecologia, agroindústria familiar, vitivinicultura e turismo rural, entre outros previstos no Eixo Tecnológico dos Recursos Naturais/Área das Ciências Agrárias.

Visando o cumprimento da Lei nº 11.892/2008, que prevê o mínimo de 20% das vagas ofertadas nos Institutos Federais em Cursos de Licenciatura e Formação de Professores, a oferta de escolarização às comunidades dos movimentos sociais, a possibilidade de verticalização na construção de itinerários formativos de jovens e adultos do campo e promoção do cumprimento das ações previstas quando da construção do Projeto para a criação de um Campus do IF Farroupilha no Vale do Jaguari, entende-se como ação fundamental a implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no IF Farroupilha – Campus Jaguari.

Implantar um Curso de Licenciatura em Educação do Campo no Campus Jaguari significa adotar medidas inovadoras com significativo caráter social, possibilitando a elevação do índice de desenvolvimento humano através do estabelecimento de estratégias que promovam o desenvolvimento das populações rurais, visando a mudança paradigmática de olhar a cultura, os valores, as concepções de mundo do homem do campo. A Licenciatura em Educação do Campo propiciará reflexões sobre educação na sociedade contemporânea para fora dos limites do espaço urbano.

A região caracteriza-se por municípios nos quais as relações sociais e econômicas fundam-se nos valores da vida e cultura camponesas, por isso, é fundamental propiciar ações que permitam reflexões sobre o papel da sociedade civil organizada na conquista de espaços na agenda política e na efetivação de uma educação pública, oriunda dos anseios dos povos do campo.

O Campus Jaguari deverá ser o Centro em Educação do Campo do IF Farroupilha/RS. Está localizado na região do Vale do Jaguari, Centro Ocidental Rio Grandense, composto por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Tendo uma estrutura física existente no município de Jaguari, mais especificamente na localidade de Chapadão. O povoamento da colônia de Jaguari começou em 1885, quando alguns colonos instalaram-se na chamada “região das matas”, mas oficialmente a colônia de Jaguari foi fundada em 1889, onde se estabeleceram aproximadamente mil italianos.

A região do Vale do Jaguari apresentou em 2009 um PIB total de R$ 1.377.752, o que correspondia a 0,64% do total do estado. No entanto, a região concentra, no mesmo período, 1,1% da população do estado, o que indica a distribuição desigual do PIB e coloca esta região como a última colocada no ranking estadual, embora não seja a região com menor população. (FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social)

Outros municípios que não compõem o Vale do Jaguari, porém, por sua localização geográfica e identificação, tanto no que se refere ao tipo de população, às atividades desenvolvidas e o tipo topográfico, com-

põem a região de abrangência direta deste Campus são: São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Rosário do Sul e Santa Maria.

O desenvolvimento de uma região deve passar pela educação dos seus habitantes. Entretanto, para concretizarmos esse processo educativo, precisamos estar sintonizados com a realidade existente, tendo como premissa de trabalho, o desenvolvimento regional, focado nas atividades locais.

Além disso, a região de abrangência geográfica do Campus Jaguari apresenta um número expressivo de assentamentos rurais do Incra: São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete, Manoel Viana, São Borja, Tupanciretã, Jóia e Júlio de Castilhos. Fato que justifica a oferta de uma Licenciatura em Educação do Campo, integrando Ensino, Pesquisa e Extensão.

> No projeto político, social e econômico do agronegócio, encontram-se as grandes monoculturas, as grandes extensões de terra, o uso intensivo da tecnologia e do agrotóxico, os transgênicos, as culturas para exportação, a concentração de terra, o trabalho assalariado e o desemprego e o desrespeito ao meio ambiente. (...) Por outro lado, no projeto camponês, trabalhadores lutam por terra, produzem alimentos diversificados para o consumo interno e vivem, muitas vezes, um mundo de vivências. São considerados pelos defensores do agronegócio como ineficientes para os padrões de produção capitalista. (MENEZES NETO, 2009, p.25)

Cabe a equipe de implantação do Campus Jaguari posicionar a Unidade favoravelmente ao direito dos povos do campo de acesso à terra e considerar a reforma agrária, a agricultura familiar e as pequenas cooperativas agrícolas como necessárias ao desenvolvimento econômico e não como algo anacrônico.

> A história nos mostra que não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e formação de educadores do campo como preocupação legítima. (ARROYO, p.158, 2007)

Até então, o nosso sistema escolar pensa o urbano, apenas como paradigma urbano. A formulação de políticas educativas e públicas, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como protótipo de sujeitos de direito. Apesar disso, o campo e a diversidade de seus povos não são esquecidos. Diante disso, o Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, acredita nesta proposta oferecida pela Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão em consonância com o Programa Nacional de Educação do campo - PRONACAMPO.

Considerando a universalização do ensino fundamental e médio, previsto na LDB nº 9394/96, e conseqüentemente a expansão desses níveis na educação básica, cresce concomitante a isso a necessidade de formação de educadores em nível superior.

Segundo a Pesquisa Nacional de Reforma Agrária (2004), constatou-se uma queda no quantitativo de estudantes que frequentam as escolas no campo, acentuando ainda mais esse número quanto se trata do ensino médio. Muitos são os fatores apontados pelos pesquisadores, entre eles destacamos aqui a formação de professores, especialmente nas áreas de ciências da natureza e matemática. Também outro fator a con-

siderar, é a evasão nos cursos de licenciatura nas Universidades e a precarização de recursos, desqualificando os cursos em andamento.

Acreditamos que os cursos de Licenciatura necessitam um olhar mais próximo, especialmente aqueles voltados para as práticas pedagógicas direcionadas ao campo.Nesse sentido, propomos um Curso de Licenciatura em Educação do Campo que contemple o universo do campo, contribuindo para a construção de alternativas pedagógicas que façam a diferença, na articulação entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento popular. Sendo assim, acreditamos que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo será um espaço de qualificação profissional aos educandos–educadores, ao mesmo tempo que ofereça a docência voltada para a qualidade social, também oportunize espaços de gestão pedagógica e comunitária.

A proposta está em consonância com o Edital de Chamada Pública nº 02, de 31 de agosto de 2012, chamada pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior- IFES, objetivando a criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

O Programa visa apoiar a implantação de cursos regulares de Licenciaturas em Educação do Campo, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo, com no mínimo 120 vagas para cursos novos.

O presente Edital visa também estabelecer critérios e procedimentos para fomento de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, destinados à formação de professores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas localizadas em áreas rurais, mediante assistência financeira às Instituições Federais de Educação Superior- IFES.

O conceito de educação do campo visa garantir ao trabalhador/a do campo o direito de educar-se de acordo com suas particularidades culturais e especificidades de vida e de luta. Corresponde ao reconhecimento que historicamente o estado negou a educação deste teor à população do campo.

Fernandes et al.(2004) afirmam que a utilização da expressão “do campo” foi adotada em função da reflexão sobre o “[...] sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho.”

Aprofunda-se a definição de campo como:

> [...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem da terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas [...]. (Fernandes et al., 2004,p.137)

Segundo as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo (Parecer nº 36/2001 e a Resolução nº 01/2002) a identidade da escola do campo define-se pela sua articulação com a realidade vivida pelos sujeitos, no sentido de resgatar os caracteres próprios que constituem o homem do campo, no respeito ao processo de construção coletiva, de preservação da cultura, fazendo a articulação entre os saberes da vida e os saberes oficiais ou sistematizados.

Referendando as diretrizes (2002), a educação do campo além de garantir a universalização a esta população a educação básica profissional de nível técnico, deve também trazer na sua proposta pedagógica o trabalho como princípio educativo, respaldado pelo caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizante. Ainda, o trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (MARX, 1979, Apud CIAVATTA, 2009).

Faz-se necessário que a educação do campo seja ancorada numa relação de horizontalidade entre a escola e a comunidade, produzindo movimentos que gerem práticas com possibilidades de internalização fundada numa concepção de educação emancipatória, na construção de alternativas no campo, através do desenvolvimento social, economicamente justo e sustentável.

Sendo assim, acreditamos numa proposta de educação do campo que potencialize práticas de emancipação humana, para isso é necessário pensar o processo formativo também dos educadores, numa proposta que viabilize a possibilidade de inserção no espaço da comunidade (tempo comunidade), alicerçado pelo tempo escola, contribuindo na universalização conjunta do trabalho e da educação.

Quando falamos em educação NO campo nos referimos ao direito dos cidadãos permanecerem no lugar que vivem, isso inclui ser educado no lugar onde vivem. DO campo é pensar a educação a partir do seu lugar, das suas necessidades e da sua participação, ter o direito à escolarização neste espaço de convívio e de sustento, para a elevação da escolaridade dos sujeitos nascentes do campo.

Assim, a educação do campo que se propõe, a partir deste novo conceito, está recheada de intencionalidade social e política, voltada para a construção de uma nova dinâmica de vida, desmistificando a ideia de que o campo é lugar de atraso, valorizando e criando possibilidades de trabalho, de sustento, de convívio e de qualidade social.

A Lei nº 9394/96 apresenta, em seu Artigo 23: "A Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar."

A legislação educacional brasileira apresenta uma sólida base legal para a instituição de políticas públicas diferenciadas, destinadas ao atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no campo.

> [...] a educação rural ignorada e marginalizada está mostrando seu rosto, o verdadeiro, não a caricatura tão repetida: reduzir a educação à escolinha rural, à professora desqualificada, às massas de analfabetos. Uma visão preconceituosa que os educadores rurais vão desconstruindo. (ARROYO apud KOLLING, 1999).

Aos poucos vem-se desconstruindo esses paradigmas, através dos movimentos sociais do campo e de políticas públicas educacionais com cursos de formação, formando educadores e educadoras capacitados a atuar na especificidade social e cultural dos povos do campo.

As diretrizes operacionais para a educação do campo, em consonância com as aspirações dos movimentos sociais do campo, estabeleceram como um dos elementos fundamentais a organização das escolas. Isso deverá ocorrer mediante a apresentação de propostas pedagógicas, elaboradas no âmbito da autonomia das instituições de ensino, que contemple a diversidade do campo em todos os seus aspectos (sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia) e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, assegurando, uma metodologia diferenciada a esses educandos, calcada na Pedagogia da Alternância.

2.3. Objetivos do Curso

Pela natureza específica do Campus Jaguari, que inicia seu processo de implantação como uma Unidade de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - RS e traz em sua vocação a possibilidade de tornar-se o Centro de Referência em Educação do Campo desta Instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, consolidando os valores apontados no Plano de Desenvolvimento Institucional, são objetivos do Curso:

2.3.1. Objetivo Geral

Cumprir a Política Nacional de Educação do Campo e possibilitar a inclusão social ao formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade de Licenciatura em Educação do Campo, dialogando com a realidade sócio-econômica-ambiental e cultural específica da região de abrangência do IF Farroupilha - RS e das populações que trabalham e vivem no campo. Assim como os saberes que dizem respeito ao fazer pedagógico e didático, construindo uma formação acadêmica e científica articulada com os saberes advindos do campo.

2.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Formar professores para o exercício da docência multidisciplinar em Escolas do Campo nas áreas de Ciências da Natureza e Ciências Agrárias;
- Oferecer formação para educadores das Escolas do Campo, capazes de fazer a gestão de processos educativos e produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculados à construção e execução de projetos sustentáveis, estimulando o desenvolvimento das populações do campo;
- Fomentar a efetiva expansão do Ensino Fundamental e Médio no campo, imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida do homem do campo;
- Proporcionar, através das ações de ensino, pesquisa e extensão advindas da implantação da Licenciatura em Educação do Campo, a verticalização de atividades voltadas ao homem do campo;
- A partir da implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, garantir ao *Campus* Jaguari, o lugar, o espaço de Centro de Referência em Educação do Campo, no IF Farroupilha;

- Fortalecer, a partir da implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, as ações entre as parcerias público e privadas já estabelecidas pelo *Campus* Jaguari na região;
- Contribuir para o desenvolvimento das escolas do campo, através da formação de profissionais que promovam projetos de pesquisa e de extensão conectados com a prática e os desafios da escola;
- Fomentar a prática do currículo integrado no curso e nas escolas e espaços que os profissionais atuam.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Importante assinalar que o acesso efetivo à educação está diretamente relacionado com a possibilidade de permanência dos estudantes até a conclusão do curso. Assim, faz-se necessário apontarmos aqui as ações articuladas para que os sujeitos possam acessar a escola e nela permanecer.

O IF Farroupilha adota políticas de acesso e permanência dos estudantes, visando garantir o ingresso das populações vulneráveis socialmente, sua permanência e o sucesso na finalização dos cursos ofertados pela instituição, que é pública e gratuita.

Há no IF Farroupilha dois documentos que têm como principal finalidade ampliar o acesso ao Instituto. Primeiramente destaca-se o Programa de ampliação do acesso, que é um dos eixos da Política de Assistência Estudantil e da Política de Ações Afirmativas.

Um dos objetivos do programa de ampliação do acesso é proporcionar condições de igualdade para o acesso ao IF Farroupilha, aos estudantes oriundos de escolas públicas e do meio rural, pessoas com deficiência e grupos que vivenciam processos de exclusão social, tendo em vista a universalização e democratização da educação profissional.

Dentre as linhas de ação propostas para cumprir com este objetivo, têm-se as ações afirmativas que prevêem o ingresso através de cotas para estudantes de escolas públicas e escolas públicas rurais, para negros e indígenas. Deste modo, observa-se que já há no IF Farroupilha, um olhar diferenciado para a população rural, tanto no que se refere ao acesso como à permanência.

Esses critérios serão usados na seleção dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, para que possam se constituir como estratégia a fim de fomentar o acesso e a qualidade da educação no meio rural da região.

Além disso, o IF Farroupilha, em seus Processos Seletivos, adotará os dispostos no regulamento organizado pela Comissão Permanente de Seleção.

A especificidade do projeto também demanda uma divulgação diferenciada e a elaboração da prova do Processo Seletivo deve levar em conta as características do público-alvo.

Para o ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo do IF Farroupilha – *Campus* Jaguari será necessário ter concluído o Ensino Médio ou estudos equivalentes.

O outro objetivo do IF Farroupilha que visa garantir o acesso, a permanência e o sucesso estudantil, está expresso nas Políticas de Assistência Estudantil e contemplado nos Programas e Regulamentos elencados abaixo:

- Programa de Ampliação do Acesso,
- Programa de Apoio a Permanência,
- Programa de Atenção à Saúde,
- Programa de Apoio Didático-Pedagógico,
- Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer,
- Programa de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil,
- Programa de Segurança Alimentar e Nutricional,
- Regulamento do Auxílio Permanência,
- Regulamento do Auxílio de Atividades Extracurriculares Remuneradas,
- Regulamento da Bolsa aos Estudantes PROEJA,
- Regulamento dos Auxílios Transporte, Licenciatura e Pré-Escolar,
- Regulamento Disciplinar Discente

2.4.1. Critérios de Seleção

Serão contemplados com a presente proposta 120 (cento e vinte) estudantes escolhidos por meio de Processo Seletivo para Ingresso de Alunos no IF Farroupilha, específico e especial, coordenado pela Coordenação de Seleção (CSE/IF Farroupilha - RS).

O Processo Seletivo para Ingresso de Alunos na Licenciatura em Educação do Campo obedecerá a legislação brasileira para ingresso de estudantes no ensino superior e as diretrizes educacionais do IF Farroupilha, que dizem respeito ao ingresso de estudantes.

Os critérios para seleção de alunos para o Ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo no IF Farroupilha – *Campus* Jaguari obedecerão a seguinte ordem de prioridade:

- Ser Professor(a) em exercício nas Escolas do Campo da Rede Pública, sem formação superior;
- Outros profissionais da Educação com atuação na Rede Pública;
- Ser Professor(a) e outros(as) beneficiários(as) da Educação que atuem nos Centros de Alternância ou em experiências educacionais alternativas de Educação do Campo;
- Ser Professor(a) e outros(as) profissionais da educação com atuação em Programas Governamentais de Educação do Campo;
- Ser diplomado em Licenciatura, atuando no meio rural;
- Ser concluinte do Ensino Médio e ou estudos equivalentes, residente no campo ou em zonas urbanas de difícil acesso à Educação Superior.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a instituição oferece o financiamento a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os alunos participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas as seguintes ações: apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O IF Farroupilha possui um Programa Institucional de Pesquisa, que prevê o Processo Seletivo de Cadastro e Aprovação de Projetos de Pesquisa – Boas Ideias, o qual aprova e classifica os projetos; Mentes Brilhantes, que disponibiliza taxa de bancada para custear o projeto e Jovens Cientistas, que oferece bolsa para alunos, além de participar de editais do CNPq (PIBIC-AF, PIBIC, PIBIC-EM; PIBITI), da Capes (Jovens talentos para a Ciência) e da FAPERGS (PROBITI, PROBIC). No mesmo enfoque, há o Programa Institucional de Incentivo à Produtividade em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, que oferece bolsa de pesquisador para os docentes.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transfor-

madora entre o IF Farroupilha e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão (PIIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada do Campus e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os Campus do Instituto, além disso, é dado incentivo a participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados a área de atuação dos mesmos.

Os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

Pensar a extensão no Campus Jaguari significa assumir a política desenvolvida no IF Farroupilha e o contexto da população atendida no Campus. As metas deverão estar de acordo com interesses sociais da população do campo e a realidade rural do Estado do RS.

Além de oferecermos uma formação de qualidade para os docentes que atuam nas escolas rurais e aos interessados em atuar nesta modalidade queremos colaborar para melhoria do ensino na Educação Básica, sendo um “braço” das escolas estaduais e municipais. Por esse motivo, as metas propostas devem possibilitar a promoção de uma nova forma de convivência ativa entre os diversos saberes existentes, sob a premissa de que todos eles, incluindo o saber científico, podem se enriquecer por meio dessa articulação. O sentido é promover, desenvolver, apoiar, intermediar, articular e incentivar a realização de programas, projetos e eventos, relativos à extensão, que atendam às necessidades das comunidades externas, privilegiando a inclusão social e a valorização de conhecimentos produzidos por estas comunidades, interagindo com o Instituto Federal.

3.2. Políticas de Apoio ao discente

Nos tópicos abaixo estão descritas as políticas do IF Farroupilha voltadas ao apoio aos discentes, destacando-se as políticas de assistência aos estudantes, apoio pedagógico, psicológico e social, oportunidades para mobilidade acadêmica e educação inclusiva.

3.2.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Politica de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução n°12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus campi.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio às atividades extra-curriculares remuneradas, auxílio alimentação) e, em alguns Campus, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada Campus para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada Campus do Instituto Federal Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar.

A CAE do Campus Jaguari é composta por uma equipe mínima de 8 servidores, como Assistente Social, Enfermeira, Médica, Nutricionista, Odontóloga e três Assistentes de Alunos. E oferece em sua infraestrutura: refeitório, moradia estudantil, sala de convivência, espaço para as organizações estudantis, Setor de Saúde, sendo alguns em fase de expansão e implantação.

3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do Campus, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do Campus, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador (a) Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no Campus; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s)na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do Campus.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam acolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O envolvimento do NPI abrange em seu trabalho a elaboração, reestruturação e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento de atividades voltadas à discussão, orientação, elaboração e garantia de execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em todos os níveis e modalidades ofertados no Campus, a divulgação e orientação sobre novos saberes, legislações d a educação e ensino técnico e tecnológico, na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom inter-relacionamento entre todos os integrantes das comunidades educativas do Campus. Garantir a comunicação clara, ágil e eficiente entre os envolvidos nas ações de ensino e aprendizagem, para efetivar a coerência e otimizar os resultados, como também demais objetivos e atividades que venham ao encontro a garantia da qualidade de ensino que esteja relacionado com a finalidade e objetivos do NPI do Campus.

3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha CampusJaguari possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: educador especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistente de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento pedagógico, psicológico e social compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

Os estudantes com necessidade especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

O Campus Jaguari também prevê a execução de reuniões e encontros de discussão e elaboração de estratégias de ação para intervenção conforme as demandas, na busca da permanência e êxito dos acadêmicos na Licenciatura em Educação do campo, em ambas as habilitações.

3.2.4. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para o que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão asseguradas ao discente, por meio de:

a) disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;

b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores;

c) programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

d) demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

Nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, as atividades de nivelamento são desenvolvidas pelos professores: através de projetos de ensino com vistas à melhoria da aprendizagem dos acadêmicos, na modalidade de monitoria, onde há a participação de acadêmicos de semestres mais avançados; Através do atendimento em horário diferenciado extraclasse; Com o auxílio das tecnologias da informação, que facilitam o fluxo de informações entre docentes e discentes, promovendo maior interação entre ambos; Além de outros meios que na sua finalidade assegurem o avanço do aluno no itinerário formativo.

3.2.5. Mobilidade Acadêmica

O IF Farroupilha mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a Programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas no Regulamento aprovado pela Resolução n° 012/2014 do Conselho Superior do IF Farroupilha.

A instituição ainda participa do Programa Ciência sem Fronteiras, o qual visa promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A participação dos estudantes neste programa viabiliza o intercâmbio de conhecimentos e de vivências pessoais e profissionais, contribuindo para a formação crítica e concisa destes futuros profissionais.

3.2.6. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;

V – oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;

VI - situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

I – à preparação para o acesso;

II – a condições para o ingresso;

III - à permanência e conclusão com sucesso;

IV - ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o Campus São Vicente do Sul conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que constitui os Núcleos Inclusivos de Apoio aos Estudantes (NAE), Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IF Farroupilha. (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato acessível, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realizará as adaptações solicitadas pelos campi de acordo com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, Apostilas completas de disciplinas, Avaliações, Exercícios, Atividades de orientação, Bibliografias Básicas das disciplinas, Documentos Institucionais, seguindo uma metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, tais como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos campi que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

3.2.6.1. **Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)**

O NAPNE tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

Aos NAPNE compete (Resolução nº 014 Aprovado pelo Conselho Superior em 14/05/2010):

I - apreciar os assuntos concernentes:

a)à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;

b)ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais no Campus;

c)à revisão de documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular, em âmbito interno ou externo;

d)promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional.

II - articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão desses sujeitos, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;

III - prestar assessoramento aos dirigentes do Campus do Instituto Federal Farroupilha em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - PNEs.

Faz-se importante destacar também que o IF Farroupilha está iniciando as discussões no que tange à terminalidade específica dos estudantes com necessidades especiais, com vistas a garantir a adaptação e a flexibilização curricular quando necessárias à conclusão dos estudos.

O Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari, está com seu projeto arquitetônico e urbanístico, bem como os tocantes a comunicação e informação em andamento, com parcerias de outras entidades públicas municipais e estaduais e busca assegurar, assim, o direito da pessoa com necessidade especial com relação ao acesso, à comunicação, saúde, segurança, lazer e trabalho.

O Campus Jaguari está em fase de adequações e adaptações do mobiliário e equipamentos que visem à acessibilidade, possuindo algumas instalações já finalizadas, como elevador, banheiros adaptados, atendendo as normas técnicas da ABNT. Além de formação continua para todos os servidores que abordem está temática. Este olhar específico busca atender e incluir todos os cidadãos que têm direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha (Resolução nº 015/15) define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentam altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área, desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum. Esse atendimento é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais e prevê, além do uso de recursos diferenciados, orientações aos professores.

3.2.6.2. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)**

O NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, instituído pela Resolução do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha nº 23/2010, tem por finalidade implementar as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Ao NEABI compete (Resolução nº 15 Aprovada pelo Conselho Superior em 28/05/2014):

I - Elaborar, desenvolver e implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão acerca das políticas afirmativas.

II - Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias da CAI.

III - Divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo em eventos científicos.

IV - Participar da organização de eventos de ensino, pesquisa e extensão acerca das políticas afirmativas.

V - Sistematizar e publicar os resultados dos trabalhos produzidos pelo Núcleo.

VI - Auxiliar o presidente do Núcleo.

VII - Atuar em consonância com o Núcleo Pedagógico Integrado no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos pretos, pardos e indígenas.

VIII - Estimular a qualificação dos processos de ensino, pesquisa e extensão no que tange aos educandos pretos, pardos e indígenas.

IX - Estimular o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão que primem pela inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no Instituto.

X - Divulgar os processos seletivos em reservas indígenas e contextos de prevalências de quilombolas e ou demais pessoas afro-brasileiras.

XI - Estabelecer processo de registro sistemático quanto ao acompanhamento realizado aos alunos incluídos pelas políticas afirmativas.

XII - Auxiliar o dirigente do Campus na elaboração de relatórios acerca das ações inclusivas no Campus.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Campus Jaguari está em fase de organização das atividades e ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais. Para tanto, vislumbra a realização de debates, reflexões, seminários, atividades de sensibilização e estabelecimento de parcerias com instituições locais e regionais, buscando promover a valorização da diversidade étnico-racial na construção histórica e cultural do País.

3.2.7. Programa Permanência e Êxito

Em 2014, o IF Farroupilha implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IF Farroupilha institui em seus campi ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IF Farroupilha trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

3.2.8. Acompanhamento de Egressos

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade. Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

Nos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, são pensadas ações de acompanhamento dos egressos visando a verificação da inserção dos alunos na rede de ensino local/regional, bem como o avanço nos estudos posteriores com a oferta de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia, como estratégia de verticalização do ensino. O acompanhamento de egressos visa o desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos. A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de curso superior, firmando parcerias com Instituições públicas e privadas para fomentar ações de implementação e a efetivação da Educação do Campo como política pública.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

O IF Farroupilha, em seus cursos, prioriza a formação de profissionais que:

- Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- Sejamcapazes de seinserir no mundo do trabalho de modo compromissado com o desenvolvimento regional sustentável;
- Tenham formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica;
- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos;
- Demonstrem compromisso, respeito e tolerância acerca das questões éticas, étnicas, religiosas, culturais e de gênero;
- Tenham capacidade de orientar, elaborar e executar projetos econômicos, sociais, culturais e ambientais locais sustentáveis;

- Reconheçam o papel social da escola.
- Compreendamcriticamenteoprocessohistóricodeproduçãodoconhecimento científico e suas relações com o modo de produção da vida social;
- A partir desse perfil, no Curso de Licenciatura em Educação do Campo os professores formados, com as respectivas habilitações, são profissionais com:
- Capacidade teórico-metodológica na construção de estratégias pedagógicas pertinentes à realidade da Educação do Campo;
- Compreensão da importância dos fundamentos históricos-filosóficos- científicos que influenciam o pensamento pedagógico, na construção da Educação do Campo;
- Atuação flexível e percepção sobre os processos formadores dos sujeitos do campo numa perspectiva de inclusão em um projeto social global;
- Conhecimento do papel do trabalho interdisciplinar e transdisciplinar na produção do conhecimento pedagógico, bem como o comprometimento para comeste trabalho, respeitando a realidade da Educação do Campo;
- Participação no debate sobre as questões atuais a respeito da Educação e em especial da Educação do Campo;
- Compreensão do seu papel político como educador do campo, com efetiva participação na comunidade do campo.
- Habilidade em direcionar as atividades curriculares e pedagógicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.
- Domínio dos conhecimentos técnico-científicos da sua área de atuação.

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

A área de atuação dos profissionais da Licenciatura em Educação do campo, com suas respectivas habilitações: Ciências da Natureza ou Ciências Agrárias, se dará na atuação da Educação Básica, anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, especialmente na escola do campo, contemplando os processos educativos escolares no âmbito pedagógico, bem como na gestão de processos educativos da comunidade local e do seu entorno.

A partir da formação do curso o egresso do Curso poderá atuar:

- Na gestão de processos educativos escolares que envolvam a educação básica nos diferentes níveis e modalidades, no que se refere à construção e organização do trabalho escolar de cunho pedagógico, no qual se encontra inserido o projeto político pedagógico.
- Nas atividades docentes compreendendo a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, envolvendo planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

- Na educação fundamental anos finais e ensino médio, somado a educação profissional de nível médio e formação inicial e continuada de trabalhadores, agregando ainda a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- Na docência, nas áreas específicas de conhecimento que constituem o curso Ciências da Natureza ou Ciências Agrárias.
- Na gestão de processos educativos da comunidade, trabalho que dê forma e contribua na organização das famílias, dos sujeitos como formação de lideranças, no sentido de propor iniciativas que viabilizem o desenvolvimento sustentável do campo.
- Em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- No planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas em contextos não escolares;
- Na produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

4.2. Metodologia

O curso Licenciatura em Educação do Campo assume a pedagogia da alternância como forma de organização curricular e concepção de ensino e aprendizagem, visando atender o público a que se destina. A educação do campo,

> [...] têm na pedagogia da alternância o princípio fundamental e norteador de seus projetos educativos. Tal princípio implica em um processo de formação do jovem agricultor que combina e articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária. A ênfase na formação integral do jovem, na participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, assim como a perspectiva de desenvolvimento local são os outros princípios que, articulados à alternância, sustentam o projeto pedagógico [...] (QUEIROZ & SILVA, 2008, p. 3).

Assim, a proposta curricular é organizada a partir de um tempo-escola e um tempo-comunidade, com a garantia de que 60% das horas de cada disciplina sejam realizadas no tempo-escola e 40% de horas sejam cumpridas no tempo comunidade. Entende-se "que a escola e a comunidade são tempo/espaços para construção e avaliação de saberes". (MOLINA; SÁ, 2011, p.221). Ou seja, a proposta do curso objetiva articular teoria e prática, proporcionando aos acadêmicos compreender os problemas e tensionamentos de sua realidade e construir conhecimentos para que seja possível intervir neste campo em que atuarão.

Nos estudos de Gimonet (2007), a Pedagogia da Alternância ingressa num espaço e tempo em que se diversificam as instituições, bem como os atores implicados. Nessa compreensão, o estudante é um ator num determinado contexto de vida e num território. Os professores assumem o papel de formadores, enquanto

que os monitores buscam conhecer a situação familiar e/ou profissional dos estudantes, para perceber seu quadro de vida e de trabalho, bem como suas aptidões, criando um clima de segurança, que permita ao alternante assumir de forma autônoma seu processo de aprendizagem. Desse modo, garantir êxito para o processo de pedagogia da alternância, pressupõe estabelecer uma qualidade relacional que precisa haver entre todos os envolvidos em função das necessidades percebidas (questionamento, orientação, sugestões, enfrentamentos...).

Nessa direção, o papel do professor é selecionar referenciais teóricos que atendam aos grandes eixos de seu campo de conhecimento; construir instrumentos que irão subsidiar o processo de ensino e aprendizagem; orientar o plano de estudo ou guia de pesquisa que será entregue aos alternantes antes de sua saída da instituição, garantindo que as atividades no tempo comunidade, sejam produtivas. Para tanto, a incumbência central do professor é zelar pela aprendizagem do estudante no tempo escola e no tempo comunidade.

O estudante é um adulto, protagonista e responsável pelo seu aprendizado e seu desenvolvimento. O acadêmico precisa ser participante nas diferentes atividades propostas, assumindo com responsabilidade sua formação como futuro profissional do ensino.

Evidencia-se que a responsabilidade da formação precisa ser compartilhada entre os professores, os monitores e estudantes em formação. Para tanto, os envolvidos necessitam ter oportunidade de intervir no curso, com ideias e sugestões, para que as ações planejadas promovam aprendizagens que façam sentido para professores e estudantes.

A Pedagogia da Alternância aponta para uma relação trabalho-educação, tendo por base a cooperação e a autogestão. Nesse sentido, o curso assume a formação integral e vê o trabalhador como possuidor de saberes e com a possibilidade de construir conhecimentos tanto no espaço escola, quanto no espaço comunidade. Por isso, cada semestre do curso se dividirá em tempo de escola e tempo comunidade, ambos com uma interligação e com uma relação com a pesquisa e a extensão.

O curso terá um total de 3232 horas, distribuídas em 8 semestres letivos, totalizando 4 anos de duração. Cada semestre terá um total específico de horas, compreendendo as horas de tempo escola (60% da carga horária de cada disciplina) e horas de tempo comunidade (40% da carga horária de cada disciplina), conforme a Matriz Curricular de cada habilitação.

TEMPO ESCOLA: Nesse espaço, o estudante participará de atividades formais de ensino no *Campus* Jaguari. As atividades envolvem aulas integradas, seminários, relatos de práticas pedagógicas integradas, de estágios, sistematização dos portfólios, planejamentos de estudos bibliográficos e avaliações. É um momento de problematização, de busca de respostas teóricas e práticas para o campo da educação, e definição do plano de estudo para o tempo comunidade. O tempo escola será realizado por períodos alternados aos finais de semanas (sextas-feiras e sábados) garantindo 60% da carga horária, no tempo escola, de acordo com a matriz curricular.

TEMPO COMUNIDADE: Compreende o tempo que os estudantes desenvolverão seus planos de estudo na comunidade onde vivem, sejam escolas do campo onde atuam ou instituições conveniadas. As ações

compreenderão atividades práticas de pesquisa, estudos, desenvolvimento de projetos de prática pedagógica integrada ou estágio supervisionado. Esse tempo terá como subsídio, material didático elaborado pelo professor, especialmente, roteiro de coleta de dados para fazer a leitura de sua realidade, formular questões e articular com bases teóricas. Outro importante material didático que irá pautar o trabalho do estudante nesse tempo são os livros que terá acesso na biblioteca do Instituto Federal e que poderá levar para o tempo comunidade como apoio no processo de aprendizagem.

Cada semestre terá um projeto integrador construído no diálogo entre estudantes, professores e gestores e envolverá todas as disciplinas do semestre. O projeto será base para o desenvolvimento da prática pedagógica Integrada. Cada projeto será sistematizado coletivamente e cada estudante fará o registro de seus objetivos e conclusões no seu portfólio. Cada final de semestre haverá um Seminário Integrador que será a culminância do semestre, a partir do relato dos projetos integradores, das práticas pedagógicas integradas e da parte do tempo comunidade das disciplinas.

As atividades e os instrumentos da alternância são à base de sustentação desta proposta pedagógica, pois sem eles corre-se o risco de ficar na intenção ou se traduzir numa fórmula vazia. A implementação de material didático e instrumentos são elementos técnicos fundamentais que irão subsidiar o saber-fazer pedagógico, para que nesse processo educativo e formativo relevantes aprendizagens sejam construídas.

Serão instrumentos e estratégias pedagógicas de orientação e acompanhamento do tempo escola e tempo comunidade:

1. **Plano de Formação**: ocorrerá necessariamente anterior ao início do semestre, em que a coordenação do curso juntamente com os professores definem a organização do tempo escola e tempo comunidade, integrando as atividades de abertura do período letivo. Esse plano apresenta a temática que será desenvolvida no projeto integrador do semestre, com prioridade para os eixos: formação de professores, educação do campo e habilitação específica. Todo esse planejamento será apresentado na primeira aula do período letivo e poderá ser modificado a partir das contribuições dos estudantes.

2. **Plano de Ensino**: será construído pelo professor responsável pela disciplina no semestre e deverá conter: objetivos, metodologia, tempo escola, tempo comunidade, atividades integradoras, bibliografia básica e complementar, avaliação, entre outros.

3. **Relato da vivência (Colocação em comum):** relato das pesquisas e vivências do tempo comunidade, que deverá ser apresentado resumidamente pelo estudante, à turma e aos professores, quando do retorno do tempo comunidade. Servirá como ponto de partida para os estudos do tempo escola.

4. **Portfólio do estudante (Plano de estudo):** é o registro de todas as etapas realizadas durante o semestre. Registra e reflete, de forma sistemática, as aprendizagens, concepções, motivações, opiniões, propósitos, dificuldades, as vivências realizadas no tempo escola e tempo comunidade e faz considerações de ordem crítica e teórica. O portfólio será orientado pelo professor, mas é responsabilidade do estudante elaborar e entregar semestralmente. Esse instrumento deverá apresentar:

I. Aprendizagens construídas no semestre;

II. Sistematização das ações realizadas no tempo escola;

III. Sistematização das ações realizadas no tempo comunidade;

IV. Reflexão crítica do processo de desenvolvimento das atividades e suas limitações;

V. Análise crítica: auto avaliação da participação no processo.

5. **Guia do tempo comunidade**: contém material organizado pelo professor, com assuntos abordados no tempo escola, os temas que necessitam ser estudados e atividades a serem realizadas no tempo comunidade. Como o próprio nome diz, este instrumento será o guia do aluno no desenvolvimento do tempo comunidade. Os resultados destes estudos e atividades devem ser anexados ao Portfólio do estudante.

6. **Visitas de Estudos**: serão planejadas de acordo com os objetivos propostos, relevância para a formação docente e sugestões advindas de professores e estudantes.

7. **Visitas do professor a Realidade do Estudante**: acontecerão, conforme planejamento do curso.

8. **Seminário Integrador**: é o espaço de sistematização do desenvolvimento do projeto integrador e do tempo comunidade de cada período letivo. Este espaço deverá ser proporcionado ao final de cada período letivo, com carga horária de 4 horas. O seminário integrador deve constituir-se num espaço interdisciplinar de formação e análise crítica das atividades e vivências desenvolvidas no curso. Poderão ser convidados palestrantes externos para contribuir nesse momento.

É importante referendar, que essa proposta de instrumentos pedagógicos está presente no parecer do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica nº 1/2006, construídos a partir das experiências dos Centros Familiares de formação por alternância – Escolas Famílias Agrícolas (EFA), Casas Familiares rurais (CFR) e Escolas Comunitárias Rurais (ECOR)- que já adotam esses instrumentos.

4.3. Organização Curricular

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, no Edital de Seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, Resolução CNE/CP nº 02/2015,as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IF Farroupilha, Resolução CONSUP nº 013/2014, e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo está organizando a partir de 03 (três) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

O Núcleo Comum contempla conhecimentos comuns à formação de professores, independente da sua área de habilitação. Este Núcleo se divide em dois grupos de conhecimentos:

Núcleo Básico: abrange conhecimentos básicos para a formação de professores e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área, visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso.

Núcleo Pedagógico: abrange os conhecimentos relativos ao campo da educação, com vistas à compreensão dos fundamentos teóricos, políticos e históricos da educação, bem como os conhecimentos específicos da perpassam a formação e a prática docente. A carga horária deste núcleo representa a quinta parte do total da carga horária do curso, de acordo com o Art. 13, § 5º da Resolução CNE/CP nº 02/2015.

O Núcleo Específico contempla conhecimentos específicos da habilitação do curso, incluindo a transposição didática dos conteúdos na perspectiva da atuação docente neste campo.

O Núcleo Complementar contempla as atividades acadêmico-científico-culturais, de no mínimo 200 horas, incluindo também componentes curriculares eletivos de formação complementar que visam à atualização constante da formação do professor.

A prática profissional permeia todo o currículo do curso, desenvolvendo-se através da Prática Pedagógica Integrada (PPI) e do estágio curricular supervisionado.

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

I – Educação ambiental – A educação ambiental é uma temática relevante que será oferecida de forma transversal, contínua e permanente nas disciplinas que integram a Matriz Curricular, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. A educação ambiental, como componente formativo, será desenvolvida de forma articulada nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento de projetos que favoreçam o aprofundamento de questões fundamentais como:

- Estudo e aprofundamento das concepções de meio ambiente em sua totalidade;
- Formação de valores e atitudes para a prevenção, identificação e solução de problemas ambientais;
- Conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- A educação e as práticas sociais;
- Estudo e análise de questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- Incentivo a participação responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente;
- Pesquisa e análise das políticas de educação ambiental, na esfera nacional, estadual, regional e local.

Ao longo das práticas educativas cotidianas serão priorizadas atividade de ensino aliada a pesquisa, que articule atividades teóricas e práticas como projetos de preservação ambiental, ações especiais na semana

do meio ambiente, reflexões sobre a temática e definição de políticas que a própria instituição se compromete a assumir, como uma atitude emancipatória capaz de sensibilizar toda a comunidade local e regional.

Portanto, educação ambiental é um tema que está presente na organização curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e será desenvolvida tendo como referencial orientador a Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. As atividades do curso também estarão apoiadas no, Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Outro importante aporte legal que orienta e legitima as ações com foco na Educação Ambiental é a Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que em seu artigo 10, inciso II, especifica que a educação ambiental é tema obrigatório e precisa permear todo o currículo escolar. Formar professores, para trabalhar nessa modalidade de ensino, implica fazer abordagem interdisciplinar da temática em questão.

As ações formativas, no Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, estão pautadas, igualmente pela Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Esse dispositivo legal recorda que a Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Nesse sentido, justificam-se o empenho e compromisso com a abordagem do tema Educação Ambiental de forma transversal, presentes nos diversos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental estão pautadas da mesma forma, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao prever que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social, afirmando que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio necessitam abranger o conhecimento do mundo físico e natural, como um caminho para a preparação para o exercício da cidadania.

Desse modo, a educação ambiental é apresentada como tema obrigatório, que perpassa o currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, tendo em vista seu objetivo de Formar profissionais da educação para atuar no Ensino Fundamental e Médio.

II – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – A história e cultura afro-brasileira e indígena estão presentes nos estudos e discussões do sistema educacional do Brasil ao longo dos últimos anos, precisamente pela abordagem de alguns documentos legais, que observam e orientam as ações educativas nas instituições de ensino no país.

Precisamente, a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, apresentam que as Instituições que atuam nos diferentes níveis e modalidades da Educação Brasileirae, em especial, Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores, devem contemplar em sua organização curricular, disciplinas e atividades curriculares com foconaEducação dasRelaçõesÉtnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Em seu Art. 2° este aporte legal, enfatiza que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1° A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Esta Resolução orienta que a História e Cultura Afro Brasileira e Indígena deverá ser contemplada como conteúdo em componentes curriculares do curso que guardam afinidade com a temática; como temática de estudo em atividades curriculares previstas no projeto pedagógico do curso, tais como: seminários, semanas acadêmicas, palestras, entre outros; através do desenvolvimento de competências, atitudes e valores em relação à educação das relações étnico-raciais no âmbito do currículo e das práticas educativas desenvolvidas na instituição, entre outros.

Para tanto, o Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, legitima que a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena é um tema fundamental que exige aprofundamento, estudo, análise e pesquisas. Desse modo, material bibliográfico e didático serão preparados com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a abordagem deste tema que é fundamental para a formação de professores que atuarão no Ensino Fundamental e Médio. Acredita-se que canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros e dos povos indígenas, poderão ser estabelecidos objetivando buscar subsídios e partilhar experiências para definir projetos dentro da instituição.

Nesse sentido, há uma compreensão de que se trata de um conteúdo que precisa estar contemplado especialmente na disciplina de História da Educação Brasileira, e de forma interdisciplinar, nos seminários integradores. Há uma intencionalidade de que no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, diferentes atividades educativas e formativas sejam desenvolvidas, como por exemplo, ciclo de palestras, em que esta importante questão cultural seja perspectiva de estudo, análise e reflexão.

Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

III – Educação em Direitos Humanos – A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um tema de relevância social que precisa estar presente nos estudos e pesquisas a serem desenvolvidos nos Institutos Federais e demais estabelecimentos de ensino. Esta é uma orientação aos sistemas de ensino, nas suas diferentes esferas, presente em importantes aportes legais brasileiros, que merecem ser mencionados.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em seu Art. 13. Determina que as unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, tendo presente:

IV - os direitos humanos como princípio norteador, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o respeito a esses direitos e à convivência humana.

Da mesma forma, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humano. Em especial, em seu artigo 2º, parágrafo primeiro, afirma que os Direitos Humanos, internacionalmente são reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, e referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

A resolução acima referida, também recorda outros importantes dispositivos legais que asseguram ser imprescindível tratar da Educação em Direitos Humanos, nas instituições de ensino: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formaçãoem Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as).

Nesse sentido, o Instituto Federal Farroupilha – CampusJaguari reconhece que a educação em direitos humanos, é um tema distinto que necessita perpassar de forma transversal pelos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

É fundamental destacar que a Educação em Direitos Humanos, igualmente está presente no Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. O presente documento chama a atenção para grandes eixos que podem orientar ações de ensino, pesquisa e extensão no interior dos estabelecimentos de ensino, entre eles é possível enfatizar:

Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento;

Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação;

- Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática;
- Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;
- Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos;
- Universalizar direitos em um contexto de desigualdades:
- Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena;
- Garantia da igualdade na diversidade;
- Prevenção da violência e da criminalidade;
- Combate à violência;
- Educação e Cultura em Direitos Humanos:
- Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras;
- Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos;
- Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público;
- Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Trata-se de indicadores importantes que certamente sustentam, embasam e orientam ações educativas necessárias e essenciais no espaço institucional, em direção a uma efetiva abordagem dos Direitos Humanos, como incumbência de gestores e professores comprometidos com uma proposta que responda às singularidades dos sujeitos que a compõem.

Para tanto, o Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, acredita que a educação precisa fundamentar-se nos Direitos Humanos, na ética e nos valores de justiça social, solidariedade e sustentabilidade, com o objetivo do pleno desenvolvimento de seus estudantes, docentes em formação. Acreditando que a prática pedagógica necessita ser reinventada, definindo estratégias capazes de constituir sujeitos inventivos, participantes, cooperativos, preparados para inúmeras inserções sociais, laborais, políticas interferindo e problematizando as formas de produção e de vida.

No âmbito destas discussões, também são tratas as questões relativas aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas e a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional. Essas temáticas também se farão presentes nas atividades complemen-

tares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

4.4. Matriz Curricular

4.4.1. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase nas Ciências Agrárias

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
1º semestre	Informática Básica	36	24	60
	Configuração do Mundo Rural no Brasil	36	24	60
	História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	36	24	60
	Antropologia das Populações Rurais	24	16	40
	Fundamentos de Agroecossistemas	48	32	80
	Prática Pedagógica Integrada I	36	24	60
	SeminárioIntegrador I	4		4
		220	144	364

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
2º semestre	Língua Portuguesa e Produção Textual	36	24	60
	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	36	24	60
	Filosofia da Educação	36	24	60
	Sociologia da Educação	36	24	60
	Dinâmica e Evolução dos Sistemas Agrários	48	32	80
	PráticaPedagógicaIntegrada II	36	24	60
	SeminárioIntegrador II	4		4
		232	152	384

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
3º semestre	Educação e Trabalho	36	24	60
	Psicologia da Educação	36	24	60
	Biogeografia, Ecoagricultura e Etnoconservação	36	24	60
	AbordagemSistêmicanaAgricultura	48	32	80
	Comunicação e Extensão Rural	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada III	36	24	60
	Seminário Integrador III	4		4
		232	152	384

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
4º semestre	Política e Gestão da Educação do Campo	36	24	60
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	36	24	60
	Metodologia Científica	36	24	60
	Fundamentos de Agroecologia	54	36	90
	Prática Pedagógica Integrada IV	36	24	60

	Seminário Integrador IV	4		4
		202	132	334

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
5º semestre	Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias I	36	24	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	36	24	60
	Sistemas de Produção Animal	54	36	90
	Sistemas de Produção Vegetal	54	36	90
	Prática Pedagógica Integrada V	24	16	40
	Seminário Integrador V	4		4
		208	136	344

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
6º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36	24	60
	Agroindústria Familiar Rural	54	36	90
	Alimentos e Nutrição	42	28	70
	Estágio Curricular Supervisionado I	40	60	100
	PráticaPedagógicaIntegrada VI	24	16	40
	SeminárioIntegrador VI	4		4
		200	164	364

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
7º semestre	Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias II	36	24	60
	Gestão de Unidades de Produção	36	24	60
	Gestão Ambiental e Geoprocessamento	48	32	80
	LIBRAS	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VII	24	16	40
	Seminário Integrador VII	4		4
		234	220	454

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	36	24	60
	Desenvolvimento Rural e Territorialidade	54	36	90
	Gestão, Associativismo e Economia Solidária	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VIII	24	16	40
	Seminário Integrador VIII	4		4

		204	200	404

Total dos componentes curriculares	1732	1300	3032
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais			200

Legenda	
Disciplinas de Formação Específica	
Disciplinas de Formação Pedagógica	
Disciplinas de Formação Básica	
Prática enquanto Componente Curricular	
Estágio Curricular Supervisionado	

4.4.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase nas Ciências da Natureza

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
1º semestre	Informática Básica	36	24	60
	Configuração do Mundo Rural no Brasil	36	24	60
	História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	36	24	60
	Introdução à Biologia	26	17	43
	Biologia Celular e Molecular	51	34	85
	Prática Pedagógica Integrada I	36	24	60
	Seminário Integrador I	4		4
		220	144	364

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
2º semestre	Língua Portuguesa e Produção Textual	36	24	60
	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	36	24	60
	Filosofia da Educação	36	24	60
	Sociologia da Educação	36	24	60
	Química para o Ensino Fundamental	26	17	43
	Física para o Ensino Fundamental	26	17	43
	PráticaPedagógicaIntegrada II	36	24	60
	SeminárioIntegrador II	4		4
		236	154	390

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
3º semestre	Educação e Trabalho	36	24	60
	Psicologia da Educação	36	24	60

	Invertebrados	48	32	80
	Botânica I	26	17	43
	Protoctistologia e Micologia	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada III	36	24	60
	Seminário Integrador III	4		4
		222	145	367

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
4º semestre	Política e Gestão da Educação do Campo	36	24	60
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	36	24	60
	Metodologia Científica	36	24	60
	Bioquímica	36	24	60
	Botânica II	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada IV	36	24	60
	Seminário Integrador IV	4		4
		220	144	364

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
5º semestre	Metodologia do Ensino	36	24	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	36	24	60
	Vertebrados	36	24	60
	Parasitologia	26	17	43
	Microbiologia	26	17	43
	Prática Pedagógica Integrada V	24	16	40
	Seminário Integrador V	4		4
		188	122	310

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
6º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36	24	60
	Bioestatistica	26	17	43
	Ecologia	36	24	60
	Biologia da Conservação e Biogeografia	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	50	100	150
	PráticaPedagógicaIntegrada VI	24	16	40
	SeminárioIntegrador VI	4		4
		212	205	417

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
semest	Educação em Ciência e Tecnologia	36	24	60

	Embriologia e Histologia	26	17	43
	GenéticaBásica	36	24	60
	Geologia	26	17	43
	LIBRAS	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VII	24	16	40
	Seminário Integrador VII	4		4
		238	222	460

	Componentes Curriculares	T.E	T.C.	TOTAL
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	36	24	60
	Anatomia e Fisiologia Animal	38	25	63
	Genética de Populações e Evolução	51	34	85
	Estágio Curricular Supervisionado III	40	60	100
	PráticaPedagógicaIntegrada VIII	24	16	40
	SeminárioIntegrador VIII	4		4
		193	159	352

Total dos componentes curriculares	1734	1298	3032
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200		

Legenda	
Disciplinas de Formação Específica	
Disciplinas de Formação Pedagógica	
Disciplinas de Formação Básica	
Prática enquanto Componente Curricular	
Estágio Curricular Supervisionado	

4.4.3. Pré-Requisitos

A Matriz Curricular apresenta os componentes curriculares que farão parte do processo Formativo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em suas respectivas habilitações. Nesse decurso, compreende-se que é necessário estabelecer alguns pré-requisitos, como condição indispensável para o adequado desenvolvimento do processo formativo.

Entendem-se como pré-requisitos as condições obrigatórias e indispensáveis a serem cumpridas antes do início de um novo componente curricular, ou seja, é necessário que o aluno conclua um componente curricular, ou um conjunto de componentes curriculares nos quais deve obter aprovação, para matricular-se em outro componente curricular, visando dar continuidade ao processo formativo. Nesse contexto, ficam assim definidos os pré-requisitos:

4.4.3.1. **Pré-Requisitos Específicos da Habilitação em Ciências Agrárias**

I Semestre

Antropologia das Populações Rurais - é pré-requisito de Biogeografia, Ecoagricultura e Etnoconservação e Comunicação e Extensão Rural (Terceiro Semestre).

Fundamentos de Agroecossistemas - é pré-requisito de Abordagem Sistêmica na Agricultura (Terceiro Semestre)

II Semestre

Dinâmica e Evolução dos Sistemas Agrários - é pré-requisito de Abordagem Sistêmica na Agricultura (Terceiro Semestre).

III Semestre

Abordagem Sistêmica na Agricultura é pré-requisito de Fundamentos de Agroecologia (Quarto Semestre).

Comunicação e Extensão Rural é pré-requisito de Desenvolvimento Rural e Territorialidade e Gestão, Associativismo e Economia Solidária (Oitavo Semestre).

IV Semestre

Fundamentos de Agroecologia é pré-requisito de Sistemas de Produção Animal e Sistemas de Produção Vegetal (Quinto Semestre).

V Semestre

Sistemas de Produção Animal e Sistemas de Produção Vegetal é pré-requisito de Gestão de Unidades de Produção (Sétimo Semestre).

VI Semestre

Agroindústria Familiar Rural é pré-requisito de Gestão de Unidades de Produção (Sétimo Semestre).

4.4.3.2. **Pré-Requisitos Específicos da Habilitação em Ciências da Natureza**

I Semestre

Introdução a Biologia - é pré-requisito de Botânica I e Invertebrados (ambas do terceiro semes-

tre).

Biologia Molecular e celular - é pré-requisito de Bioquímica (quarto semestre sem) e de Genética Básica (Sétimo Semestre).

III Semestre

Invertebrados - é pré-requisito de Vertebrados (Quinto Semestre) Botânica I
- é pré-requisito de Botânica II (Quarto Semestre)

IV Semestre

Bioquímica - é pré-requisito de Microbiologia (Quinto Semestre) e Genética Básica (Sétimo Semestre).

VI Semestre

Bioestatistica - é pré-requisito de Genética de Populações (Oitavo Semestre).

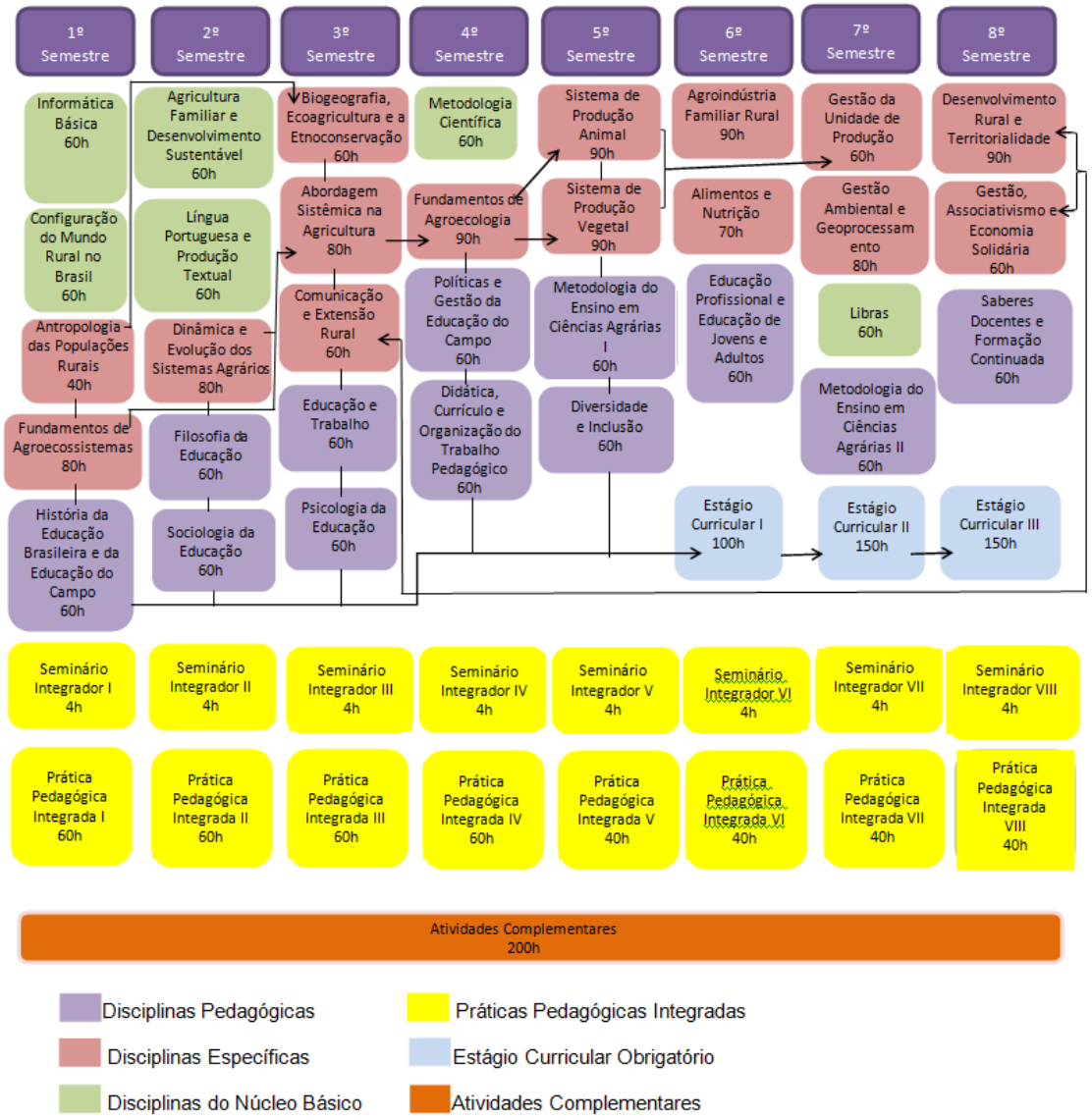
VII Semestre

Embriologia e Histologia - é pré-requisito de Anatomia e Fisiologia (Oitavo Semestre) Genética básica - é pré-requisito de Genética de Populações

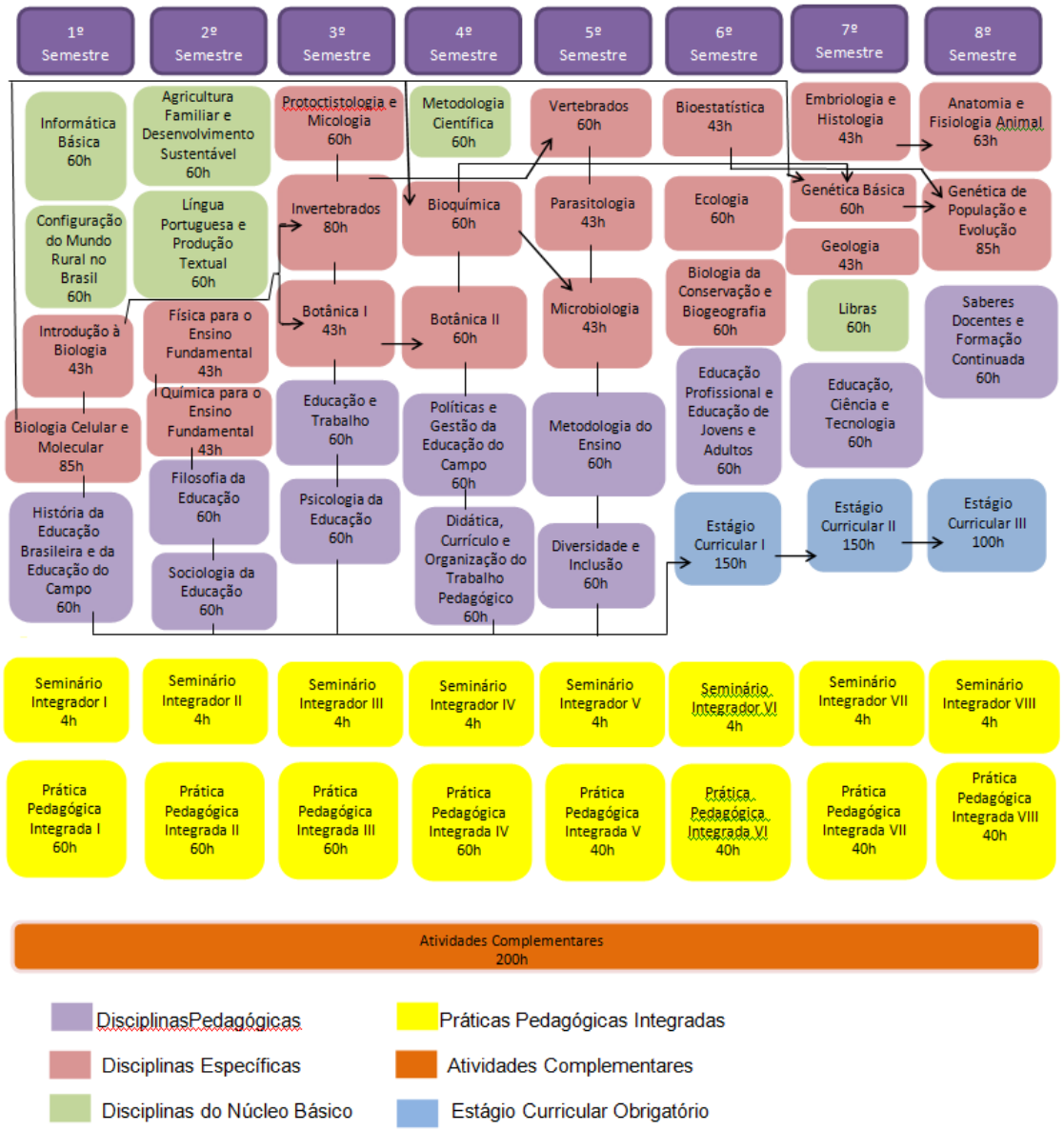
Estágios, em ambas as habilitações:

Quanto aos estágios é condição obrigatória ter concluído e ter logrado aprovação em todas as disciplinas do núcleo específico e pedagógico do primeiro ao quinto semestre do curso**.** Ainda, é necessário antes de iniciar o Estágio Supervisionado II, ter concluído e ser aprovado no Estágio Supervisionado I. Da mesma forma, para matricular-se no Estágio Supervisionado III é pré-requisito ter concluído e ser aprovado em Estágio Supervisionado II.

4.5. Representação gráfica do perfil de formação - Habilitação em Ciências Agrárias



4.6. Representação gráfica do perfil de formação - Habilitação em Ciências da Natureza



4.7. Prática Profissional

4.7.1. Prática enquanto Componente Curricular – PeCC

Está previsto, na organização curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo as Práticas enquanto Componente Curricular. Estas práticas, segundo as Resoluções CNE/CP nº 02/2015, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena, devem compor uma carga horária de 400 horas a ser vivenciadas ao longo do curso desde o seu início.

A metodologia escolhida para a realização dessas atividades inclui a realização de práticas pedagógicas integradas e projetos integradores, que serão desenvolvidos ao longo do curso, nos componentes curriculares de Práticas Pedagógicas Integradas (I a VIII).

Durante o curso, os alunos terão contato com as práticas profissionais integradoras e projetos integradores, que envolverão as disciplinas do semestre, numa perspectiva interdisciplinar, e serão relativos à prática docente nas escolas do campo e a habilitação específica em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias. Entre essas atividades, podem ser citadas a participação em pesquisas educacionais, programas de extensão, elaboração de material didático, desenvolvimento de projetos de eventos científicos, socialização de experiências significativas, entre outros. A definição dessas atividades será efetuada conjuntamente entre os alunos e professores das diversas disciplinas, a partir de sugestões das partes envolvidas, podendo uma prática estar articulada a outra.

As práticas pedagógicas integradas devem relacionar a prática docente, as ações do professor na Educação Básica, e a habilitação específica escolhida. Nessas é relevante ter como temática principal: a realidade das escolas de educação básica do campo, seus desafios contemporâneos e possibilidades; o currículo integrado; o PROEJA; as novas formas de ensinar e aprender; a educação e as novas tecnologias; a educação profissional; a gestão escolar na escola do campo; a educação ambiental; a educação em direitos humanos; a história e a cultura afro-brasileira e indígena; a atuação do licenciado em Educação do Campo, em espaços escolares e não escolares; a inovação pedagógica na escola.

As práticas profissionais, bem como os projetos integradores, objetivam fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, o que funcionará como um espaço interdisciplinar, com a finalidade de proporcionar ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos desenvolvidos em cada período letivo.

4.7.2. Estágio Curricular Supervisionado

Está previsto, na organização curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo as Práticas enquanto Componente Curricular. Estas práticas, segundo as Resoluções CNE/CP nº 02/2015, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior,

curso de licenciatura e de graduação plena, devem compor uma carga horária de 400 horas a ser vivenciadas ao longo do curso desde o seu início.

A metodologia escolhida para a realização dessas atividades inclui a realização de práticas pedagógicas integradas e projetos integradores, que serão desenvolvidos ao longo do curso, nos componentes curriculares de Práticas Pedagógicas Integradas (I a VIII).

Durante o curso, os alunos terão contato com as práticas profissionais integradoras e projetos integradores, que envolverão as disciplinas do semestre, numa perspectiva interdisciplinar, e serão relativos à prática docente nas escolas do campo e a habilitação específica em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias. Entre essas atividades, podem ser citadas a participação em pesquisas educacionais, programas de extensão, elaboração de material didático, desenvolvimento de projetos de eventos científicos, socialização de experiências significativas, entre outros. A definição dessas atividades será efetuada conjuntamente entre os alunos e professores das diversas disciplinas, a partir de sugestões das partes envolvidas, podendo uma prática estar articulada a outra.

As práticas pedagógicas integradas devem relacionar a prática docente, as ações do professor na Educação Básica, e a habilitação específica escolhida. Nessas é relevante ter como temática principal: a realidade das escolas de educação básica do campo, seus desafios contemporâneos e possibilidades; o currículo integrado; o PROEJA; as novas formas de ensinar e aprender; a educação e as novas tecnologias; a educação profissional; a gestão escolar na escola do campo; a educação ambiental; a educação em direitos humanos; a história e a cultura afro-brasileira e indígena; a atuação do licenciado em Educação do Campo, em espaços escolares e não escolares; a inovação pedagógica na escola.

As práticas profissionais, bem como os projetos integradores, objetivam fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, o que funcionará como um espaço interdisciplinar, com a finalidade de proporcionar ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos desenvolvidos em cada período letivo.

Quadro 1 – Estágio Curricular Supervisionado Ciências Agrárias

Estágio Curricular Supervisionado	CH Supervisão	CH Campo	CH Total
Estágio Curricular Supervisionado I	40	60	100
Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
Estágio Curricular Supervisionado III	50	100	150
Total	140	260	400

Quadro 2 – Estágio Curricular Supervisionado- Ciências da Natureza

Estágio Curricular Supervisionado	CH Supervisão	CH Campo	CH Total
Estágio Curricular Supervisionado I	50	100	150
Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
Estágio Curricular Supervisionado III	40	60	100
Total	140	260	400

4.8. Atividades Acadêmico-científico-culturais

As atividades acadêmico-científico-culturais visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do licenciando, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, o licenciando deve realizar ao longo do curso o mínimo de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

No curso de Licenciatura em Educação do Campo caracterizam-se como atividades acadêmico-científico-culturais aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outros espaços institucionais.

As atividades acadêmico-científico-culturais devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das atividades acadêmico-científico-culturais se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização/oferta, no qual deve constar a carga horária da atividade realizada e a programação desenvolvida.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento semestral do cumprimento da carga horária de atividades acadêmico-científico-culturais pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

A integralização da carga horária exigida para atividades acadêmico-científico-culturais deverá ocorrer antes da conclusão do último semestre do curso pelo estudante, com a devida comprovação do cumprimento da carga horária.

Essas atividades devem envolver ensino, pesquisa e extensão, com respectivas cargas horárias previstas no Quadro abaixo:

Quadro 3: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO	CARGA HORÁRIA MÁXIMA EM TODO O CURSO

	(HORAS)
Participação em cursos extracurriculares na área	100 horas
Participação em atividades artísticas e culturais em áreas afins	40 horas
Participação representando a instituição/curso em eventos cívicos, feira de profissões, feiras científicas, eventos técnicos e outros ligados a área do curso	40 horas
Participação em trabalho voluntário, atividades comunitárias e em atividades beneficentes devidamente comprovadas	50 horas
Participação em diretórios acadêmicos, liderança de turmas e entidades de classe	80 horas
Participação em eventos acadêmicos como participante	100 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como autor do trabalho)	80 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como colaborador do trabalho)	80 horas
Apresentação oral de palestra técnica, oficinas, seminários, cursos da área específica	80 horas
Premiação em trabalho acadêmico	40 horas
Expositor em exposição artística ou cultural	40 horas
Participação em cursos extracurriculares em áreas afins	40 horas
Cursos a distâncias em áreas afins	50 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.)	40 horas
Cursos de informática	40 horas
Programas de incentivo da própria instituição: monitorias e outros programas do IF FARROUPILHA – *Campus* Jaguari	100 horas
Participação emProjetos de Ensino (fora do correspondente do tempo comunidade)	100 horas
Participação emProjetos de Extensão (fora do correspondente ao tempo comunidade)	100 horas
Participação emProjetos de Pesquisa (fora do correspondente ao tempo comunidade)	100 horas
Bolsista em projetos de Ensino, pesquisa ou extensão	100 horas
Publicações:artigos em revista da instituição e/ou congresso da área	10 horas por artigo
Publicações: artigos publicados em revista com corpo editorial	100 horas
Tutoria de ensino a distância na área de educação	100 horas
Tutoria em pólos presenciais na área de educação	100 horas
Organizadores de eventos acadêmicos	100 horas
Participação efetiva na organização de exposições, seminários e eventos culturais e políticos	100 horas
Estágios curriculares não obrigatórios (extracurriculares)	100 horas
Estágio de vivência na área da Educação do Campo	100 horas

Disciplinas cursadas em outros cursos em áreas afins	90 horas

4.9. Avaliação

4.9.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem nos cursos do Instituto Federal Farroupilha segue o disposto no Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar, aprovado pela resolução n° 04/2010, de 22 de fevereiro de 2010. De acordo com o regulamento e com base na Lei nº 9394/96, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, autoavaliações, portfólios, cadernos de atividades, relatos de experiências/vivências e outros, a fim de atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do(a) aluno(a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida. Em cada componente curricular, o professor deve oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o(a) aluno(a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei nº 9394/96.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas. As notas deverão ser expressas com uma casa após a vírgula sem arredondamento. A nota mínima para aprovação é 7,0. Caso o estudante não atinja média 7,0, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame é 5,0, considerando o peso 6,0 para a nota obtida antes do exame e peso 4,0 para a nota da prova do exame.

No Curso de Licenciatura em Educação do Campo, também serão consideradas as competências profissionais anteriormente desenvolvidas, conforme regulamento do IF Farroupilha.

4.9.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IF Farroupilha conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Farroupilha foi aprovado através Resolução CONSUP nº 073/2013, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada Campus da instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.9.3. Avaliação do Curso

A avaliação do curso será realizada de forma constante, nas reuniões de colegiado, reuniões com as turmas e com os gestores, sejam os coordenadores ou diretores da instituição. Esta dinâmica permitirá documentar os pontos positivos e negativos, as possibilidades e os limites, os avanços e as dificuldades, subsidiando a tomada de posição e a redefinição de rotas a seguir.

Para que esta dinâmica seja possível, os conceitos de avaliação incorporados neste PPC devem estar presentes de forma permanente, com vistas a possibilitar que sejam atingidos plenamente os objetivos do Curso.

Os documentos originados destas avaliações compreendem as atas das reuniões dos diversos colegiados e grupos existentes, bem como nos relatórios dos processos avaliativos institucionais, em especial os resultados do relatório da Comissão Própria de Avaliação da Instituição.

Os processos avaliativos do Curso devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para dar conta dos objetivos propostos e até mesmo para a retomada da discussão e redefinição destes, através do Núcleo Docente Estruturante.

A consideração dos diversos processos avaliativos deverá desencadear alterações sempre que necessário e respeitando-se os trâmites e exigências legais e institucionais, bem como informando, permanentemente, a comunidade acadêmica das transformações efetuadas.

4.10.Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores no Curso de Licenciatura em Educação do Campo compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de graduação.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado pelo(s) professore(s) da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I – a correspondência entre a ementa e/ou programa cursado na outra instituição e a do curso realizado no Instituto Federal Farroupilha, não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

II - a carga horária cursada deverá ser igual ou superior àquela indicada no componente curricular do respectivo curso no Instituto Federal Farroupilha;

III - além da correspondência de ementa e carga horária entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado;

IV – caso necessário, a Comissão poderá levar casos especiais para análise do Colegiado de Curso.

O aproveitamento de estudos anteriores não deve ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do curso de Licenciatura em Educação do Campo, de acordo com a matriz curricular a qual o estudante está vinculado.

Os procedimentos para a solicitação de aproveitamento de estudos anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

De acordo com a LDB 9394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do Instituto Federal Farroupilha em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da realização de avaliação teórica e/ou prática.

A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta pelo(s) professore(s) da área de conhecimento, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com as ementas dos componentes curriculares para o qual solicita a certificação de conhecimentos. O resultado mínimo da avaliação para obtenção de certificação em componente curricular deverá ser de 7,0.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) bem como para Estágio Curricular Supervisionado.

Os procedimentos para a solicitação de certificação de conhecimentos seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.12. Expedição de Diploma

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula em cada um deles, antes do prazo para Jubilamento, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

O aluno receberá o diploma de licenciado em Educação do Campo, com a indicação da habilitação cursada. Os Diplomas serão expedidos pela Reitoria do Instituto Federal Farroupilha com Sede em Santa Maria. As normas para expedição de Diplomas e Históricos Escolares finais estão normatizadas através de regulamento próprio.

4.13.Ementário

4.13.1. Componentes Curriculares – Núcleo Comum (equivalente em ambas as habilitações)

Componente Curricular: Informática Básica	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 1º semestre
Ementa	
Conceitos Básicos em Computação (software: sistema operacional; hardware: componentes do computador). Auxiliar de apresentação e editor de texto para trabalhos acadêmicos. Planilha Eletrônica. Aplicativos de informática para o ensino na Educação Básica.	
Bibliografia Básica	
ALVES, William Pereira. **Informática fundamental**: introdução ao processamento de dados. São Paulo: Érica, 2010. VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática** conceitos básicos. 10. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017. E-Book. TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2013.	
Bibliografia Complementar	
CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson, c2004. MANZANO, André Luiz Navarro Garcia. **Estudo dirigido de informática básica.** 7. São Paulo: Érica, 2009. GOOKIN, Dan. **Notebooks & laptops para leigos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009. E-Book. RABELO, João. **Introdução à informática e windows XP**: fácil e passo a passo! Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. FRYE, Curtis D. **Microsoft Office Access 2007.** Porto Alegre Bookman 2014. (Rápido e fácil). E-Book.	

Componente Curricular: Configuração do Mundo Rural no Brasil	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 1º semestre
Ementa	
Conceito de mundo rural e de agricultura camponesa; Constituição do novo rural brasileiro; Pluriatividade e multifuncionalidade no meio rural; Redes e Atores do espaço rural; Dinâmica e Conflitos da Modernização Agrícola; Políticas agrícolas do campo.	
Bibliografia Básica	
IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; GIANASI, Lussandra Martins (Org.). **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha:** gênero, biodiversidade**,** patrimônio rural, artesanato e agroecologia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. (Coleção Sociedade e Cultura). KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. (Série estudos rurais).	
Bibliografia Complementar	
FROEHLICH, José Marcos (Org.). **Desenvolvimento territorial**: produção, identidade e consumo. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2012. GUANZIROLI, Carlos Enrique et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. (Terra mater). HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Org.). **Mundo rural IV**: configurações rural-urbanas : poderes e políticas. Rio de Janeiro: Edur, Mauad X, 2007. MORAES, Reginaldo C. de; ÁRABE, Carlos Henrique Goulart; SILVA, Maitá de Paula e. **As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.	

Componente Curricular: Língua Portuguesa e Produção Textual	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 2º semestre
Ementa	
Caracterização do texto como unidade comunicativa. Análise de textos de gêneros e tipologias variadas. Caracterização dos processos retóricos na organização dos textos de circulação predominante nas diversas áreas do conhecimento. Identificação e aplicação de estratégias de redução de informação. Caracterização e produção de textos, resumo, resenhas, ofícios, memorandos.	
Bibliografia Básica	
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, [2007]. GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça . **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2013.	
Bibliografia Complementar	
MARTINO, Agnaldo. **Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2014. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da língua portuguesa**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de texto**: leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, [2006]. SARMENTO, Leila Lauar. **Oficina de redação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.	

Componente Curricular: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 2º semestre
Ementa	
Redes Sociais e Economias Locais. A importância histórica e contemporânea da produção familiar na agricultura. A emergência da noção "sustentabilidade", sua moldura teórica e implicações empíricas. A relação entre sustentabilidade e sistemas de produção agrícolas familiares, suas articulações, convergências, impasses e limites em um campo de possibilidades. Os elementos e estratégias para uma agricultura familiar sustentável no mundo agrário contemporâneo. Panorama da estrutura agrária do Rio Grande do Sul. Agricultura familiar e campesinato. Educação Ambiental.	
Bibliografia Básica	
GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2008. LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção educação ambiental). PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2008. (Estudos rurais).	
Bibliografia Complementar	

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Org.). **Inovações na agricultura familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação : princípios/fins da formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVEIRA, Jaqueline Patrícia; HILLESHEIM, Luis Pedro; GIACOMELLI, Sandro Rogério (Org.). **Caminhos possíveis para o desenvolvimento da agricultura familiar**. Frederico Westphalen: URI/FW, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012. (Repensando a geografia).

Componente Curricular: Metodologia Científica	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 4º semestre

Ementa

Epistemologia da ciência; Técnicas para sintetizar textos; Os trabalhos científicos: resumo, paper, artigo, ensaio, resenha. Normatização e uniformização redacional (ABNT e Sistema Internacional). Conceito de ciência e seus métodos. O processo de pesquisa. Tipos de Pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa, a escolha do tema, o problema, os objetivos, às hipóteses, tipo de estudo e procedimentos metodológicos. Formas de análise de dados e, apresentação do relatório da pesquisa. Natureza da pesquisa em educação do campo. Problemas éticos e metodológicos da pesquisa educacional.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JACOBINI, Maria Letícia de Paiva. **Metodologia do trabalho acadêmico**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria**. Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. (Saúde em debate ; 46).

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

Componente Curricular: Libras	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 7º semestre

Ementa

Legislação e inclusão. Noções básicas da língua de Sinais Brasileira. Características da língua, seu uso e variações regionais. Configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais, números; expressões socioculturais positivas:cumprimento, agradecimento, desculpas, expressões socioculturais negativas: desagrado, verbos e pronomes, noções de tempo e de horas. Diálogo e conversação.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, César Fernando; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed.). **Novo Deit-Libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: baseado em linguísticas e neurociências cognitivas. 3 ed. rev. E ampl. São Paulo: EDUSP, 2013. 2v.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: ArtMed, 2007. E-Book.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010.

Bibliografia Complementar
LOPES, Maura Corcini. **Inclusão & educação.** São Paulo: Autêntica , 2013. E-Book. CIRINO, Giovanni. **A inclusão social na área educacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2015. E-Book. DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas** avanços e desafios. São Paulo: Autêntica, 2012.. E-Book. Morais, Carlos Eduardo Lima de (et. al.). **LIBRAS**. 2.ed. Porto: Alegre SER – SAGAH, 2019. E-Book. PLINSKI, Rejane Regina Koltz. **Libras.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-Book.

4.13.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico

4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico (equivalente em ambas as habilitações)

Componente Curricular: História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 1º semestre
Ementa	
O processo histórico da introdução da educação no Brasil. Contextos teórico-metodológicos da história da produção da educação do campo. Trajetória da Educação rural no Brasil. Educação Rural versus Educação do Campo. Conceitos e perspectivas para a educação do campo na atualidade. Especificidade da educação do campo: concepções e práticas. Luta por uma educação do campo de qualidade.	
Bibliografia Básica	
CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo:Ed. UNESP, c 1999. (Encyclopaedia). GHEDIN, Evandro (Org.). **Educação do campo:** epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira:** da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, c2009.	
Bibliografia Complementar	
ARROYO, Miguel González; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília: UNICEF, 1999. (Coleção por uma educação básica do campo ; 2). MARTINS, Aracy Alves. **Educação do campo** desafios para a formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009. E-Book. CALDART, Roseli Salete (Org.) et al. **Dicionário da educação do campo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, São Paulo:Expressão Popular, 2012. SILVA, Rui Corrêa da. **Extensão rural.** São Paulo: Érica, 2014. E-Book. MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas** combatendo as desigualdades sociais. São Paulo: Autêntica, 2010. E-Book.	

Componente Curricular: Filosofia da Educação	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 2º semestre
Ementa	
Fundamentos Filosóficos da Educação: racionalismo, empirismo, idealismo, fenomenologia, existencialismo, positivismo e marxismo. Filosofia moderna e contemporânea e sua implicação no processo de formação do homem. Tendências pedagógicas. O campo como objeto epistemológico e problematizador da realidade rural brasileira.	
Bibliografia Básica	
CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à filosofia.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2012. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira:** da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, c2009. ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. (Biblioteca Artmed. Fundamentos da Educação).	
Bibliografia Complementar	
RANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 4. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2009. BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento.** 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012. (Fundamentos da educação). GALLO, Sílvio (Coord.). **Ética e Cidadania:** Caminhos da Filosofia : Elementos para o Ensino da Filosofia. 20. ed. Campinas: Papirus, 2012. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).	

Componente Curricular: Sociologia da Educação	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 2º semestre
Ementa	
A Educação como processo social. Educação e estrutura social. Tendências teóricas da Sociologia da Educação e sua influência na educação brasileira. Sociologia do desenvolvimento e mudança social; a crença do desenvolvimento como ideal-força da modernidade. Mundialização e desenvolvimento. Análise e visão crítica dos diversos aspectos da problemática do desenvolvimento rural em nossa sociedade, tais como: as questões agrárias e agrícolas, a atuação do estado, movimentos sociais do campo, ciência, tecnologia e modernização agrícola.	
Bibliografia Básica	
DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Lisboa:Edições 70, 2011. (Colecção biblioteca 70 ; 26). FURTADO, Celso.**Raízes dosubdesenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.	
Bibliografia Complementar	

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 2. São Paulo: Grupo Almedina, 2018. (Biblioteca 70). E-Book.

MARQUES, Silvia. **Sociologia da educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2012. (Educação). E-Book.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação:**introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2010. (Coleção escola e participação ; 4).

APPLE, Michael W. **Sociologia da educação** análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. E-Book.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). **Família e escola:** trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção ciências sociais da educação).

Componente Curricular: Educação e Trabalho	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Fundamentos sócio-históricos do conceito de trabalho. Trabalho, Educação e Ciência. A reflexão contemporânea sobre trabalho articulada ao trabalho docente.	
Bibliografia Básica	
ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**:ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. FRIGOTTO. G.; CIAVATTA. M. C. (Orgs.) **A experiência do trabalho e a educação básica.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. HATTIE, John. **10 princípios para a aprendizagem visível** educar para o sucesso. Porto Alegre: Penso, 2019. E-Book.	
Bibliografia Complementar	
MÈSZAROS,I. **A educação para além docapital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Orgs.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2013. THERBORN,Göran. **Domarxismoaopós-marxismo?** São Paulo: Boitempo, 2012. VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia.** Riode Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1. GOMES, N. L. (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei nº 10.639/03.** Brasília: Mec, UNESCO, 2012.	

Componente Curricular: Psicologia da Educação	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Principais contribuições teóricas da Psicologia da Educação sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem humana. A psicologia na formação dos professores. Teorias da Aprendizagem. Psicologia do desenvolvimento da criança, adolescentes e adultos; influências sociais e condições de aprendizagem na situação escolar do campo.	
Bibliografia Básica	

COLL, César. (Org.) **Psicologia da educação**.Porto Alegre: ArtMed, 1999.

COLL, César.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Ale gre: Artmed, 2004. v.1.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

BIAGGIO, Angela M. Brasil. **Psicologiadodesenvolvimento.** 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLL, César; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J.(Orgs.).**Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 2.

Coletta, Eliane Dalla (et.al.). **Psicologia da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-Book.

LEFRANÇOIS, G. R. **Teorias da aprendizagem:** o que a velha senhora disse. São Paulo: Cengage Learning,2009.

COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação** psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Penso, 2007. V.2. E-Book.

Componente Curricular: Política e Gestão da Educação do Campo	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:** 4º semestre

Ementa

Políticas públicas de educação do Campo. As políticas públicas para formação de profissionais de educação do campo. Políticas públicas para a Educação Básica: transporte, financiamento, livro didático, merenda, censo escolar. A Legislação e o contexto do Ensino Fundamental e Médio no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

Bibliografia Básica

ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M.C.(Orgs.). **Por uma educação do campo.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico compreensiva, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Bibliografia Complementar

TOLEDO, Margot de. **Gestão da educação** pública e privada. São Paulo: Cengage Learning, 2016. E-Book.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira** estrutura, administração, legislação. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2018. E-Book.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

CALDART, R S. **Pedagogia do Movimento semterra.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. E-Book.

Componente Curricular: Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:** 4º semestre

Ementa

Estudo das tendências pedagógicas e epistemológicas do fazer docente, formação do professor e suas relações com a concepção metodológica da ação docente, planejamento e avaliação da prática pedagógica. Prática docente na pedagogia da alternância. Currículo e organização pedagógica para a escola do campo.

Bibliografia Básica

GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). **Currículo na contemporaneidade:** incertezas e desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; MOURÃO, Laís (Org.). **Licenciaturas em educação do campo:** registros e reflexões a partir das experiências piloto. Belo Horizonte:Autêntica, 2011. (Caminhos da educação do campo).

Bibliografia Complementar

HERNÁNDEZ, Fernando ; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho:** o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

IMBERNÓN,Francisco.**Formaçãodocenteeprofissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossaépoca ; v.14).

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo:** debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Cultura, memória e currículo; 2).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. 9. ed. Campinas: Papirus,2012. (Magistério: formação e trabalho pedagógico.).

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; EVANGELISTA, Aracy Alves Martins (Org.). **Educação do campo:** desafios para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Caminhos da educação do campo ; 1).

Componente Curricular: Diversidade e Educação Inclusiva	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:** 5º semestre

Ementa

O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva, os conceitos de integração, inclusão e exclusão, diversidade, pluralidade, igualdade e diferença; os processos de inclusão e exclusão na rede regular de ensino. Políticas Públicas de Inclusão; Família e Inclusão; Definição, Identificação, Diagnóstico, Características e Adaptações educacionais das pessoas com necessidades especiais; A inclusão escolar e suas especificidades; Processos sociais de estigmatização e segregação; Necessidades educacionais especiais no universo escolar; Inclusão no Brasil, O contexto brasileiro e outros contextos; A inclusão ideal e a inclusão existente. Tecnologias Assistivas. Legislação e políticas públicas em educação inclusiva no Brasil. Relações de gênero e Diversidade sexual. Perspectivas histórico-culturais e psicossociais da diversidade e das diferenças do ser humano. A população brasileira, a história e a cultura Afro-brasileira e Indígena e o resgatedas contribuições nas áreas social, econômica e política. Espaços, saberes e práticas escolares em diferentes sujeitos e gêneros. Educação em DireitosHumanos.
Bibliografia Básica
ANDRÉ, M. (Org.). **Pedagogia das diferençasna sala de aula.** 11. ed. Campinas: Papirus, 2012. BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. (Orgs.).**Avanços em políticas de inclusão:** o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N. (Orgs.). **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores.** Belo Horizonte: Formato, 2004.
Bibliografia Complementar
MAZZOTTA, M J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: ArtMed, 2007. E-Book. LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Autêntica, 2010. E-Book. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. São Paulo: Saraiva, 2018. E-Book. TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. São Paulo: Autêntica, 2010. (Cadernos da diversidade). E-Book.

Componente Curricular: Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 6º semestre
Ementa	
A educação profissional no Brasil. Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. A educação de adultos e os movimentos populares. A educação de jovens e adultos na política nacional de educação e no Rio Grande do Sul. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. O PROEJA como instrumento de inclusão social no campo. Currículo Integrado, Educação e Trabalho.	
Bibliografia Básica	
GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011. PAIVA, V. P. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003. PINTO, Á. V. **Sete lições sobre a educação deadultos.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
Bibliografia Complementar	

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico.** 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DELPHINO, F. B. de B. **A educação profissional:** contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo. São Paulo: Ícone, 2010. (Coleção Conhecimento e Vida).

SIQUEIRA, Antonio Rodolfo de. **Educação de jovens e adultos.** Porto Alegre: SER – SAGAH, 2017. E-Book.

MASAGÃO, V. M. R. **Educação de jovens e adultos:** novos leitores, novas leituras. Campinas: Ação Educativa, 2001.

MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Componente Curricular: Saberes Docentes e Formação Continuada	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 8º semestre

Ementa

A formação do professor e a construção dos saberes docentes. Didática e ensino: tendências pedagógicas. A função social do ensino e as concepções do processo de aprendizagem. Planejamento e os elementos do processo de ensino. Metodologias, Procedimentos e Técnicas. Relação pedagógica: professor e aluno. Avaliação da Aprendizagem: objetivos, tipos e funções. Os professores e sua identidade profissional. A formação Continuada de Professores.

Bibliografia Básica

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia e prática docente**.São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

TARDIF,M.**Saberesdocenteseformaçãoprofissional.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. **Imagens quebradas:** trajetórias etempos de alunos e mestres. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

IMBERNÓN. F. **Formação docente e profissional:**formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. SãoPaulo: Cortez, 2011.

IMBERNÓN.F.**Formaçãocontinuadadeprofessores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento SemTerra.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre Artmed, 2015. E-Book.

4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico (habilitação em Ciências Agrárias)

Componente Curricular: Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias I	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 5º semestre

Ementa

O papel da metodologia de ensino das Ciências Agrárias na educação formal técnica e educação não-formal; relações e concepções de ensino, conteúdos curriculares e metodologias específicas para a área; reflexões sobre o papel da escola profissionalizante e do professor; O ensino e a aprendizagem de conhecimentos na Educação Básica. Metodologias de ensino e construção de materiais pedagógicos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais nas áreas para o Ensino Médio. Propostas de avaliação da aprendizagem interdisciplinar. Plano de Trabalho do Professor integrado. Projetos Integradores. Propostas de Pedagogia daAlternância.
Bibliografia Básica
RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. VEIGA, I. P. A. **Aula**: gênese, dimensões, princípios e práticas. 2. ed. Campinas: Papirus, 2011. FAIRSTEIN, G. A.; GYSSELS, S. **Como se ensina**? Programa Internacional de Formação de Educadores Populares. São Paulo: Loyola, 2005.
Bibliografia Complementar
FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. GOODSON, I. F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. QUEIROZ, J. B. P.; SILVA, V. C. E; PACHECO, Z. (Orgs.) **Pedagogia da alternância**: construindo a educação do campo. Goiânia: UCG, 2006. SOUZA, M. A. de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Pedagógico (habilitação em Ciências da Natureza)

Componente Curricular: Metodologia do Ensino	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 5º semestre
Ementa	
As diferentes perspectivas sobre a produção do conhecimento científico. A história do ensino de ciências e biologia no Brasil. Alfabetização científica. Propostas curriculares e materiais didáticos de ciências e biologia. Pesquisas sobre o ensino de ciências e biologia no Brasil. Metodologias do processo de ensino-aprendizagem. Atividades de práticas de ensino: planejamento, avaliação e ensaios pedagógicos.	
Bibliografia Básica	
BIZZO, N. M. V. **O ensino de ciências e os erros conceituais:** reconhecer e evitar. São Paulo: Editora do Brasil, 2012. BIZZO, N. M. V. **Pensamento científico:** a natureza da ciência no ensino fundamental. São Paulo: Melhoramentos Ltda, 2012. TRIVELATO, Sílvia Frateschi. **Ensino de ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. E-Book.	
Bibliografia Complementar	

BIZZO, N. V. **Ciências:** fácil ou difícil?. São Paulo:Ed. Biruta, 2009.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo de ciências.** São Paulo. EDU: Ed. Universidade Federal de São Paulo, 1987.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensino de ciências por investigação.** São Paulo: Cengage Learning, 2014. E-Book.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensino de ciências** unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2012. E-Book.

NARDI, R. (Org.). **Questões atuais no ensino deciências**. São Paulo: Escrituras, 1998.

Componente Curricular: Educação em Ciências e Tecnologia	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 7º semestre
Ementa	
Ambiente, desenvolvimento e educação. Ética e Educação Ambiental.Compromissos mundiais da Educação Ambiental. As questões ambientais na Educação formal e não-formal: construção de alternativas pedagógicas de intervenção com as novas tecnologias. Tendências na educação e em ciências e suas implicações com a tecnologia. Relações entre sociedade, cultura e meio ambiente. Educação ambiental frente aos novos paradigmas.	
Bibliografia Básica	
DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios epráticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. **Educação ambiental:**uma metodologia participativade formação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. PEDRINI, A. de G. (Org.). **Educação ambiental:** reflexões e práticas contemporâneas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.	
Bibliografia Complementar	
BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente** uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012. E-Book. Ruscheinsky, Aloísio (Org.). **Educação ambiental abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. E-Book. Philippi Junior, Arlindo, Pelicioni, Maria Cecília Focesi (Edit.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2.ed. Barueri: Manole, 2014. E-Book. NARDI, R. (Org.). **Questões atuais no ensino deciências.** São Paulo. Escrituras, 1998.	

4.13.1. Componentes Curriculares – Núcleo Específico

4.13.1.1. Componentes Curriculares – Núcleo Específico (habilitação em Ciências Agrárias)

Componente Curricular: Antropologia das Populações Rurais	
Carga Horária: 40 h/a	**Período Letivo:** 1º semestre
Ementa	

A aventura antropológica: a especificidade da abordagem antropológica - o trabalho de campo e a construção do objeto; diferentes olhares - o estranhamento. Cultura, identidade e política: cultura reprodução social e poder; visões de tempo e natureza; mais diversidade - religião etnia, geração, gênero, região; tradições, persistência e mudança. Campesinato - terra, família e produção: grupo doméstico e estratégias familiares; casamento e estratégias reprodutivas; sucessão e transmissão de patrimônio; família e trabalho; campesinato e reprodução social; o cálculo econômico camponês. O lugar da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista do campo; modernização crise e permanência no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Bibliografia Básica

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. 7. ed. São Paulo:Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

CHEVITARESE, A. L. (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

MAZOYER, M.; ROUDART; L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduíno Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

BOTTOMORE, T. B. Introdução à sociologia. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, c 1987.

ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

Componente Curricular: Fundamentos de Agroecossistemas

Carga Horária: 80h/a | **Período Letivo:** 1º semestre

Ementa

Estrutura dos agroecossistemas: o solo; o clima; a população de plantas; a população de animais. Fundamentos de ecologia aplicados aos agroecossistemas: conceitos básicos; fatores ecológicos; relações bióticas; energia em sistemas ecológicos; fatores abióticos; evolução de ecossistemas. Conceito de sistema, ecossistema e agroecossistema. Dinâmica dos ecossistemas e agroecossistemas; diversidade e estabilidade dos agroecossistemas.

Bibliografia Básica

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Ed.) **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo:Santos , 2002.

Bibliografia Complementar

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2 .ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

FELDENS, L. **A dimensão ecológica da pequena propriedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1989.

GEBLER, L.; PALHARES, J. C. P. (Eds.). **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. (Eds.). **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2003.

Componente Curricular: Dinâmica e Evolução dos Sistemas Agrários

Carga Horária: 80h/a | **Período Letivo:** 2º semestre

Ementa

Síntese da evolução e dinâmica dos sistemas agrários em nível mundial, brasileiro e sul riograndense. O estudo dos sistemas agrários e suas abordagens. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários: natureza e origem dos principais sistemas agrários. As mudanças na agricultura e suas condições de desenvolvimento em diferentes sistemas agrários. A agricultura da América Latina e sua evolução: do período pré-colonial ao período da modernização da segunda metade do século XX.
Bibliografia Básica
MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre:UFRGS, 2009. SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2015.
Bibliografia Complementar
AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Eds.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005. BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico dos sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999. ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Anna Blume - FAPESP, 1998. ROSSINI, R. E. **Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro**: modernidade técnico-científica e diferentes usos do território. São Paulo: Annablume, 2016.

Componente Curricular: Biogeografia, Ecoagricultura e Etinoconservação	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Desenvolvimento da vida no planeta e sua dinâmica. Distribuição dos seres vivos e suas interações com o ambiente. Relação homem-natureza. Principais biomas naturais e criados pelo ser humano. Biodiversidade e etnoconservação, Biogeografia Cultural e Domesticação de plantas e animais. Ecoagricultura. Coevolução homem-natureza. Biodiversidade e o desenvolvimento agrícola. Ecologia humana.	
Bibliografia Básica	
COX, C. B.; MOORE, P. D.; SILVA, L. F. C. F. da. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolucionária. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. LEFF, H. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. SCHERR, S. J.; MCNEELY, J. A. **Ecoagricultura**: alimentação do mundo e biodiversidade. São Paulo: SENAC, 2009.	
Bibliografia Complementar	
BOELF. W. S. de et al (Orgs.). **Biodiversidade e os agricultores:** fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L & PM, 2007. BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. São Paulo: FUNPEC, 2006. CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. Recife: Cortez, 2009. SCARLATO, F. C.; PONTIN, J. A. do**. Do nicho ao lixo**: ambiente, sociedade e educação. 18 Ed. São Paulo: Atual, 2009. ROMARIZ, D. A. **Biogeografia**: temas e conceitos. São Paulo: Tecci, 2008.	

Componente Curricular: Abordagem Sistêmica na Agricultura	
Carga Horária: 80h/a	**Período Letivo**: 3º semestre
Ementa	
Enfoque sistêmico: limites, elementos, interações intra-sistemas, sub-sistema e supra-sistema, propriedades emergentes. Aspectos e dimensões da sustentabilidade: econômica, ecologia, social, cultural, energética.	

Bibliografia Básica
AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Eds.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005.
CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.
MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.
Bibliografia Complementar
ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro e Porto Alegre: ASPTA, Ed. Agropecuária. 2002.
EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origem e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuárias, 1999.
GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos na agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
SANTOS, A.; SOMMERMANN, A. **Complexidade e transdisciplinaridade:** em busca da totalidade perdida. Porto Alegre: Sulina, 2005.
SILVA, L. M. S. A. **Abordagem sistêmica na formação do agrônomo do século XXI**. Curitiba: Ed. Appris, 2011.

Componente Curricular: Comunicação e Extensão Rural	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Desenvolvimento rural e agricultura familiar. Sustentabilidade. História e conceitos de extensão rural. Extensão e política agrícola e política agrária. Extensão e movimentos sociais urbanos e rurais. Extensão cooperativismo, sindicalismo e associativismo. Extensão e comunicação. Extensão e educação: difusionismo e dialogicidade. Métodos e técnicas em extensão rural. Planejamento em extensão. Elaboração e avaliação de projetos de extensão. A diversidade étnica, cultural, social e linguística dos povos campesinos.	
Bibliografia Básica	
FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.	
LIMA, F. dos S. **Extensão rural ou extensão global?**: um paradigma em transição : os reflexos da globalização sobre o futuro da agricultura e do serviço de extensão rural no Brasil. Santa Maria: Pallotti, 2010.	
VEIGA, J. E da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP, 2012.	
Bibliografia Complementar	
ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. de F. A.; EVANGELISTA, A. A. M. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.	
ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.	
CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.	
GIMARÃES, E. S.; MOTTA, M. M. (Orgs.). **Campos em disputa**: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume, 2007.	
STARLING, H. M. M.; RODRIGUES, H. E.; TELLES, M. (Orgs.). **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.	

Componente Curricular: Fundamentos de Agroecologia	
Carga Horária: 90h/a	**Período Letivo:** 4º semestre
Ementa	
Conceitos Básicos; Princípios e processos agroecológicos; As plantas e os fatores ambientais; Manejo e Conservação do Solo e da água; Manejo da Fertilidade do Solo; Manejo Integrado de Pragas e Doenças; Manejo de Plantas Espontâneas; Práticas agroecológicas de manejo animal.	
Bibliografia Básica	

AMARAL, A. A. do. **Fundamentos de agroecologia**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2011.

AQUINO, A. M. de; ASISS, R. L. de. (Eds.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológica, 2005.

GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de (Eds.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013.

Bibliografia Complementar

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GEBLER, L.; PALHARES, J. C P. (Eds.). **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1981.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia**: e os desafios da transição agroecológica. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Componente Curricular: Sistemas de Produção Animal	
Carga Horária: 90h/a	**Período Letivo:** 5º semestre

Ementa

Fundamentos de produção animal; Sistemas de produção animal; Princípios básicos de anatomia e fisiologia dos animais; Tópicos em nutrição, melhoramento genético e sanidade animal; Manejo e criação de animais ruminantes, não-ruminantes e criações alternativas.

Bibliografia Básica

FRANDSON, R. D.; LEE WILKE, W.; FAILS, A. D. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002.

SILVA, S. C. da; NASCIMENTO JUNIOR, D. do; EUCLIDES, V. P. B. **Pastagens**: conceitos básicos, produção e manejo. Viçosa, MG: Suprema, 2008.

Bibliografia Complementar

BERTECHINI, A. G. **Nutrição de monogástricos**. 2. ed. Lavras, MG: Ufla, 2012. v. 1.

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. **Nutrição de ruminantes**. 2. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2011. v. 1.

PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. (Orgs.). **Bovinocultura leiteira**: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010. v. 1.

VAZ, C. M. S. L. **Ovinos**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

Componente Curricular: Sistemas de Produção Vegetal	
Carga Horária: 90h/a	**Período Letivo:** 5º semestre

Ementa

Introdução aos sistemas de produção vegetal; Princípios de fisiologia e ecofisiologia de plantas; Recursos genéticos vegetais e o melhoramento de plantas; Tecnologias voltadas à sustentabilidade da produção vegetal; Proteção de plantas com enfoque no manejo ecológico de pragas, doenças e plantas daninhas; Uso racional dos recursos naturais e tecnológicos na agricultura;Manejo e produção de grãos, hortaliças e frutas; Qualidade e processamento de produtos vegetais.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. Recife: Cortez, 2009.

GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de (Eds.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (Orgs.). **Transgênicos**: as sementes do mal: a silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CESNIK, R.; MIOCQUE, J. **Melhoramento da cana-de-açúcar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

PHILIPPI J., A.; PELICIONI, M. C. F. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manoli, 2014.

Componente Curricular: Agroindústria Familiar Rural	
Carga Horária: 90h/a	**Período Letivo:** 6º semestre

Ementa

História da alimentação. Conceito e análise das cadeias agroindustriais. Sistema agroalimentar localizado. Planejamento e execução de projetos agroindustriais e de desenvolvimento rural. Higiene e legislação agroindustrial. Operações de transformação de alimentos. Operações de conservação de alimentos. Políticas públicas para agroindústria familiar. Mercados institucionais: aspectos sociais, legais e éticos.

Bibliografia Básica

FROEHLICH. J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial**: produção, identidade e consumo. Ijuí: Unijuí, 2012.

ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. (Org.). **Tecnologia de alimentos**: componentes dos alimentos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 1.

SILVA, C. A. B. da; FERNANDES, A. R. (Eds.). **Projetos de empreendimentos agroindustriais**: produtos de origem vegetal. Viçosa: UFV, 2003. v. 2.

Bibliografia Complementar

BASTOS, M. S. R. **Ferramentas da ciência e tecnologia para a segurança dos alimentos**. Fortaleza: Embrapa, 2008.

GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia dos alimentos**: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel. 2008.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e rede de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2005.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

ZIBETTI, D. W.; BARROSO, L. A. **Agroindústrias**: uma análise no contexto socioeconômico e jurídico brasileiro. São Paulo: Liv e Ed. Universitária de Direito, 2009.

Componente Curricular: Alimentos e Nutrição	
Carga Horária: 70h/a	**Período Letivo:** 6º semestre

Ementa

Composição dos alimentos. Classificação dos alimentos. Guias alimentares. Valor energético e ingestão diária recomendada (IDR). Nutrição nos ciclos de vida. Alimentos funcionais. Desnutrição. Educação alimentar. Segurança alimentar e nutricional.

Bibliografia Básica

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J. L. (Eds.). **Krause alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KOBLITZ, M. G. B. **Matérias-primas alimentícias**: composição e controle de qualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

RIBEIRO, E. P.; SERAVALLI, E. A. G. **Química de alimentos**. 2. ed. rev. São Paulo: Edgar Blücher: Instituto Mauá de Tecnologia, 2007.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, W. M. C. et al. (Orgs.). **Alquimia dos alimentos**. São Paulo: SENAC, 2008.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

COSTA, N. M. B.; ROSA, C. de O. B. (Eds.). **Alimentos funcionais**: componentes bioativos e efeitos fisiológicos. Rio de Janeiro: Rubio, c2010.

LINDEN, S. **Educação alimentar e nutricional**: algumas ferramentas de ensino. 2. ed. rev. São Paulo: Varela, 2011.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Componente Curricular: Gestão Ambiental e Geoprocessamento	
Carga Horária: 80h/a	**Período Letivo:** 7º semestre

Ementa

A evolução da consciência ambiental. Valoração ambiental e instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Sistema de gestão ambiental. Fundamentos de ecologia: princípios e conceitos. O meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos; as questões ambientais globais e acordos internacionais. Legislação ambiental. Fundamentos de Sistema de Informação Geográfica: conceitos, finalidades e aplicações em Análise Ambiental. Servidor de imagens remoto: INPE e Google Earth; noções de processamento digital de imagens e análise de histogramas; Satélites de recursos naturais como suporte à gestão ambiental; monitoramento ambiental; Uso da geoinformação e gestão ambiental em tempos de mudanças globais. Exemplos de Sistemas de Informações Geográficas.

Bibliografia Básica

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: UFV, 2011.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMERO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Eds.). **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

UARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife: SEPLAN, 1998.

JENSEN, J. R. **Sensoriamento remoto do ambiente:** uma perspectiva em recursos terrestres. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

KINDEL, E. A. I. et al. **Educação ambiental**: vários olhares e várias práticas. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MONTIBELLER, G.F. **Empresas, desenvolvimento e ambientes**: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade. Barueri: Manole, 2007.

Componente Curricular: Gestão de Unidades de Produção	
Carga Horária: 60h/a	**Período Letivo:** 7º semestre

Ementa

Organização e funcionamento da Unidade de Produção Agropecuária. Aunidade de produção vista como um sistema. Racionalidade administrativa e o processo de decisão dos agricultores. Recursos, fatores de produção e condicionantes técnicos e econômicos do processo produtivo. Medidas e critérios de avaliação econômica da unidade de produção. Resultados técnicos e econômicos e análise e diagnóstico da unidade de produção. Métodos de observação e coleta de dados referente ao sistema deprodução.

Bibliografia Básica

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. 2. ed. Salvador: Edufba, 2010.

ESTEVAM, D. de O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

FERREIRA M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. (Orgs.). **Administração pública, gestão social e economia solidária:** avanços e desafios. Viçosa: UFV, 2011.

MARION, J. C. **Contabilidade rural:** contabilidade agrícola: contabilidade da pecuária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Componente Curricular: Desenvolvimento Rural e Territorialidade	
Carga Horária: 90 h/a	**Período Letivo**: 8º semestre

Ementa

Temas relacionados ao conceito de desenvolvimento local, os processos sociais geradores de capital social, o conhecimento e a problematização das experiências de desenvolvimento local. As etapas de construção de um plano local de desenvolvimento. As relações sociais necessárias para a construção de processos de desenvolvimento local. O papel e o funcionamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. As legislações e ações municipais pertinentes ao desenvolvimento local. Desenvolvimento e território.

Bibliografia Básica

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola:** manual para especialistas. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

Bibliografia Complementar

BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

LUSTOSA, M. das G. O. P. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais:** reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis Ed., 2008.

MARQUES, V. P. M. de A.; DELL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **O censo 2006 e a reforma agrária**: aspectos metodológicos e primeiros resultados. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

MEDEIROS, L. A. M.; SILVA, G. P. da (Orgs.). **Formação de líderes**: uma mudança cultural: novas experiências do Brasil, Uruguai e Paraguai. São Vicente do Sul: Instituto Federal Farroupilha, 2011.

Componente Curricular: Gestão, Associativismo e Economia Solidária	
Carga Horária: 60 h/a	**Período Letivo:** 8º semestre

Ementa

Fundamentos de Gestão rural; Coeficientes técnicos e econômicos da agricultura e da pecuária das principais atividades; Revisão de conceitos de investimentos, custos fixos e variáveis; Variáveis a considerar no planejamento de safras e de atividades; Conceitos de empreendedorismo e características dos empreendedores; Associativismo; Organizações associativas agropecuárias. Economia solidária.

Bibliografia Básica

BUTTENBENDER, P. L. (Org.). **Cooperativismo na Região Fronteira Noroeste do RS**: experiências de gestão de cooperativas e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2010.

FERREIRA M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. (Orgs.). **Administração pública, gestão social e economia solidária:** avanços e desafios. Viçosa: UFV, 2011.

RODRIGUES, F. de C., NOVAES, H. T; BATISTA, E. L. (Orgs.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. v. 2.

Bibliografia Complementar

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2

BORINELLI, B. et al. (Orgs.). **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e rede de desenvolvimento rural**. Chapecó: Editora Universal Argos, 2005.

4.12.3.2. Componentes Curriculares – Núcleo Específico (habilitação em Ciências da Natureza)

Componente Curricular: Introdução à Biologia	
Carga Horária: 40h/a	**Período Letivo:** 1º semestre

Ementa

Importância da biodiversidade e os níveis de organização biológica. Interação homem- natureza. Classificação dos seres vivos, noções de filogenia.

Bibliografia Básica

AMORIM, D. de S. **Fundamentos de sistemáticafilogenética.** Ribeirão Preto: Holos, 2002.

GARAY, I.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Dimensões humanas da biodiversidade:** o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LEWINSOHN, T. M. **Biodiversidade brasileira:** síntese do estado atual do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Complementar

Reece, Jane B. et.al. **Biologia de Campbell**. 10. Porto Alegre: Artmed, 2015. E-Book.

CURTIS,H. **Biologia.** 2.ed. Rio de janeiro:Gunabara Koogan, 1977.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GILBERT, Scott F. **Biologia do desenvolvimento.** 11. Porto Alegre: Artmed, 2019. E-Book.

SADAVA, D. et al. **Vida:** a ciência da biologia 8. ed.Porto Alegre: Artmed, 2009. v. 2.

Componente Curricular: Biologia Celular e Molecular	
Carga Horária: 80h/a	**Período Letivo:** 1º semestre

Ementa

Descoberta da célula. Métodos de estudo em microscopia óptica e eletrônica. Diferenças morfológicas, estruturais e funcionais entre células eucarióticas e procarióticas. Constituição química da célula. Membrana celular. Citoplasma: organização geral em organismos Eucarióticos. Organelas citoplasmáticas: Estrutura, Características básicas, Funções. Núcleo. Ciclo celular: características gerais, regulação, ciclo celular e câncer. Divisões celulares. Bases moleculares da hereditariedade (estrutura e função dos ácidos nucleicos, código genético e regulação gênica).

Bibliografia Básica

ALBERTS, B. et al. **Fundamentos da biologiacelular.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Biologiacelular e molecular.** 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2012.

MALACINSKI, G. M. **Fundamentos de biologia molecular.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar

REECE, J.B.; CAIN, M. L.; URRY, L. A. **Biologia de Campbell.** 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COX, M. M.; DOUDNA, J. A.; O'DONNELL, M. **Biologia molecular:** princípios e técnicas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MALUF, S. W. et al. **Citogenética humana.** PortoAlegre: Artmed, 2011.

GRIFFITHS, A. J. F. et al**. Introdução à genética.** ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2013.

NORMANN,C. A. B. M. (Org.). **Práticas embiologia celular.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

Componente Curricular: Química para o Ensino Fundamental	
Carga Horária: 43h/a	**Período Letivo:** 2º semestre

Ementa

Introdução à química. Matéria e energia: elementos químicos, substâncias químicas, misturas, transformações da matéria, separação ou desdobramento das misturas. Estrutura atômica. Classificação periódica. Ligações químicas. Funções inorgânicas. Reações químicas. Noções em química orgânica. Conceitos e definições em química ambiental: hidrosfera, litosfera, atmosfera, geosfera e biosfera. Contaminantes e poluentes inorgânicos e orgânicos de importância agropecuária. Segurança em laboratório de química. Instrumentação em laboratório de química. Soluções: concentração de soluções, diluição, mistura de soluções, padronização.

Bibliografia Básica

PERUZZO, T. M.; CANTO, E. L do. **Química na abordagemdo cotidiano**. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2014. 3 v. (Projeto Moderna Plus).

MANAHAN, S. E. **Química ambiental**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ROSA, G.; GAUTO, M. A.; GONÇALVES, F. **Química analítica**: práticas de laboratório. PortoAlegre: Bookman, 2013.

Bibliografia Complementar

ATKINS, P. W.; JONES, L. **Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BAIRD, C.; CANN, M. **Química ambiental.** 4. ed.Porto Alegre: Bookman, 2011.

CHANG, R.; GOLDSBY, K. A. **Química.** 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GAUTO, M. A.; ROSA, G. **Química industrial.** Porto Alegre: Bookman, 2013. (Quantidade : 5 exemplares).

SKOOG, D. A. et al. **Fundamentos de químicaanalítica.** São Paulo: Cengage Learning, 2006.

Componente Curricular: Física para o Ensino Fundamental	
Carga Horária: 43h/a	**Período Letivo:** 2º semestre

Ementa

Energia: conceito, formas de manifestação, conservação da energia; mecânica de fluídos: fluidostática e fluidodinâmica; física térmica: termometria, calorimetria, condução do calor; ondulatória e acústica; espectro eletromagnético; óptica: reflexão, refração, lentes, visão humana; Eletricidade fundamental: fenômenos elétricos, biopotenciais; Física das radiações nucleares: origens, tipos, meia-vida, efeitos das radiações em organismos vivos.
Bibliografia Básica
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER,J. **Fundamentos de física.** 9. ed. Rio de Janeiro:LTC, 2012. 4 v. KELLER, F. J.; GETTYS, W. E.; SKOVE, M. J. **Física.** São Paulo: Pearson, 1999. v. 1. OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. **Física para ciências biológicas e biomédicas.** São Paulo:Harbra, c1986.
Bibliografia Complementar
LANG, H. **Use a cabeça:** física! Rio de Janeiro: AltaBooks, 2010. RAMALHO JUNIOR,F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. de T. **Os fundamentos da física.** 9.ed. São Paulo: Moderna, 2007. 2 v. VALADARES, E. C. **Física mais que divertida**: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2012. HENEINE, I. F. **Biofísica básica.** 2. ed. São Paulo:Atheneu, 2010. Carvalho, Anna Maria Pessoa de et. al. **Ensino de física**. São Paulo: Cengage Learning, 2018. (Ideias em ação). E-Book.

Componente Curricular: Invertebrados	
Carga Horária:80h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Introdução a zoologia. Origem dos eucariotos e dos animais. Morfologia, anatomia, sistemática, diversidade, evolução, distribuição e ecologia dos invertebrados (Metazoa e Hemichordata).	
Bibliografia Básica	
BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. **Invertebrados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. HICKMAN, C. R. **Princípios integrados de zoologia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. FRANSOZO, Adilson. **Zoologia dos invertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2016. E-Book.	
Bibliografia Complementar	
AMORIM, D. de S. **Fundamentos de sistemática filogenética**. Ribeirão Preto: Holos, 2002. PECHENIK, Jan A. Biologia dos invertebrados. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. E-Book. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. da. (Coord.). **Invertebrados**: manual de aulas práticas. 2. ed. Ribeirão Preto: Holus, 2006. SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002. GULLAN, P. J. **Insetos fundamentos da entomologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-Book.	

Componente Curricular: Botânica I	
Carga Horária:43h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Origem e evolução das plantas terrestres. Caracterização, morfologia, reprodução, tendências evolutivas, caracteres diagnósticos, sistemáticas e importância dos grandes grupos, para Briófitas e Pteridófitas.	
Bibliografia Básica	
BRESINSKY, A. et al. **Tratado de botânica de Strasburger**. 36. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. RAVEN, P. H.; EVERT. R. F.; EICHORN, S. E. **Biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2014. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. **Botânica organografia**: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2000.	
Bibliografia Complementar	
APEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. **Anatomia vegetal**. Viçosa: Imprensa Universitária, 2003. SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica e sistemática**. 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. ALVES, Maria Helena. **Manual prático de botânica criptogâmica**. São Paulo: Blucher, 2021. E-Book. ESAU, K. **Anatomia das plantas com sementes**. São Paulo: E. Blücher, 1974. MARCHIORI, J. N. C. **Fitogeografia do Rio Grande do Sul**: campos sulinos. Porto Alegre: EST, 2004.	

Componente Curricular: Protoctistologia e Micologia	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:** 3º semestre
Ementa	
Origem, biologia e evolução do Reino Protoctista. Protozoários, Algas uni e pluricelulares. Conceitos de Fungos, Fisiologia e Morfologia dos fungos. Reprodução dos fungos. Ecologia dos fungos. Sistemática dos fungos. Fungos em processos biotecnológicos. Fungos contaminantes. Antifúngicos. Fungos agentes de micoses. Fatores de virulência dos fungos. Crescimento de fungos e leveduras, culturas, métodos, preservação e sua relação com o meio ambiente.	
Bibliografia Básica	
ESTEVES, F. de A. (Coord.). **Fundamentos de limnologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. BLACK, J. G. **Microbiologia**: fundamentos e perspectivas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.	
Bibliografia Complementar	
FRANÇA, Fernanda Stapenhorst. **Micologia e virologia**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2019. E-Book. PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S; KRIEG, N. R. **Microbiologia**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997. 2 v. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. OLIVEIRA, Vanessa da Gama. **Processos biotecnológicos industriais produção de bens de consumo com o uso de fungos e bactérias**. São Paulo : Érica, 2015. E-Book. TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. (Ed.). **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo 2008.	

Componente Curricular: Bioquímica	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:**4º semestre
Ementa	

Estrutura, propriedades e metabolismo da Água, Carboidratos, Lipídios, Proteínas, Vitaminas, Ácidos Nucléicos e Enzimas.
Bibliografia Básica
NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. FERRIER, D. R.; HARVEY, R. A. **Bioquímica Ilustrada**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
Bibliografia Complementar
BROWN, T. A. **Bioquímica**. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2018. E-Book. BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. **Bioquímica**: fundamental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. MARIA, C. A. de. **Bioquímica básica**: introdução a bioquímica dos hormonios, sangue, sistema urinário, processos digestivo e absorptivo e micronutrientes. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. VOET, D.; VOET, J. G. **Bioquímica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. RIEGEL, R. E. **Bioquímica**. 5. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

Componente Curricular: Botânica II	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:** 4º semestre
Ementa	
Caracterização, morfologia, reprodução, tendências evolutivas, caracteres diagnósticos, sistemáticas e importância dos grandes grupos, para Giminosperma e Angiospermas. Dupla fecundação nas Angiospermas. Relação hídrica das plantas; transporte pelo floema; nutrição mineral; fotossíntese; respiração; metabolismo do nitrogênio; hormônios vegetais; germinação e dormência.	
Bibliografia Básica	
ESAU, K. **Anatomia das plantas com sementes**. São Paulo: Edgard Blücher, 1974. KERBAUY, G. B. **Fisiologia vegetal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.	
Bibliografia Complementar	
APEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. **Anatomia vegetal**. Viçosa: Imprensa Universitária, 2003. CEOLA, Gessiane. **Botânica sistemática**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-Book. RAVEN, P. H.; EVERT. R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2014. SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Chave de Identificação:** para as principais famílias de Angiospermas nativas e cultivadas do Brasil. 2. ed. Viçosa: UFV, 2007. AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005.	

Componente Curricular: Vertebrados	
Carga Horária:60 h/a	**Período Letivo:** 5º semestre
Ementa	
Cordados e vertebrados. Origem e filogenia dos Chordata. Hemichordata. Urochordata. Cephalochordata. Agnatha. Placodermi. Chondricthyes. Osteichthyes. Anphibia. Reptilia, Aves, Mammalia.	
Bibliografia Básica	
HILDEBRAND, M.; GOSLOW, G. **Análise da estrutura dos vertebrados**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. Benedito, Evanilde (Org.). **Biologia e ecologia de vertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2015. E-Book. SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio Ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002.	

Bibliografia Complementar
KARDONG, Kenneth V**. Vertebrados anatomia comparada, função e evolução**. 7. ed. São Paulo: Roca, 2016. E-Book. CULLEN JR., L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Orgs.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2012. Hickman Junior, Cleveland P. et. al**. Princípios integrados de zoologia**. 16. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. E-Book. Ruscheinsky, Aloísio (org.). **Educação ambiental abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012 . E-Book. Reece, Jane B. et.al. **Biologia de Campbell.** 10. Porto Alegre: ArtMed , 2015. E-Book.

Componente Curricular: Parasitologia	
Carga Horária:43 h/a	**Período Letivo:** 5º semestre
Ementa	
Protozoologia e Helmintologia. Estudo dos elos da cadeia parasitária, agentes etiológicos, vetores, hospedeiros vertebrados. Parasitoses humanas e animais, caracteres diferenciais dos parasitos, ciclo biológico, epidemiologia e profilaxia.	
Bibliografia Básica	
BLACK, J. G. **Microbiologia**: fundamentos e perspectivas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 12. ed. Belo Horizonte: Atheneu, 2012. REY, L. **Parasitologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	
Bibliografia Complementar	
CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. S. **Parasitologia humana e seus fundamentos gerais**. 2. ed. Belo Horizonte: Atheneu, 2002. MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; PARKER, J. **Microbiologia de BROCK**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004. FERREIRA, Marcelo Urbano. **Parasitologia contemporânea**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. E-Book. PELCZAR Jr, M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. **Microbiologia**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997. 2 v. SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. **Parasitologia fundamentos e prática clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. E-Book. .	

Componente Curricular: Microbiologia	
Carga Horária:43 h/a	**Período Letivo:** 5º semestre
Ementa	
Estudo comparado da morfologia, fisiologia, evolução e sistemática de vírus, bactérias e fungos.	

Bibliografia Básica
TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S; KRIEG, N. R. **Microbiologia**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books. 1997. 2v.
TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F (Eds.). **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
Bibliografia Complementar
BLACK, J. G. **Microbiologia**: fundamentos e perspectivas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
SANTOS, N. S. de O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. **Introdução à virologia humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; PARKER, J. **Microbiologia de BROCK**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004.
SALVATIERRA, Clabijo Mérida. **Microbiologia aspectos morfológicos, bioquímicos e metodológicos**. São Paulo: Érica, 2019. (Eixo). E-Book.
LEVINSON, Warren. **Microbiologia médica e imunologia**. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. E-Book.

Componente Curricular: Bioestatística	
Carga Horária:43 h/a	**Período Letivo:** 6º semestre
Ementa	
Introdução à estatística: noções de probabilidade, tipos de amostragem, medidas de tendência central, medidas de dispersão, distribuições de frequências; construção e análise de gráficos; análise de correlação; regressão linear simples.	
Bibliografia Básica	
CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.	
MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O. **Estatísticabásica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
PAGANO, M.; GAUVREAU, K. **Princípios de bioestatística**. São Paulo: Cengage Learning, c2004.	
Bibliografia Complementar	
BATSCHELET, E. **Introdução à matemática para biocientistas**. São Paulo: USP, Interciência. 1978.	
COSTA NETO, P. L. de O. **Estatística**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Blücher, 2002.	
BARROS NETO, B. de; SCARMINIO, I. S.; BRUNS, R. E. **Como fazer experimentos**: pesquisa e desenvolvimento na ciência e na indústria. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.	
MORETTIN, L. G. **Estatística básica**: probabilidade inferência. Sao Paulo: Pearson, [2010].	
VIRGILLITO, Salvatore Benito. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2017. E-Book.	

Componente Curricular: Ecologia	
Carga Horária:60 h/a	**Período Letivo:** 6º semestre
Ementa	
Histórico e definições em ecologia; condições abióticas, recursos e adaptação ao meio; nicho ecológico; fatores limitantes e regulatórios; dinâmica de populações; interações ecológicas; estrutura de comunidades. Relações ecológicas. Interação homem e natureza.	
Bibliografia Básica	
BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. **Ecologia**: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.	
ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.	
RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.	

Bibliografia Complementar
CAIN, M. L.; BOWMAN, W. D.; HACKER, S. D. **Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de (Eds.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013.
GUATTARI, F. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2012.
MILLER, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
PINTO-COELHO, R. M. **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Componente Curricular: Biologia da Conservação e Biogeografia	
Carga Horária:60 h/a	**Período Letivo:** 6 º semestre
Ementa	
Definição de biologia da conservação e biodiversidade. Taxas de extinção. Ameaças à biodiversidade. Extinção. O valor da diversidade biológica. Estratégias de conservação. Planejamento, estabelecimento e manejo de áreas protegidas. Conservação fora de áreas protegidas. Distribuição dos seres vivos e suas interações com o ambiente. Biogeografia cultural e domesticação de plantas e animais.	
Bibliografia Básica	
COX, C. B.; MOORE, P. D.; SILVA, L. F. C. F. da. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolucionária. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2009.	
CULLEN JR., L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Orgs.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2012.	
TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2006.	
FERNANDEZ, F. **O poema imperfeito**: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2011.	
PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.	
RICKLEFS, E. R. **A economia da natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.	
Riffel, Eduardo et. al. **Biogeografia**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-Book.	

Componente Curricular: Embriologia e Histologia	
Carga Horária:43 h/a	**Período Letivo:** 7º semestre
Ementa	
Tipos e características da reprodução nos animais, gametogênese, diferenças ecaracterísticas do desenvolvimento embrionário nos animais protostômios e deuterostômios, com ênfase nos eventos que ocorrem durante a gastrulação (destino do blastóporo, formação da mesoderme, formação e funções do celoma). Características e vantagens da pluricelularidade, diferenciação tecidual e caracterização dos tecidos (epitelial, nervoso, conjuntivo, muscular, ósseo, cartilaginoso, adiposo esanguíneo).	
Bibliografia Básica	
GLEREAN, A. **Manual de histologia**: texto e atlas para os estudantes da área da sáude. São Paulo: Atheneu, 2003.	
JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Histologia básica**: texto & atlas.12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.	
MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, M. G. **Embriologia básica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2013.	
Bibliografia Complementar	

Garcia, Sonia M. Lauer (Org.). **Embriologia.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. E-Book.

CARLSON, B. M. **Embriologia humana e biologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

FIORE, M. S. H. di. **Atlas de histologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

KATCHBURIAN, Eduardo. **Histologia e embriologia oral**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-Book.

AARESTRUP, Beatriz Julião. **Histologia essencial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. E-Book.

Componente Curricular: Genética Básica	
Carga Horária:60 h/a	**Período Letivo:** 7º semestre

Ementa

Bases moleculares da hereditariedade (estrutura e função dos ácidos nucleicos, código genético e regulação gênica). Bases cromossômicas da hereditariedade. Consequências genéticas da mitose e meiose. Mutações gênicas. Mecanismos de herança Mendeliana (Monoibridismo, Diibridismo, probabilidade). Herança e sexo. Ligação e recombinação gênica. Mapas genéticos. Estudo de genealogias. Genética quantitativa.

Bibliografia Básica

ALBERTS, B. et al. **Biologia molecular da célula**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BORGES-OSÓRIO, M. R. L.; ROBINSON, W. M. **Genética humana**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GRIFFITHS, A. J. F. et al. **Introdução à genética**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia Complementar

MANSOUR, Eva Reda Moussa. **Genética**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-Book.

BECKER, Roberta Oriques. **Genética básica**. Porto Alegre: SER - SAGAH 2018. E-Book.

PIMENTA, Célia Aparecida Marques. **Genética aplicada à biotecnologia**. São Paulo: Érica, 2015. E-Book.

JORDE, Lynn B. **Genética médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-Book.

PIERCE, Benjamin A. **Genética um enfoque conceitual**. 5. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. E-Book.

Componente Curricular: Geologia	
Carga Horária:43 h/a	**Período Letivo:** 7º semestre

Ementa

Formação do Universo e da Terra. Estrutura da Terra. Escala do tempo geológico. Ciclo das rochas e o ensino das Ciências. Conceitos fundamentais sobre a estrutura da Terra e tectônica global. Noções de paleontologia: Conceitos fundamentais, princípio e métodos da Paleontologia; Tafonomia; principais aplicações da Paleontologia; Registro fóssil e seu significado para o estudo da Evolução. Distribuição estratigráfica e principais ocorrências no Brasil dos grandes grupos de animais e vegetais fósseis.

Bibliografia Básica

TEIXEIRA, W.et al. (Orgs.). **Decifrando a terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

POPP, J. H. **Geologia geral**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

WICANDER, R.; MONROE, J. S. **Fundamentos de geologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Bibliografia Complementar

WICANDER, Reed. **Geologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2017. E-Book.

POPP, José Henrique. **Geologia geral**. 7.ed. Rio deJaneiro: LTC, 2017. E-Book.

GALLO, V., et al. **Paleontologia de vertebrados**: grandes temas e contribuições científicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

GRAÇA FILHO, A. de A. **História, região e globalização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SADAVA, D. E. et al. **Vida:** a ciência da biologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. v. 2.

Componente Curricular: Anatomia e Fisiologia Animal	
Carga Horária:60h/a	**Período Letivo:** 8º semestre
Ementa	
Estudo da organização morfofuncional dos sistemas constituintes do corpo humano.	
Bibliografia Básica	
COSTANZO, L. S. **Fisiologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. GUYTON, A. C. **Fisiologia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. JACOB, S. W.; FRANCONE, C. A.; LOSSOW, W. J. **Anatomia e fisiologia humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1990.	
Bibliografia Complementar	
HILL, Richard W. **Fisiologia animal**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. E-Book. SCHMIDT-NIELSEN, Knut. **Fisiologia animal adaptação e meio ambiente**. 5. ed. Rio de Janeiro: Santos 2002. E-Book. FRANDSON, R. D.; WILKE, W. L; FAILS, A. D. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. COUTINHO, Andreia Orjana Ribeiro. **Anatomia aplicada à enfermagem**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-Book. SCHMIDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal**: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002.	

Componente Curricular: Genética de Populações e Evolução	
Carga Horária:80 h/a	**Período Letivo:** 8º semestre
Ementa	
Fatores que alteram o Equilíbrio de Hardy-Weinberg: deriva genética, Mutação, Fluxo Gênico, seleção e Endogamia. A variabilidade genética em populações. Origem da vida. A teoria da evolução e seu desenvolvimento. Teoria darwinista de evolução. Teoria Sintética da Evolução. As controvérsias sobre o poder explicativo da seleção natural: crítica ao adaptacionismo, biologia evolutiva do desenvolvimento (Evo-Devo). Impacto do pensamento evolucionista na sociedade contemporânea. Evolução e criacionismo, determinismo evolutivo, ambiente e adaptação, seleção natural e sexual, conceitos de espécie e filogenia, coevolução, explicações de ecologia evolutiva nos livros didáticos para ensino fundamental e médio, práticas de ecologia evolutiva para ensino fundamental e médio. Novas abordagens da teoria evolutiva dentro da micro e macroevolução.	
Bibliografia Básica	
MATIOLI, S. R.; FERNANDES, F. M. C. (Eds.). **Biologia molecular e evolução**. Ribeirão Preto: Holos, 2012. MEYER, D.; EL-HANI, C. N. **Evolução**: o sentido da biologia. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. RIDLEY, M. **Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.	
Bibliografia Complementar	

DE ROBERTIS, Edward M. **Biologia celular e molecular**. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. E-Book.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa. **Biologia celular e molecular**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. E-Book.

MANSOUR, Eva Reda Moussa. **Genética**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-Book.

FUTUYMA, D. J. **Biologia evolutiva**. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC-PR, 1993.

BORGES-OSÓRIO, Maria Regina Lucena. **Genética humana**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. E-Book.

4.13.1. Estágio Curricular Supervisionado

4.13.1.1. Estágio Curricular Supervisionado (habilitação em Ciências Agrárias)

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado I	
Carga Horária:100 h/a	**Período Letivo**: 6º semestre
Ementa	
Inserção em espaços educativos no Ensino Médio. Inserção em espaços não escolares. Construção do diagnóstico de funcionamento e organização didático- pedagógica desses contextos. Planejamento para a execução de projetos didático- pedagógicos e de avaliação. Análise e discussão da ação profissional do Licenciado em Ciências Agrárias, no Ensino Médio e nos espaços não escolares. Elaboração de relatório de estágio.	
Bibliografia Básica	
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. PIMENTA, S. G. **Estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
Bibliografia Complementar	
GOHN, M. da G. M. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teorias e práticas. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008. PINTO, Á. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010. FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. SILVA, L. C.; MIRANDA, M. I. (Orgs.). **Estágio supervisionado e prática de ensino**: desafios e possibilidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2008.	

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado II	
Carga Horária:150 h/a	**Período Letivo:**7º semestre
Ementa	
Inserção em espaços educativos no Ensino Médio, por meio da observação e regência de classe. Planejamento para a execução de atividades didático-pedagógicas e avaliação no Ensino Médio. Regência de classe no Ensino Médio, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente do Licenciado em Ciências Agrárias na Educação Básica. Elaboração de Relatório de Estágio.	
Bibliografia Básica	
LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teorias e práticas. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008. GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. PIMENTA, S. G. **Estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
Bibliografia Complementar	

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. **PCN'S para o ensino fundamental e ou médio**. Brasília: Ministério da Educação/S.E. Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação a Distância. Ministério da Educação. **Objetivos de aprendizagem:** uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliar**: respeitar primeiro, educar depois. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado III	
Carga Horária:150 h/a	**Período Letivo:** 8º semestre
Ementa	
Inserção em espaços educativos escolares ou não escolares, por meio da observação e intervenção. Planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção, com caráter didático-pedagógico em espaços escolares ou não escolares. Atribuições do Licenciado em Ciências Agrárias em espaços escolares e não escolares. Análise e discussão da ação do Licenciado em Ciências Agrárias em espaços escolares ou não escolares. Elaboração de Relatório de Estágio.	
Bibliografia Básica	
GONÇALVES, N. G.; GONÇALVES, S. A. **Pierre Bordieu**: educação para além da reprodução. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. PARO, V. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
Bibliografia Complementar	
CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. PIMENTA, S. G. **Estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SILVA, L. C.; MIRANDA, M. I. (Orgs.). **Estágio supervisionado e prática de ensino desafios e possibilidades**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2008.	

4.13.1.1. Estágio Curricular Supervisionado (habilitação em Ciências da Natureza)

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado I	
Carga Horária:150h/a	**Período Letivo:** 6º semestre
Ementa	
Inserção em espaços educativos no Ensino Fundamental, por meio da observação e regência de classe. Construção do diagnóstico de funcionamento e organização didático-pedagógica da escola. Planejamento para a execução de atividades didático-pedagógicas e avaliação no Ensino Fundamental. Regência de classe no Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente do Licenciado em Ciências Naturais, no Ensino Fundamental. Elaboração de relatório de estágio.	
Bibliografia Básica	
GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L.; FUSARI, J. C. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. HOFFMANN, J. **Avaliar**: respeitar primeiro educar depois. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.	
Bibliografia Complementar	

Paniago, Rosenilde Nogueira, Sarmento, Teresa, Nunes, Patrícia Gouvêa (Orgs.) **Estágio curricular supervisionado docente baseado na pesquisa debates luso brasileiros**. Ijuí : Unijuí, 2021. E-Book.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. E-Book.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado II	
Carga Horária:150 h/a	**Período Letivo:** 7º semestre

Ementa

Inserção em espaços educativos no Ensino Médio, por meio da observação e regência de classe. Planejamento para a execução de atividades didático-pedagógicas e avaliação no Ensino Médio. Regência de classe no Ensino Médio, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente do Licenciado em Ciências Naturais na Educação Básica. Elaboração de Relatório de Estágio.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teorias e práticas. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PIMENTA, S. G. **Estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

AUED, B. W.; VENDRAMINI, C. R. (Org.). **Educação do campo**: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular, 2009.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes. **Manual de orientação estágio supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. E-Book.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliar**: respeitar primeiro, educar depois. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

PIMENTA, S. G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado III	
Carga Horária:100 h/a	**Período Letivo:** 8º semestre

Ementa

Inserção em espaços educativos escolares ou não escolares, por meio da observação e intervenção. Planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção, com caráter didático-pedagógico em espaços escolares ou não escolares. Atribuições do Licenciado em Ciências Naturais em espaços escolares e não escolares. Análise e discussão da ação do Licenciado em Ciências Naturais em espaços escolares ou não escolares. Elaboração de Relatório de Estágio.

Bibliografia Básica

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, V. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

PIMENTA, S. G. **Estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Almeida, Maria Isabel de, Pimenta, Selma Garrido (Orgs). **Estágios supervisionados na formação docente educação básica e educação de jovens e adultos.** São Paulo: Cortez, 2015. E-Book.

4.12.5. Seminário Integrador (equivalente em ambas as habilitações)

Componente Curricular: Seminário Integrador	
Carga Horária:4 horas por semestre	**Período Letivo:** todos os semestres
Ementa	
É o espaço de sistematização do desenvolvimento do projeto integrador que abrange o tempo escola e o tempo comunidade de cada período letivo. Esse espaço será proporcionado ao final de cada semestre letivo, com carga horária de 4 horas.O seminário integrador constitui-se num espaço interdisciplinar de formação e análise crítica das atividades e vivências desenvolvidas no curso. Poderão ser convidados palestrantes externos para contribuir nesse momento, com o estudo e a reflexão de temáticas que perpassam pelos grandes eixos dos componentes curriculares do curso.A definição dos temas a serem desenvolvidos, bem como toda a programação do Seminário Integrador, será definida nas reuniões do Colegiado do Curso, a partir das sugestões do corpo docente e discente.	
Bibliografia Básica	
FAZENDA, I. C. A. (Org.). **O que é interdisciplinaridade**? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIMENTA, S. G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
Bibliografia Complementar	
BALZAN, C. F. P.; PEIXOTO, J. P.; PALMA, G. (Orgs.). **Cores, saberes e sabores**: professores em formação. Porto Alegre: CORAG, 2013. FRANCO, M. A. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. LUFT, H. M.; FALKEMBACH, E. M. F. (Orgs.). **Freire na agenda da educação**: educação ambiental e outros autores. Ijui: Ed. UNIJUÍ, 2013. ROSMANN, M. A.; BENVENUTTI, L. M. P.; FACENDA, L. C. (Orgs.). **Dimensão(ões) da prática docente nas licenciaturas**: constituição identitária e leituras de Paulo Freire. Passo Fundo: Méritos, c2014.	

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.1.1. Corpo Docente- atuação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Aline Tatiane Nunes da Rosa	Bacharelado em Zootecnia	Mestrado em Zootecnia Doutorado em Zootecnia
2	Carina Rejane Pivetta	Bacharelado em Agronomia	Mestrado em Agronomia Doutorado em Agronomia
3	Carlos Roberto DevincenziSocal	Bacharelado em Direito	Mestrado em Direito

4	Cátia Schernn	Licenciatura em letras	Especialização em docência de LIBRAS; Especialização em Neuropsicopedagogia e Educação inclusiva.
5	Fernando FunghettoSagrillo	Ciências da Computação	Especialização em redes de computadores
6	GezaLisianeCarús Guedes	Licenciatura em História	Mestrado em História
7	Josete Bitencourt Cardoso	Licenciatura em Letras (Português/Espanhol).	Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento
8	Juan Marcel Frighetto	Tecnologia em Alimentos	Mestrado em Ciências e Tecnologia dos Alimentos
9	Laila Azize Souto Ahmad	Licenciatura em Pedagogia	Mestrado em Educação Doutorado em educação: em andamento
10	Lilian PiechaMoor	Licenciatura em Física	Mestrado em Física e Astronomia. Doutorado em Física
11	Lucas Martins Flores	Licenciatura em Letras (Português, Inglês e Respectivas Literaturas)	Mestrado em Letras Doutorado em linguística: em andamento
12	Lucas Maximiliano Monteiro	Licenciatura em História	Mestrado em História Doutorado em história: em andamento
13	Magali RamboAnschau	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia
14	Marielle de Souza	Engenharia ambiental	Mestrado em engenharia civil e ambiental; Doutorado em engenharia civil: em andamento
15	Mauricio Guerra Bandinelli	Bacharelado em Agronomia	Mestrado em Agronomia Doutorado em Agronomia
16	Priscila Turchiello	Licenciatura em Educação Especial	Mestrado em Educação Doutorado em educação: em andamento
17	Ricardo Antonio Rodrigues	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia Doutorado em Filosofia
18	Roberson Macedo de Oliveira	Bacharelado em Zootecnia	Mestrado em Zootecnia Doutorado em Zootecnia
19	Rojane Brum Nunes	Licenciatura em Sociologia	Mestrado em Antropologia Social Doutorado em Antropologia Social: em andamento
20	Thiago SantiBressan	Bacharelado em Informática	Mestrado em Geomática
21	Trícia Andrade Cardoso	Licenciatura em Sociologia	Mestrado em Ciências Sociais
22	Vantoir Roberto Brancher	Licenciatura em Pedagogia	Mestrado em Educação Doutorado em Educação

5.1.1. Corpo Docente - atuação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Aline Tatiane Nunes da Rosa	Bacharelado em Zootecnia	Mestrado em Zootecnia Doutorado em Zootecnia
2	Bruna Vielmo Camargo Pinto	Licenciatura em Biologia	Mestrado em Biodiversidade Animal

3	Carina Rejane Pivetta	Bacharelado em Agronomia	Mestrado em Agronomia Doutorado em Agronomia
4	Carlos Roberto DevicenziSocal	Bacharelado em Direito	Mestrado em Direito
5	Cátia Schernn	Licenciatura em letras	Especialização em docência de LIBRAS; Especialização em Neuropsicopedagogia e Educação inclusiva.
6	Fernando FunghettoSagrillo	Ciências da Computação	Especialização em redes de computadores
7	GezaLisianeCarús Guedes	Licenciatura em História	Mestrado em História
8	Josete Bitencourt Cardoso	Licenciatura em Letras (Português/Espanhol).	Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento
9	Juan Marcel Frighetto	Tecnologia em Alimentos	Mestrado em Ciências e Tecnologia dos Alimentos
10	Juliana Limana Malavolta	Licenciatura em Química	Mestrado em Química Doutorado em Química
11	Laila Azize Souto Ahmad	Licenciatura em Pedagogia	Mestrado em Educação Doutorado em educação: em andamento
12	Leonardo Garcia Monte	Licenciatura em Biologia	Mestrado em Biotecnologia Doutorado em Biotecnologia
13	Liara Colpo Ribeiro	Licenciatura em Biologia	Especialização em Ensino de Ciências
14	Lilian PiechaMoor	Licenciatura em Física	Mestrado em Física e Astronomia. Doutorado em Física
15	Lucas Martins Flores	Licenciatura em Letras (Português, Inglês e Respectivas Literaturas)	Mestrado em Letras Doutorado em linguística: em andamento
16	Lucas Maximiliano Monteiro	Licenciatura em História	Mestrado em História Doutorado em história: em andamento
17	Mauricio Guerra Bandinelli	Bacharelado em Agronomia	Mestrado em Agronomia Doutorado em Agronomia
18	Priscila Turchiello	Licenciatura em Educação Especial	Mestrado em Educação Doutorado em Educação: em andamento
19	Ricardo Antonio Rodrigues	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia Doutorado em Filosofia
20	Roberson Macedo de Oliveira	Bacharelado em Zootecnia	Mestrado em Zootecnia Doutorado em Zootecnia
21	Rojane Brum Nunes	Licenciatura em Sociologia	Mestrado em Antropologia Social Doutorado em Antropologia Social: em andamento
22	Thiago SantiBressan	Bacharelado em Informática	Mestrado em Geomática
23	Trícia Andrade Cardoso	Licenciatura em Sociologia	Mestrado em Ciências Sociais
24	Vantoir Roberto Brancher	Licenciatura em Pedagogia	Mestrado em Educação Doutorado em Educação

5.1.2. Atribuições do Coordenador

O Coordenação do Curso Licenciatura em Educação do Campo tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatuto do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias.Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas acima, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.1.3. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo responsável por: acompanhar e debater o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso; garantir à formação profissional adequada estudantes, prevista no perfil do egresso; responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso; avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias; debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo, entre outra inerentes as atividades acadêmicas.

O colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, Habilitação Ciências Agrárias é regulamentado por meio de Instrução Normativa n° 05/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino, sendo composto pelo Coordenador do Curso, como membro nato; 50% dos docentes que ministram disciplinas do Curso; Um representante discente, eleito por seus pares; Um representante dos Técnico-Administrativos em Educação, com atuação relacionada ao curso, eleito por seus pares.

O colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, Habilitação Ciências da Natureza é regulamentado por meio de Instrução Normativa n° 05/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino, sendo composto pelo Coordenador do Curso, como membro nato; 50% dos docentes que ministram disciplinas do Curso; Um representante discente, eleito por seus pares; Um representante dos Técnico-Administrativos em Educação, com atuação relacionada ao curso, eleito por seus pares.

5.1.4. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão consultivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

Cada curso de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia - oferecido pelo Instituto Federal Farroupilha deverá constituir o Núcleo Docente Estruturante.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, zelando pela sua integral execução;

VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

VII - participar da realização da autoavaliação da instituição, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas;

VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - estabelecendo metas para melhorias.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) está regulamentado por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino. O NDE do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, Habilitação Ciências Agrárias e o NDE do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, Habilitação Ciências da Natureza são constituídos por:

I – no mínimo cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso, dentre estes o(a) coordenador(a) do curso, que será membro nato.

II – um(a) Pedagogo(a) indicado(a) pelo Núcleo Pedagógico Integrado do Campus. Sendo que nos cursos de licenciatura, deverá ser, preferencialmente, um pedagogo docente atuante no curso;

Os membros referidos no item I, exceto o(a) coordenador(a) do curso, serão escolhidos por seus pares e nomeados através de Portaria ou Ordem de Serviço pelo Diretor Geral de cada Campus, devendo atender aos seguintes critérios:

a) ser docente do quadro efetivo do Instituto Federal Farroupilha, com regime de trabalho de 40h, preferencialmente com regime de Dedicação Exclusiva;

b) 60% dos docentes do NDE devem possuir titulação acadêmica em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu;

c) possuir graduação na área do curso, preferencialmente;

d) possuir experiência profissional na área, preferencialmente.

O Núcleo Docente Estruturante deverá ter um(a) presidente(a) e um(a) secretário(a)escolhidos pelos seus pares, para um mandato de dois anos. Na ausência ou impedimento eventual do Presidente, a presidência do Núcleo será exercida pelo docente integrante do Núcleo que apresente maior tempo de serviço na instituição ou, na ausência desta condição, o docente que tenha maior titulação acadêmica. Os membros do NDE devem permanecer por no mínimo 3 anos, de forma a assegurar a continuidade do trabalho; exceto no caso do coordenador do curso, que deverá permanecer enquanto perdurar seu mandato.O NDE de cada curso deverá assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes, de modo a assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nr.	NOME	Cargo	Formação
1	André Luis de Lima Sabino	Técnico de Laboratório	Engenheiro de Alimentos
2	Arícia Costa de Oliveira	Assistente Social	Bacharel em Serviço Social
3	Clarissa de Souza Guerra	Assistente de Alunos	Ensino Médio
4	Cristina AngonesiZborowski	Técnica em Assuntos Educacionais	Licenciatura em Ciências Biológicas
5	Cristina Turchiello	Técnica Agropecuária	Bacharel em gestão Pública
6	Daniel Sfredo Dalla Valle	Administrador	Bacharel em Administração
7	DerleidaDoneda	Auxiliar de Biblioteca	Licenciatura em Química
8	Eusébio Cunha Paim	Assistente de Alunos	Técnico em Informática
9	Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann	Contadora	Ciências Contábeis
10	Fábio Júnior Griesang	Técnico de Tecnologia da Informação	Técnico em Informática
11	Fábio Sander Ribeiro Flores	Auxiliar em Administração	Bacharel em Administração
12	Fernanda Lavarda Ramos de Souza	Odontóloga	Bacharel em Odontologia
13	Gabriel Belinazo	Analista de Tecnologia da Informação	Bacharel em Sistemas de Informação
14	Helen Luci PanissonTaschetto	Médica	Bacharelado em Medicina
15	Francisco Giraldi	Assistente em Administração	Mestrado em Agrononia

16	Leandro Dalbianco	Técnico Agropecuária	Doutor em Agronomia
17	Lisiane D. CanterleTadielo	Enfermeira	Bacharel em Enfermagem
18	Maria Rute Depoi da Silva	Técnica em Assuntos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia
19	Marília Vione Garcia	Assistente de Alunos	Licenciatura em Pedagogia
20	Márcia Della Flora Cortes	Bibliotecária	Bacharel em Biblioteconomia
21	Melissa ReghelinGastaldo	Assistente em Administração	Bacharel em Direito
22	MirciaWeiandt	Auxiliar de Biblioteca	Ciências Contábeis
23	Priscila da Trindade Flores	Nutricionista	Bacharel em Nutrição
24	Renan CovaleskiPerlin	Administrador	Bacharel em Administração
25	RomersonSeidelGibicoski	Técnico em Administração	Ensino Médio
26	Rosiclei de Siqueira Camargo	Assistente de Laboratório	Bacharel em Farmácia
27	RosmariPatiasLimana	Assistente em Administração	Ensino Médio
28	Sidnei AntonioCattelan	Técnico Agropecuário	Ciências Biológicas
29	Taigra Biasi Donadel	Assistente em Administração	Bacharel em Gestão Pública
30	Vilmar Anibale Guerra	Auxiliar de Agropecuária	Bacharel em Gestão Pública
31	VinicioFaveroBusatta	Vigilante	Ensino Fundamental incompleto
32	Vinicius Soares Sturza	Agrônomo	Mestre em Agronomia

5.3. Políticas de capacitação Docente e Técnico Administrativo em Educação

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá: efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa estruturam-se de modo permanente:

a) Formação Continuada de Docentes em Serviço;

b) Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;

c) Formação Continuada para o Setor Pedagógico;

d) Capacitação Gerencial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através da Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável por articular e desenvolver políticas de capacitação de servidores.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus* oferece aos estudantes do Curso Superior de Bacharelado em Administração, uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

O Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari, operam com o sistema especializado, Pergamun, de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca conta com um espaço físico de 250 m², oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. O acervo está catalogado no sistema Pergamum, o qual permite que os usuários façam pesquisas no catálogo on-line, reservas e renovações. Possui 10 computadores para acesso dos usuários, computadores para o atendimento e processamento técnico, mesas de estudos em grupo, ilhas de estudo individual, estantes e armário guarda-volumes. A biblioteca é equipada com sistema de segurança antifurto e ar condicionado.

Estarão disponíveis na biblioteca do Campus para consulta e empréstimo livros da bibliografia básica e complementar.

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço Físico Geral	
Descrição	Qtde
Salas de aulas de 70 m² com 50 conjuntos escolares, quadro branco, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador, projetor multimídia e lousa digital.	07
Sala de Direção Geral	01
Sala de Direção de Ensino	01
Sala de Direção de Pesquisa, Extensão, Produção e Inovação	01
Sala de Direção de Administração	01
Sala de Direção de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	01
Sala de TI	01
Sala Coordenação de Pesquisa, Extensão e Produção	01
Sala CGP	01
Setor Administrativo	01
Sala de Servidores	01
Secretaria de Registros Acadêmicos	01
Sanitários, sendo dois para pessoas com deficiência	14

Refeitório	01
Auditório	01
Almoxarifado	01
Biblioteca com salas de estudo	01
Moradia Estudantil (masculina e feminina)	01

Laboratórios	
Local /Descrição	Qtde.
Laboratório de Informática: sala de 120 m² com 48 computadores, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador, Lousa digital e projetor multimídia.	01
Laboratório de Processamento de Alimentos (Agroindústria): sala de300m^2 com equipamentos e utensílios essências às atividades de produção alimentícia.	01
Laboratório de Processos Fermentativos e destilação (Cantina): sala de 450 m^{2}equipada para a produção em escala piloto de bebidas alcoólicas, especialmente vinhos e destilados, de bebidas não alcoólicas	01
Laboratório de Biocombustíveis: Unidade experimental didático/prática para produção de biocombustível a partir da cana de açúcar e sorgo sacarino.	01
Laboratório de Vitivinicultura e Enologia: sala de 30m^2 com equipamento e utensílios para análises físico-químicas de vinhos e derivados da uva.	01
Laboratório de Ciências: sala de 120 m^2 com bancadas e equipamentos de laboratório de química, física, biologia, microbiologia como pHmetro, espectrofotômetro, estufa, mufla, fotômetro de chama, centrífuga, microscópios, vidrarias específicas e reagentes, auto-clave, evaporador rotatório, banho maria, dentre outros.	01

6.3. Áreas de esporte e convivência

Local /Descrição	Qtde.
Quadra poliesportiva	01
Sala de convivência discente	01

6.4. Área de atendimento ao discente

Local /Descrição	Qtde.
Sala Coordenação de Pós-graduação	01
Sala de Coordenação de Cursos Técnicos	01
Sala de Coordenação de Cursos Superiores	01
Assistência Estudantil	01
Sala da CAI	01
Sala de Atendimento individualizado (Assistência Estudantil)	01
Setor de Saúde (consultório médico, odontológico, enfermaria e nutricionista)	01

6.1. Áreas de apoio

Local /Descrição	Qtde.
Setor de Apoio Pedagógico	01

7. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. **Políticas de Formação de educadores(as) do Campo**. **Cad. Cedes,** Campinas, vol. 27,n.72,p.157-176, maio/ago.2007.Disponível emAcesso em: 02 out. 2012.

BRASIL. Lei 9394/96 de 20.12.96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília (DF): Diário Oficial da União. n° 248 de 23.12.96.

_____.**Parecer Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº1/de 1º de fevereiro de 2006.** Trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos centros familiares de formação por alternância (CEFFA). Ministério da Educação, Brasília, 2006.

_____.**Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de EducaçãoProfissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 10 de out. de 2010

_____.**Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (*)** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

_____. Resolução CNE/CEB de01deabrilde2002queinstitui asDiretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

_____. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>. Acesso em 19 de janeiro de 2016.

_____.Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172/01

_____. Sobre Educação do Campo. In SANTOS, Clarice (org). **Educação do Campo:** políticas públicas - educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete, PALUDO Conceição, DOLL Johannes (orgs**), Como seformam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

DUARTE, Clarice Seixas. A constitucionalidade do direito a Educação dos Povos do Campo. In SANTOS, Clarice (org). **Educação do Campo**: políticas públicas - educação.Brasília: INCRA; MDA, 2008.

DECLARAÇÃO FINAL DA II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Luziânia – Go, 06 de agosto, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.InSANTOS, Clarice (org). **Educação do Campo**: políticas públicas - educação. rasília:INCRA; MDA, 2008.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Trad. Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ; Vozes, Paris: AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação:** mito & desafio**.** Uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação Realidade, 1994.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Formação de Professores e Desenvolvimento Profissional na Educação de Jovens e Adultos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação/SETEC, Brasília, 2009.

QUEIROZ, João Batista Pereira de& SILVA, Lourdes Helena da. **Formação em alternância e desenvolvimento rural no Brasil**:as contribuições.

DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais** (III CER), Faro, Universidade do Algarve,1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo**: projetos em disputa. Educação e pesquisa. São Paulo, v. 34, n.1, p.27-45, jan/abr 2008.

SANTANA,Djárcia.**ALDBeaEducaçãodoCampo**.Disponível em < campo/721/#ixzz28eKSy9B5 Acesso em: 10 out. 2012.

8. ANEXOS

8.1. Edital de Seleção N° 02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de Agosto de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Superior
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, anexo I 4º andar– sala 402 - 70047-900 – Brasília, Distrito Federal, Brasil
Fone: (61) 2022-9014/9011 – Fax: (61) 2022-9009

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC DE31 DE AGOSTO DE 2012.

SESU/SETEC/SECADI/MEC

Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI torna público e convoca as Instituições Federais de Ensino Superior e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a apresentarem Projetos Pedagógicos de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, em cumprimento **à Resolução CNE/CEB n° 1, de 3/4/2002, ao Decreto nº 7.352, de 04/11/2010 e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.**

1- DOS OBJETIVOS

1.1 - O Programa visa apoiar a implantação de 40 cursos regulares de Licenciaturas em Educação do Campo, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo, com no mínimo 120 vagas para cursos novos e 60 vagas para ampliação de cursos existentes, na modalidade presencial **a serem ofertadas em três anos**. Os Projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, por área de conhecimento, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, tendo como prioridade a garantia da formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior.

1.2 - O presente Edital visa estabelecer critérios e procedimentos para fomento de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, destinados à formação de professores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas localizadas em áreas rurais, mediante assistência financeira às Instituições Federais de Educação Superior – IFES.

2 - EIXOS TEMÁTICOS

As propostas deverão atender no mínimo um dos seguintes eixos:
Eixo 1. Implantação de cursos de Licenciatura no PROCAMPO – novos cursos

Iniciativas institucionais que tem por objetivo a implantação de novos cursos de licenciatura específicos para a formação de professores para atuarem no segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo. As propostas deverão ter como base a realidade social e cultural específica dos povos do campo e diagnóstico sobre o Ensino Fundamental e Ensino Médio das comunidades rurais a serem beneficiadas com os cursos. Serão apoiadas preferencialmente propostas de cursos elaboradas em parceria com as comunidades do campo a serem beneficiadas.

Eixo 2. Abertura de novas turmas do PROCAMPO - cursos em andamento
Iniciativas institucionais que tem por objetivo a abertura de novas turmas em cursos de licenciatura em educação do campo em andamento, para a formação de professores para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio das escolas do campo condicionado aos recursos orçamentários do ano.

3- DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Estão habilitadas a apresentar projetos no âmbito deste Edital, as Instituições Federais de Ensino Superior- IFES.
3.2 - Cada IFES poderá concorrer com 01 (um) Projeto Político Pedagógico - PPP de Licenciatura em Educação do Campo, por campus, com no mínimo 120 vagas, para cursos novos e 60 vagas para ampliação de cursos existentes a serem ofertadas em três anos.
3.3 - Caberá à instituição elaborar o(s) Projeto(s) Pedagógico(s) e inscrevê-lo(s) para participar da seleção.
3.4 - Todos os Projetos Político Pedagógicos de cursos deverão cumprir os critérios estabelecidos pela SESU/ /SETEC/SECADI, conforme estabelecido no **Formulário de Apresentação de Projeto Político Pedagógico, anexo I,** bem como estar em consonância com o Programa PRONACAMPO e os marcos legais da Educação do Campo.
3.5 - Os projetos apresentados deverão:
a) considerar a realidade social e cultural específica das populações a serem beneficiadas, devendo ser elaborados com a participação dos Comitês/Fóruns Estaduais de Educação do Campo, onde houver, e dos sistemas estaduais e municipais de ensino;
b) prever os critérios e instrumentos para uma seleção específica a fim de contribuir para o atendimento da demanda por formação superior dos professores das escolas do campo, com prioridade, para aqueles em efetivo exercício nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das redes de ensino;
c) apresentar organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Entende-se por Tempo-Escola os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo-Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas;
d) apresentar diagnóstico da demanda no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio nas comunidades a serem beneficiadas pelo projeto, bem como perfil e características sociais, culturais e econômicas de suas populações;
e) apresentar currículo organizado de acordo com áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar – (i) Linguagens e Códigos; (ii) Ciências Humanas e Sociais; (iii) Ciências da Natureza, (iv) Matemática e (v) Ciências Agrárias. Recomenda-se, preferencialmente, que as habilitações oferecidas contemplem a área de Ciências da Natureza e Matemática, a fim de atender a demanda de docentes habilitados nesta área nas escolas rurais.
f) indicar um coordenador vinculado à instituição executora com titulação de Doutor ou, excepcionalmente, Mestre, com currículo atualizado na plataforma Lattes (CNPq);

g) o coordenador deverá dispor de agenda para participar de reuniões técnicas (oficinas, seminários e outros eventos) convocadas pela SECADI. Essas reuniões deverão contar com a participação do coordenador do Projeto e outros membros acadêmicos vinculados aos Projetos.

4 - DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

4.1 - A inscrição dos projetos será feita mediante:
4.1.1 - Preenchimento do Formulário de Apresentação de Projetos Pedagógicos de Curso das fichas de inscrição das Instituições, disponíveis no endereço: http://www.mec.gov.br/secadi, de acordo com o prazo estabelecido no item 11.
4.1.2 - Os documentos mencionados no item 4.1.1 deverão ser assinados pelo (a) Reitor (a).
4.1.3 - Os projetos político pedagógicos deverão contemplar os seguintes itens: apresentação, justificativa, objetivos, perfil desejado do formando, papel dos docentes, estratégias pedagógicas, currículo (objetivos do currículo, estrutura ou matriz curricular, etapas - identificação das etapas, objetivos das etapas, conteúdo programático, dividido em unidades e sub-unidades; bibliografia básica e complementar), avaliação e acompanhamento das etapas e cronograma de execução.

5 - DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS-PPP's

5.1 - Caberá a SESU, SETEC e à SECADI, por meio da Comissão de Avaliação Pedagógica, constituída por especialistas de educação do campo, a avaliação e a seleção dos projetos, que consistirá de:
5.1.2 - Análise preliminar dos PPP's: etapa necessária para verificar se houve o adequado preenchimento do formulário disponível no sítio eletrônico indicado e se as exigências mínimas estabelecidas no Edital foram cumpridas;
5.1.3 - Análise técnica dos PPP's, que consistirá na avaliação da:
5.1.3.1 - concepção teórica e metodológica:

a) clareza no perfil do profissional a ser formado pela instituição;
b) diagnóstico sobre a demanda quantitativa e qualitativa de formação dos professores do campo no contexto dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das comunidades a serem atendidas pelo projeto;
c) impacto social/acadêmico do projeto no âmbito institucional (relevância do projeto em nível institucional);
d) clareza dos objetivos propostos;
e) coerência da justificativa/objetivos do projeto com os objetivos do PROCAMPO;
f) articulação/envolvimento institucional dos sistemas estaduais e municipais de ensino com o projeto;
g) articulação com um conjunto de movimentos sociais e sindicais do campo ou Comitês Estaduais de Educação do Campo;
h) contribuição do projeto político pedagógico do curso para o desenvolvimento da educação básica no campo;
i) formação alicerçada em saberes, teorias, metodologias, competências e práticas que integram e fundamentam os processos de ensinar e de aprender na área objeto da formação docente, tendo como referência a realidade sócio-cultural do campo;
j) promoção de estratégias de formação para a docência multidisciplinar com organização curricular por áreas de conhecimento;
k) realização de práticas pedagógicas orientadas em Regime de Alternância;
l) vinculação do curso de formação com linhas de pesquisa e extensão;
m) desenvolvimento de estágios curriculares em articulação com o sistema público de educação básica.

5.1.3.2 - Exequibilidade do PPP (orçamento, pessoal, cronograma e oferta de vagas - disposta no item 3).

6. IMPLEMENTAÇÃO, EXECUÇÃO , MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

6. 1 - Na implantação, Execução e Avaliação do Projeto considerar-se-á:
6.1.1 - Previsão de práticas pedagógicas e atividades de extensão (participação em seminários, atividades em comunidades, etc) e pesquisa (projetos de iniciação científica e monitoria) para todas as etapas de tempo escola e tempo-comunidade;
6.1.2 - Processos de avaliação acadêmica e pedagógica no tempo comunidade;
6.1.3 - Relatórios de acompanhamento de execução técnica e financeira.
6.14 - Monitoramento dos PPP's dar-se-á por intermédio de técnicos e Coordenadores da SESU, SETEC e SECADI.

7 - DO RESULTADO PROVISÓRIO

7.1 - A classificação provisória será apresentada por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitado o limite dos recursos orçamentários disponíveis.
7.2 - O julgamento e a classificação provisória dos Projetos Pedagógicos são atos exclusivos da Comissão de Avaliação Pedagógica que, em consequência, reserva-se o direito de desclassificar os PPP's em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis.
7.3 - Durante o processo de análise, a Comissão de Avaliação Pedagógica poderá recomendar adequações no orçamento e nos cronogramas propostos.
7.4 - Em caso de empate na pontuação provisória, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:
7.4.1 - PPP's em consonância com o PRONACAMPO;
7.4.2 - Inexistência de oferta de curso de Licenciatura em Educação do Campo nas IFES ;
7.4.3 - Oferta de formação em regiões metropolitanas e no interior da Unidade Federada.
7.5 - Concluído o julgamento dos PPP's, a Comissão de Avaliação Pedagógica elaborará relatório que será submetido ao conhecimento das Secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que o encaminhará para divulgação.
7.6 - A classificação no resultado provisório não significa aprovação. Somente será considerado habilitado o Projeto Pedagógico classificado após a divulgação do resultado final.

8 - DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

8.1 - Admitir-se-á recurso contra o resultado provisório, que deverá ser assinado pelo reitor.
8.2 - O recurso após assinado deverá ser scaneado - em formato PDF - e anexado à mensagem eletrônica.
8.3 - O recurso deverá ser remetido para o endereço eletrônico coordenacaoeducampo@mec.gov.br com o seguinte título para o campo assunto: RECURSO CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO DO EDITAL N° 02/2012.
8.4 - Os recursos devem ser enviados até às 23 horas e 59 minutos, horário de Brasília, da data limite da interposição de recursos (item 11).
8.5 - Serão desconsiderados os recursos remetidos por meio de fax, por meio de correio, que não estejam devidamente assinados pelo reitor ou que não esteja em formato PDF.

8.6 - A decisão dos recursos será dada a conhecer, coletivamente, por meio de divulgação de relação nominal das Instituições Federais de Ensino Superior selecionadas a ser publicada no site do Ministério da Educação (http://portal.mec.gov.br).
8.7 - O MEC não se responsabiliza por recursos não recebidos em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamento nas linhas de comunicação nem por documentos corrompidos.
8.8 - Durante o processo de análise dos recursos, a Comissão de Avaliação Pedagógica poderá recomendar adequações no orçamento e nos cronogramas propostos.
8.9 - Não haverá reapreciação de recursos.

9 - DO RESULTADO FINAL

9.1 - A classificação final dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitado o limite dos recursos orçamentários disponíveis.
9.2 - O julgamento e a classificação final dos Projetos Político Pedagógicos são atos exclusivos da Comissão de Avaliação Pedagógica que, em consequência, reserva-se o direito de desclassificar os PPP's em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis.
9.3 - Em caso de empate na pontuação final, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:
9.3.1 - Oferta de cursos em regiões desprovidas de formação nessa área;
9.4 - Concluído o julgamento dos PPP's, a Comissão de Avaliação Pedagógica elaborará relatório que será submetido ao conhecimento das Secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que o encaminhará para divulgação;
9.5 - Após a divulgação do resultado final, havendo desistência por parte da proponente, esta deverá comunicar oficialmente ao MEC que convocará a próxima instituição, respeitada a ordem de classificação, de acordo com o prazo estabelecido no item 11.

10 - DOS PPP's SELECIONADOS

10.1 - Cada IFES que tiver um PPP selecionado terá autorização para contratar:
10.1.1 - Até 15 professores para cada curso de Licenciatura em Educação do Campo;
10.1.2 - Para as Universidades que já ofertam curso de Licenciatura em Educação do Campo poderá ampliar o número de professores até 15, mediante oferta dobrada de vagas;
10.1.3 - Até 3 técnicos-administrativos para cada curso de Licenciatura em Educação do Campo, no âmbito das Universidades;
10.2 - Cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia poderá ter autorização para contratar novos docentes, condicionada à avaliação da SETEC e ao cumprimento do Termo de Acordo de Metas Institucionais;
10.3 – Cada IFES que tiver um PPP selecionado receberá, como incentivo, em uma única parcela, no ano de implantação, recursos de:
10.3.1 - Custeio, na ordem de R$ 4.000,00 por estudante;

11 – CRONOGRAMA

Eventos	Prazos
Período de Apresentação dos Projetos Políticos Pedagógicos	De 10/09/2012 a 05/11/2012
Avaliação técnica dos PPP's	De 08/11/2012 a 16/11/2012
Avaliação pedagógica	De 21/11/2012 a 23/11/2012
Adequação dos PPP's	**De 26/11/2012 a 29/11/2012**
Publicação do Resultado Provisório - divulgação no site (http://portal.mec.gov.br/secadi).	Até 03/12/2012
Interposição de Recursos contra o Resultado Provisório	De 04/12/2012 a 05/12/2012
Análise dos Recursos interpostos - divulgação no site (http://portal.mec.gov.br/secadi).	De 06/12/2012 a 07/12/2012
Publicação do Resultado Final - DOU	Até 10/12/2012
Desistência por parte da proponente	De 11 /12/2012 a 13/12/2012

6

12 - DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

12.1 – O MEC disponibilizará vagas para contratação de professores e técnicos administrativos, considerando as ofertas de vagas nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em três anos.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 - Os PPP's submetidos estão sujeitos à aceitação total e incondicional das normas e instruções constantes neste Edital.

13.2 - Informações complementares poderão ser obtidas por meio do endereço: coordenacaoeducampo@mec.gov.br

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS
Secretário de Educação Superior

CLAUDIA PEREIRA DUTRA
Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

7

ANEXO I – FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

OBSERVAÇÕES:

As caixas de texto servem apenas como referência

PROJETO PEDAGÓCICO DE CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	**Inserir Logo da IES**

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

1.1 Orgão/Entidade Proponente **Nome da Instituição**				**1.2 CNPJ**
1.3 Endereço				
1.4 Cidade		**1.5 UF**	**1.6 CEP**	**1.7 Esfera Administrativa** Reitoria
1.8 DDD	**1.9 Fone**	**1.10 Fax**		**1.11 E-mail** reitor@~~universidade~~.br
1.12 Conta Corrente Conta única da união	**1.13 Banco**	**1.14 Agência**	**1.15 Praça de Pagamento**	
1.16 Nome do Responsável Reitor				**1.17 CPF**
1.18 Nº RG/Orgão Expedidor	**1.19 Cargo** Professor	**1.20 Função** Reitor		**1.21 Matrícula**
1.22 Endereço Residencial				**1.23 CEP**

2. ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO (PROJETO DO CURSO)

Título do Projeto Político Pedagógico
Apresentação: Introdução para situar o leitor (texto com até cinco mil caracteres)
Caracterização atual da Instituição: Perfil geral da instituição incluindo pós-graduação (texto com até cinco mil caracteres)
Justificativa e Marco conceitual, metodológico e legal: Embasamentos teóricos que

8

subsidiaram a escrita do projeto. É a parte principal do projeto onde se define a "filosofia" do curso embasada na Política Nacional de Educação da Educação do Campo na perspectiva da Educação Inclusiva e marcos legais que se pretende implementar. (texto com até cinco mil caracteres)
Objetivos do curso: O que o curso pretende atingir, incluindo a descrição dos objetivos específicos que o caracteriza. (texto com até cinco mil caracteres)
Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio: Descrição da demanda do sistema público da Educação Básica. (texto com até cinco mil caracteres)
Perfil do profissional: Descrição do perfil do egresso: clareza no perfil do profissional a ser formado pela instituição.
Papel do docente e estratégias pedagógicas
Área de atuação profissional
Caracterização do curso: Descrição do curso. Quantidade de vagas, turno, modalidade, carga horária, créditos, etc.
Matriz Curricular: Detalhamento da caracterização do curso no que concerne às disciplinas e ementas. É mandatório nesta fase fazer-se um diagrama do encadeamento das disciplinas.
Infraestrutura do curso: Descrição da quantidade de pessoal (docente e técnico administrativo, considerando a organização curricular por área do conhecimento) necessária para atender o projeto do curso. Descrição dos laboratórios e espaços físicos necessários para atender o projeto.
Metas a serem alcançadas ao longo de quatro anos de implementação do curso: (texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta: (texto com até dez mil caracteres)
Desenvolvimento de metodologias com base no uso pedagógico de recursos de tecnologia de comunicação e informação:
Vinculação do curso de formação com linhas de pesquisa e extensão:
Oferta de formação nas regiões metropolitanas e no interior da Unidade Federada:
Desenvolvimento de estágios curriculares em articulação com o sistema público de educação básica:
Avaliação do curso: Descrição do processo de avaliação dos discentes. Geralmente a avaliação é estabelecida pelos Conselhos de Ensino Pesquisa e Extensão de maneira a uniformizar a avaliação entre os demais cursos da instituição. Não confundir com o item da avaliação do MEC nos casos do reconhecimento ou autorização de curso.

Compromisso Social do Curso

3. Políticas de acesso

Critérios de seleção (texto com até cinco mil caracteres)
Critérios de prioridade (texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)
Estratégias para alcançar a meta (texto com até dez mil caracteres)
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)

4. Políticas de extensão universitária

Diagnóstico da situação atual

10

(texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)
Estratégias para alcançar a meta (texto com até dez mil caracteres)
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)
Indicadores (texto com até cinco mil caracteres)

5. Políticas de Educação do Campo

Diagnóstico da situação atual (texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)
Estratégias para alcançar a meta (texto com até cinco mil caracteres)
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)
Indicadores (texto com até cinco mil caracteres)

Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem

6. Ensino-aprendizagem

Diagnóstico da situação atual (texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta (texto com até cinco mil caracteres)
Uso de tecnologias de comunicação e informação
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)
Indicadores (texto com até cinco mil caracteres)
Prever programas de formação pedagógica para implementação do novo modelo de ensino-aprendizagem (se for o caso) (texto com até cinco mil caracteres)

Implementação

7. Plano geral de implementação do curso

Implementação do Projeto (texto com até cinco mil caracteres)

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

7.1. EXECUÇÃO

- Cronograma do processo de institucionalização do curso;
- período de aprovação pelo Conselho;
- inserção do curso no processo seletivo da universidade;
- processo seletivo de professores e técnicos administrativos;
- início da 1ª turma.

8. Referência Bibliográfica

12

8.2. Resolução Conselho Superior N. 48/2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 48/2013

Aprova a Criação do Curso e o Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação do Campo e suas habilitações do Instituto Federal Farroupilha do Câmpus Jaguari.

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 06/2013 da 1ª Reunião Especial do Conselho, realizada em 20 de junho de 2013, considerando o disposto no Artigo 9º, Inciso IV do seu Estatuto, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nos termos e na forma do anexo desta Resolução, a Criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em: Linguagens e Códigos; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza; Matemática; e Ciências Agrárias, do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Aprovar, nos termos e na forma do anexo desta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em: Linguagens e Códigos; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza; Matemática; e Ciências Agrárias, do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria/RS, 20 de junho de 2013.

Carla Comerlato Jardim
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Bento Alvenir Dornelles de Lima

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Jaubert de Castro Menchik

Antônio Cândido Silva da Silva

Maidi Jähn Karnikowski

Gabriel Adolfo Garcia

Tainan Massotti de Lima

Jovani Patias

Débora Letícia de Andrade

Rodrigo de Siqueira Martins

Crescêncio Olegário Ramagem Medeiros

Jacimar Facco

Darci Roberto Schneid N/C

Liege Camargo da Costa

Ana Rita Kraemer da Fontoura

Ana Paula da Silveira Ribeiro N/C

Marcelo Eder Lamb

Francisco Emílio Manteze N/C

Delcimar Gonçalves Borim N/C

Gisela Pereira Alves N/C

8.3. Resolução Ad referendum N. 07/2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

RESOLUÇÃO *Ad Referendum* N° 007/2013

Aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Educação do Campo, com habilitações em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, Câmpus Jaguari, do Instituto Federal Farroupilha.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - APROVAR, nos termos do anexo desta Resolução, o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Educação do Campo, Câmpus Jaguari, aprovado por meio da Resolução n° 048/2013 – CONSUP, o qual passa a ter duas habilitações, Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Santa Maria, 26 de novembro de 2013.

CARLA COMERLATO JARDIM

Reitora

8.4. Resolução Conselho Superior N. 03/2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR N° 003/2014

Homologa a Resolução *Ad Referendum* nº 007/2013 que aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitações em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 001/2014 da 1ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 25 de fevereiro de 2014, considerando o disposto no Artigo 9°, Inciso IV do seu Estatuto, RESOLVE:

Art. 1° - APROVAR, nos termos desta Resolução, a homologação da Resolução Ad Referendum nº 007/2013 que aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza ou Ciências Agrárias do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, o qual passa a ter as seguintes características, conforme o PPC aprovado:

Denominação do Curso: Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza ou Ciências Agrárias.
Vagas: 120 vagas, assim destinadas:
Habilitação Ciências da Natureza = 60 vagas
Habilitação Ciências Agrárias = 60 vagas
Modalidade: Presencial/Pedagogia da Alternância, com Tempo-Escola e Tempo-Comunidade
Carga Horária: 3232 horas
Regime Letivo: semestral
Periodicidade de oferta: anual
Período mínimo: 8 semestres
Período máximo:12 semestres

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Matriz Curricular – Habilitação em Ciências Agrárias

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
1º semestre	Informática Básica	36	24	60
	Configuração do Mundo Rural no Brasil	36	24	60
	História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	36	24	60
	Antropologia das Populações Rurais	24	16	40
	Fundamentos de Agroecossistemas	48	32	80
	Prática Pedagógica Integrada I	36	24	60
	Seminário Integrador I	4		4
		220	**144**	**364**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
2º semestre	Lingua Portuguesa e Produção Textual	36	24	60
	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	36	24	60
	Filosofia da Educação	36	24	60
	Sociologia da Educação	36	24	60
	Dinâmica e Evolução dos Sistemas Agrários	48	32	80
	Prática Pedagógica Integrada II	36	24	60
	Seminário Integrador II	4		4
		232	**152**	**384**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
3º semestre	Educação e Trabalho	36	24	60
	Psicologia da Educação	36	24	60
	Biogeografia, Ecoagricultura e Etnoconservação	36	24	60
	Abordagem Sistêmica na Agricultura	48	32	80
	Comunicação e Extensão Rural	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada III	36	24	60
	Seminário Integrador III	4		4
		232	**152**	**384**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
4º semestre	Política e Gestão da Educação do Campo	36	24	60
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	36	24	60
	Metodologia Científica	36	24	60
	Fundamentos de Agroecologia	54	36	90
	Prática Pedagógica Integrada IV	36	24	60
	Seminário Integrador IV	4		4
		202	**132**	**334**

Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

5º semestre	Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias I	36	24	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	36	24	60
	Sistemas de Produção Animal	54	36	90
	Sistemas de Produção Vegetal	54	36	90
	Prática Pedagógica Integrada V	24	16	40
	Seminário Integrador V	4		4
		208	**136**	**344**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
6º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36	24	60
	Agroindústria Familiar Rural	54	36	90
	Alimentos e Nutrição	42	28	70
	Estágio Curricular Supervisionado I	40	60	100
	Prática Pedagógica Integrada VI	24	16	40
	Seminário Integrador VI	4		4
		200	**164**	**364**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
7º semestre	Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias II	36	24	60
	Gestão de Unidades de Produção	36	24	60
	Gestão Ambiental e Geoprocessamento	48	32	80
	LIBRAS	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VII	24	16	40
	Seminário Integrador VII	4		4
		234	**220**	**454**

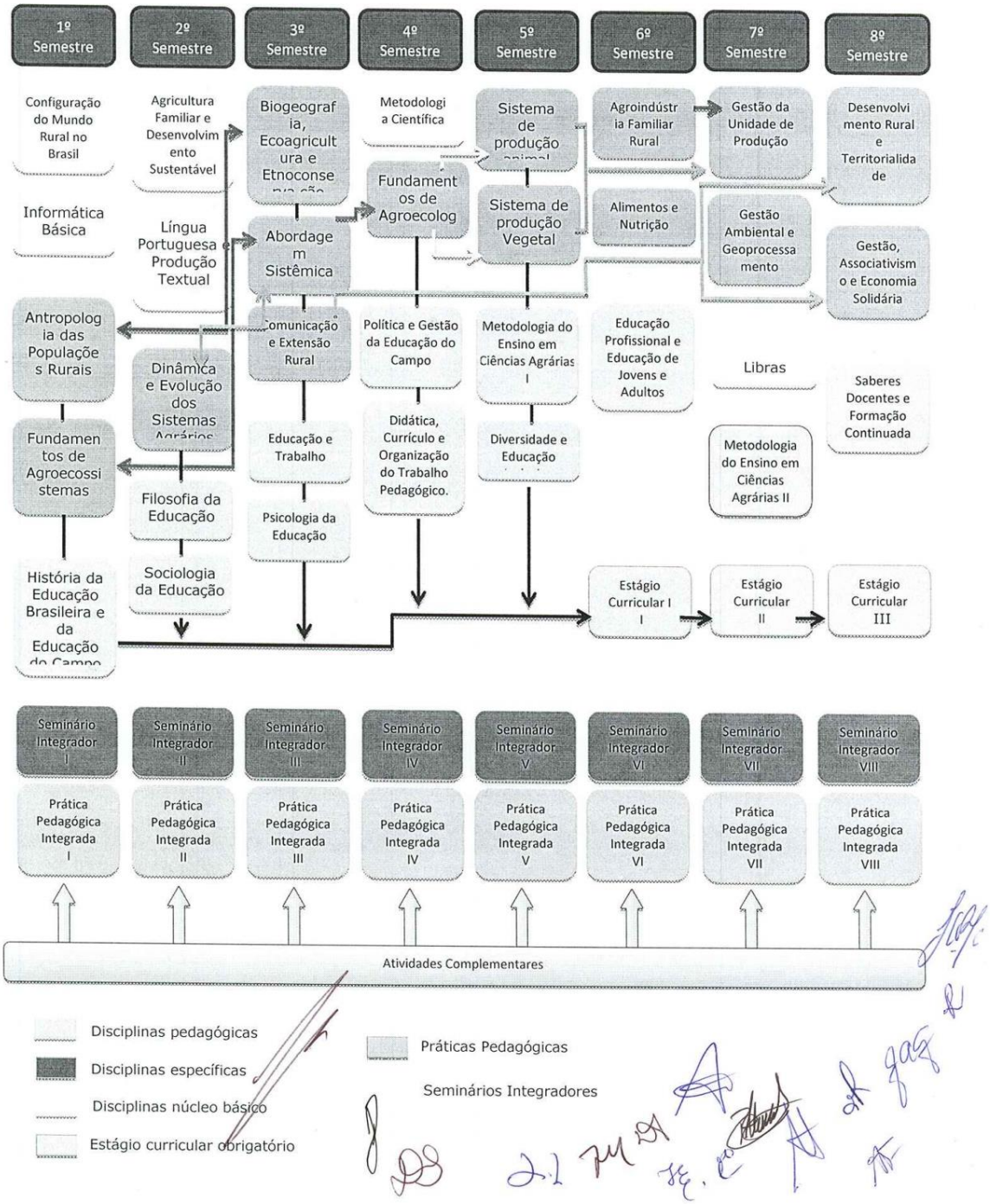
	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	36	24	60
	Desenvolvimento Rural e Territorialidade	54	36	90
	Gestão, Associativismo e Economia Solidária	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VIII	24	16	40
	Seminário Integrador VIII	4		4
		204	**200**	**404**

Total dos componentes curriculares	**1732**	**1300**	**3032**
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais			**200**

Carga Horária Total do Curso **3232**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Representação Gráfica do Curso – Habilitação em Ciências Agrárias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br
INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

Matriz Curricular – Habilitação em Ciências da Natureza

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
1º semestre	Informática Básica	36	24	60
	Configuração do Mundo Rural no Brasil	36	24	60
	História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	36	24	60
	Introdução à Biologia	26	17	43
	Biologia Celular e Molecular	51	34	85
	Prática Pedagógica Integrada I	36	24	60
	Seminário Integrador I	4		4
		225	**147**	**372**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
2º semestre	Língua Portuguesa e Produção Textual	36	24	60
	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	36	24	60
	Filosofia da Educação	36	24	60
	Sociologia da Educação	36	24	60
	Química para o Ensino Fundamental	26	17	43
	Física para o Ensino Fundamental	26	17	43
	Prática Pedagógica Integrada II	36	24	60
	Seminário Integrador II	4		4
		236	**154**	**390**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
3º semestre	Educação e Trabalho	36	24	60
	Psicologia da Educação	36	24	60
	Invertebrados	48	32	80
	Botânica I	26	17	43
	Protoctistologia e Micologia	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada III	36	24	60
	Seminário Integrador III	4		4
		222	**145**	**367**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
4º semestre	Política e Gestão da Educação do Campo	36	24	60
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	36	24	60
	Metodologia Científica	36	24	60
	Bioquímica	36	24	60
	Botânica II	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada IV	36	24	60
	Seminário Integrador IV	4		4
		220	**144**	**364**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
5º semestre	Metodologia do Ensino	36	24	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	36	24	60
	Vertebrados	36	24	60
	Parasitologia	26	17	43
	Microbiologia	26	17	43
	Prática Pedagógica Integrada V	24	16	40
	Seminário Integrador V	4		4
		188	**122**	**310**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
6º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36	24	60
	Bioestatistica	26	17	43
	Ecologia	36	24	60
	Biologia da Conservação e Biogeografia	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VI	24	16	40
	Seminário Integrador VI	4		4
		212	**205**	**417**

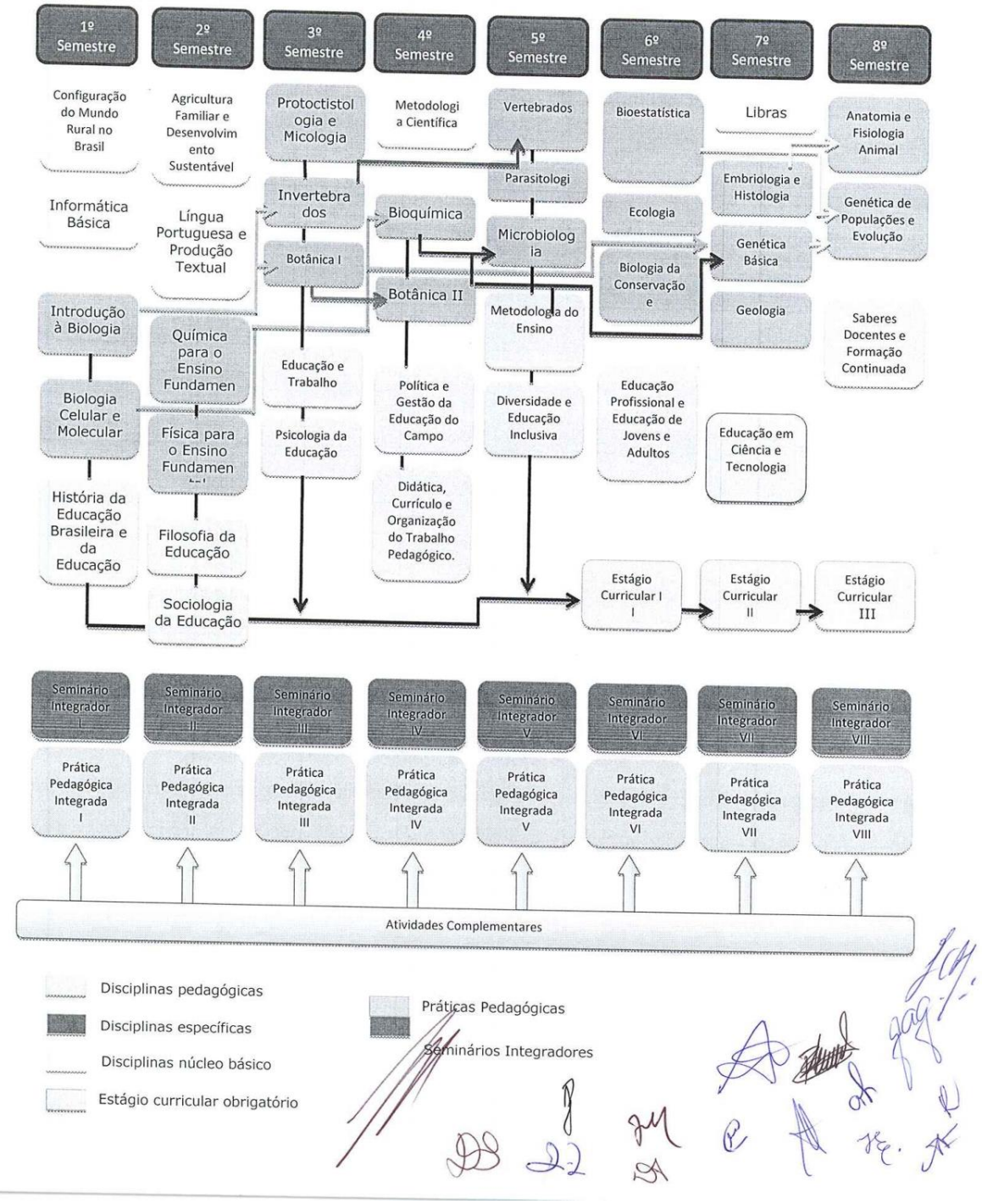
	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
7º semestre	Educação em Ciência e Tecnologia	36	24	60
	Embriologia e Histologia	26	17	43
	Genética Básica	36	24	60
	Geologia	26	17	43
	LIBRAS	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VII	24	16	40
	Seminário Integrador VII	4		4
		238	**222**	**460**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	36	24	60
	Anatomia e Fisiologia Animal	38	25	63
	Genética de Populações e Evolução	51	34	85
	Estágio Curricular Supervisionado III	40	60	100
	Prática Pedagógica Integrada VIII	24	16	40
	Seminário Integrador VIII	4		4
		193	**159**	**352**

Total dos componentes curriculares		**1734**	**1298**	**3032**
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais				**200**
	Carga Horária Total do Curso			**3232**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br
INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

Representação Gráfica do Curso – Habilitação em Ciências da Natureza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2014.

Carla Comerlato Jardim
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Rodrigo Elesbão de Almeida

Jaubert de Castro Menchik

Antônio Cândido Silva da Silva

Maidi Jähn Karnikowski

Gabriel Adolfo Garcia

Jovani Patias

Débora Letícia de Andrade

Tainan Massotti de Lima

Rodrigo de Siqueira Martins

Darci Roberto Schneid

Francisco José Montório Sobral

Liege Camargo da Costa

Ana Rita Kraemer da Fontoura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Ana Paula da Silveira Ribeiro

Marcelo Éder Lamb

Jacimar Facco

Delcimar Gonçalves Borim

8.5. Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos cursos superiores de licenciatura em educação do campo: ciências da natureza e licenciatura em educação do campo: ciências agrárias

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA E LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Jaguari – RS – 2016

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 01. O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Parágrafo Único. Todas as práticas relacionadas com o exercício da docência atendem às orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96, art. 43, inciso II), Lei de Estágio (Lei 11.788/08), CNE/CP 02/2015 e Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados para os cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (Resolução Conselho Superior nº 010/2016).

Art. 02. Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para os Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Jaguari.*

Art. 03. A realização do Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivos:

I – promover a aproximação do acadêmico com a realidade profissional;
II – desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade do ambiente escolar e não escolar;
III – promover a criação de projetos educacionais voltados para o ensino da Educação do Campo – Ensino de Ciências nos anos Finais do Ensino Fundamental
e de Biologia para o Ensino Médio, para a habilitação em Ciências da Natureza e na área de Recursos Naturais para o Ensino Médio, para a habilitação em Ciências Agrárias; aplicar

os conhecimentos teóricos e práticos mantendo um processo dinâmico de reflexão/ação crítica;

IV – desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência considerando as peculiaridades da Educação do Campo;

V – desenvolver as habilidades de comunicação, criatividade, integração e interação com profissionais de diversas áreas;

VI – fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados

VII – promover a integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão como estratégia de eficácia e eficiência no processo de Ensino e Aprendizagem.

CAPÍTULO II
DAS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 04. O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em Instituição de Ensino Pública ou Particular, em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, e em espaços educativos não escolares.

Art. 05. Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, as Instituições de Educação Básica públicas devidamente conveniadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari e que atendam a definição de Escola do Campo prevista no Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010, bem como em instituições não escolares que possibilitem o desenvolvimento de projetos didático-pedagógicos.

§ 1º – A viabilização do estágio será de responsabilidade do Setor de Estágio ligado à Coordenação de Extensão do *Campus* Jaguari e das Coordenações dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

§ 2º – Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor de Estágios ligado à Coordenação de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

§ 3º –O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estagiário, mediado pelo professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado e pelo Setor de Estágios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

§ 4º – Os estagiários devem realizar contato com as instituições de ensino, mediante carta de apresentação (Anexo 1), a qual deve ser fornecida pelo Setor de Estágios.

Parágrafo Único: No caso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza o Estágio Curricular Supervisionado II e III poderá ser realizado em turmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.No Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias o Estágio Curricular Supervisionado I, II e III poderá ser realizado em turmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA, PERÍODO DE REALIZAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA

Art. 06. O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, sendo este organizado em três etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III.

I – Estágio Curricular Supervisionado I, oferecido no sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza tem como finalidade a inser-

ção, observação, planejamento, regência de classe, reflexão e análise sobre o processo realizado, a elaboração e defesa de relatório como condição para a aprovação. Bem como, o estudo dos conhecimentos voltados para a Educação do Campo: Ciências da Natureza com ênfase em Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades de ensino, nas escolas do Campo, conforme define o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010.

§ 1º – Épré-requisito para realização de Estágio Curricular Supervisionado I ter sido aprovado(a) em todos os componentes curriculares até o quinto semestre do Curso.

II – O Estágio Curricular Supervisionado II será oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade, a inserção em espaços educativos do Ensino Médio, por meio da observação e regência de classe, atuando nas diferentes modalidades, na disciplina Biologia considerando as prerrogativas e especificidades da Educação do Campo, conforme define o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010, além da elaboração e defesa de relatório como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado II, ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Supervisionado I e em todas as disciplinas até o sexto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

III – Estágio Curricular Supervisionado III, oferecido no oitavo semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza tem como finalidade a inserção, observação, planejamento, execução e avaliação de projetosde intervenção com caráter didático-pedagógico, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências da Natureza, em espaços escolares nas Escolas do Campo, conforme prevê o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010 ou em espaços não escolares. Elaboração e defesa do relatório de estágio, como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado III ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Curricular II e em todas as disciplinas do Sétimo

semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Parágrafo Único: É vetada a realizaçãodo Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento.

Art. 07. A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 08. A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, distribuídas nas três etapas descritas no Art. 06, da seguinte forma:

I – 150 (cento e cinquenta horas) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento, supervisionado pelo professor do componente curricular e pelo orientador, nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari, e 100 (cem) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental, junto às escolas campo do estágio.

§ 1º - As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado I; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na escola campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 2º - Das 100 (cem horas) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e exercício da Regência de Classe; 20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar; 20 (vinte) horas compreendem a observação do trabalho docente em sala de aula, podendo ser realizada em até duas turmas. As demais 60 (sessenta) horas serão designadas para o efetivo trabalho docente junto às escolas do campo, com atividade-

des que compreendem elaboração dos planos de aula, planejamento das avaliações, Regência de Classe e Elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 3º – Das 60 (sessenta) horas designadas ao trabalho docente no ambiente escolar, 5 (cinco) horas compreendem a observação da turma em que será realizada a Regência de Classe; 20 (vinte) horas compreendem a Regência de Classe em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental; 10 (dez) horas são destinadas às demais atividades na escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras, atividades cívicas e culturais, entre outras); 25 (vinte) horas designadas para a elaboração dos planos de aula e relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

II– 150 (cento e cinquenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado II, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 100 (cem) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e exercício da Regência de Classe na disciplina de Biologia no Ensino Médio.

§ 1º-As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componentecurricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado II; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na escola campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 2º –Das 100 (cem) horas,20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar e 20 (vinte) horas serão para a observação do trabalho docente em sala de aula. As demais 60 (sessenta) horas serão designadas para o efetivo trabalho docente junto às escolas do campo, com atividades que compreendem elaboração dos planos de

aula, planejamento das avaliações, regência de Classe e Elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 3º – Das 60 (sessenta) horas designadas ao trabalho docente no ambiente escolar, 5 (cinco) horas serão de observação da turma em que será realizada a regência de classe; 20 (vinte) horas compreendem a regência de classe em turma(s) do Ensino Médio, 10 (dez) horas são destinadas às demais atividades na escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras, atividades cívicas e culturais, entre outras), 25 (vinte e cinco) horas designadas para a elaboração dos planos de aula e relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

III- Estágio Curricular Supervisionado III - 100 (cem) horas para o Estágio Curricular Supervisionado III, sendo: 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 60 (sessenta) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e não escolar, com projetos de intervenção de caráter didático-pedagógicos em espaços escolares ou não escolares, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências da Natureza nas Escolas do Campo.

§ 1º-As 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componentecurricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado III; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na Instituição campo de estágio; discussão acerca do cotidiano do espaço observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 2º – No caso de estágio em espaços escolares: das 60 (sessenta) horas, 15 (quinze) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar; 25 (vinte e cinco) horas

designadas ao planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção na área de Ciências da Natureza; 20 (vinte) horas designadas para a elaboração e apresentação do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 3º – No caso de estágio em espaços não escolares: das 60 (sessenta) horas,
20 horas de observação do cotidiano do espaço não escolar, ou lideranças com trabalho educacional neste setor; 40 horas de coordenação, proposição de atividades didático-pedagógicas e execução dos projetos de intervenção em espaço não escolares, em instituições ou pessoas jurídicas que possam atestar/certificar tal inserção educativa, bem como para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

Parágrafo único: O estagiário que não atender a qualquer disposição deste artigo, não apresentar domínio de conteúdo e/ou habilidade didático-pedagógica, ou nos casos previstos nos Art. 24 e Art. 25 da Resolução CONSUP nº 010/2016, deverá ser afastado das atividades de estágio até que o caso seja resolvido pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Art. 09. O estagiário que esteja exercendo função de docente efetivo ou contratado em alguma escola, das redes particular, municipal, estadual ou federal, poderá pedir aproveitamento de carga horária do estágio.

Art. 10. O aproveitamento mencionado no artigo 09 será de no máximo 100 (cem) horas, o que totaliza 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total prevista para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto no Artigo 15, Inciso III, Parágrafo sétimo da Resolução CNE/CP 02, de 01/07/2015, “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas”.

Art. 11. Os pedidos de aproveitamento serão analisados e considerados deferidos/indeferidos pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA, PERÍODO DE REALIZAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Art. 12. O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, sendo este organizado em três etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III.

I – Estágio Curricular Supervisionado I, oferecido no sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias tem como finalidade a inserção, observação e construção de diagnóstico de funcionamento e organização didático-pedagógica, planejamento para execução de projetos didático pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio e em espaços não escolares, bem como a análise e discussão da ação profissional do Licenciado em Ciências Agrárias, no Ensino Médio e nos espaços não escolares e o processo o realizado, além da elaboração e defesa de relatório como condição para a aprovação.

§ 1º – Épré-requisito para realização de Estágio Curricular Supervisionado I ter sido aprovado(a) em todos os componentes curriculares até o quinto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

II – O Estágio Curricular Supervisionado II será oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade, a inserção em espaços educativos do Ensino Médio, por meio da observação e regência de classe, atuando nas diferentes modalidades, nas disciplinas da área de Ciências Agrárias/Recursos Naturais, considerando as prerrogativas e especificidades da Educação do Campo, conforme define o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010, além da elaboração e defesa de relatório como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado II, ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Supervisionado I e em todas as disciplinas até o sexto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

III – Estágio Curricular Supervisionado III, oferecido no oitavo semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias tem como finalidade a inserção, observação, planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção com caráter didático-pedagógico, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências Agrárias, em espaços escolares nas Escolas do Campo, conforme prevê o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010 ou em espaços não escolares. Elaboração e defesa do relatório de estágio, como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado III ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Curricular II e em todas as disciplinas do Sétimo semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

Parágrafo Único: É vetada a realização do Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento.

Art. 13. A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 14. A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, distribuídas nas três etapas descritas no Art. 12, da seguinte forma:

I – 100 (cem) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I, sendo: 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento, supervisionado pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari, e 60 (sessenta) horas serão designadas para o reconhecimento dos ambientes escolares e não escolares e do planejamento da prática pedagógicajunto às Instituições campo do estágio.

§ 1º - As 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado I; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas nas Instituições campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 2º - Das 60 (sessenta) horas designadas ao reconhecimento dos ambientes escolares e não escolares e do planejamento da prática pedagógica junto às Instituições campo do estágio, 15 (quinze) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar. 15 (quinze) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano não escolar. As demais 30 (trinta) horas serão designadas ao planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio e em espaços não escolares, bem como a elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 3º – Das 30 (trinta) horas de planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio e em espaços não escolares, 10 (dez) serão de planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio; 10 (dez) horas serão de planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços não escolares; 10 (dez) horas serão designadas para a elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

II– 150 (cento e cinquenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado II, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 100 (cem) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e exercício da Regência de Classe em disciplinas da área de Ciências Agrárias com ênfase em Recursos Naturais, no Ensino Médio.

§ 1º-As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado II; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na escola campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 2º –Das 100 (cem) horas,20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar e 20 (vinte) horas serão para a observação do trabalho docente em sala de aula. As demais 60 (sessenta) horas serão designadas para o efetivo trabalho docente junto às escolas do campo, com atividades que compreendem elaboração dos planos de aula, planejamento das avaliações, regência de Classe e Elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 3º – Das 60 (sessenta) horas designadas ao trabalho docente no ambiente escolar, 5 (cinco) horas serão de observação da turma em que será realizada a regência de classe; 20 (vinte) horas compreendem a regência de classe em turmas do Ensino Médio, 10 (dez) horas são destinadas às demais atividades na escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras, atividades cívicas e culturais, entre outras), 25 (vinte e cinco) horas serão designadas para a elaboração dos planos de aula e relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

III- Estágio Curricular Supervisionado III - 150 (cento e cinquenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado III, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 100 (cem) horas designadas ao

reconhecimento do ambiente escolar ou não escolar, com projetos de intervenção de caráter didático-pedagógicos em espaços escolares ou não escolares, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências Agrárias nas Escolas do Campo.

§ 1º-As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado III; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na Instituição campo de estágio; discussão acerca do cotidiano do espaço observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 2º – No caso de estágio em espaços escolares: das 100 (cem) horas, 20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar, 20 (vinte) horas serão de observação do trabalho docente em sala de aula, com atuação na área das Ciências Agrárias; 40 horas designadas ao planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção na área das Ciências Agrárias; 20 (vinte) horas designadas para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 3º – No caso de estágio em espaços não escolares: das 100 (cem) horas,20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano não-escolar; 20 (vinte) horas de observação de espaços não escolares ou lideranças com trabalho educacional neste setor; 40 (quarenta) horas de planejamento, proposição, execução e avaliação de projetos de intervenção didático-pedagógicos em espaços não escolares, em instituições ou pessoas jurídicas que possam atestar/certificar tal inserção educativa, 20 (vinte) horas designadas para a elaboração e apresentação do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

Parágrafo único: O estagiário que não atender a qualquer disposição deste artigo, não apresentar domínio de conteúdo e/ou habilidade didático-pedagógica, ou nos casos previstos nos Art. 24 e Art. 25 da Resolução CONSUP nº010/2016, deverá ser afastado das

atividades de estágio até que o caso seja resolvido pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

Art. 15. O estagiário que esteja exercendo função de docente efetivo ou contratado em alguma escola, das redes particular, municipal, estadual ou federal, poderá pedir aproveitamento de carga horária do estágio, desde que na mesma área de atuação, a saber Ciências Agrárias.

Art. 16. O aproveitamento mencionado no artigo 09 será de no máximo 100 (cem) horas, o que totaliza 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total prevista para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto no Artigo 15, Inciso III, Parágrafo sétimo da Resolução CNE/CP 02, de 01/07/2015, "Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas".

Art. 17. Os pedidos de aproveitamento serão analisados e considerados deferidos/indeferidos pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18. São atribuições do estagiário:

I – entrar em contato com a instituição campo de estágio na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso emitidos pelos Setores e Coordenações responsáveis;

II – comparecer ao estágio curricular assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido;

III - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

IV – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o

projeto pedagógico do curso e o que dispõe esta resolução;

V – respeitar os horários e normas estabelecidos na instituição campo de estágio, bem como seus profissionais e alunos;

VI – manter a interação com os docentes da área, observando os princípios da ética profissional;

VII – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

VIII – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari relativas ao Estágio Curricular Supervisionado (Resolução CONSUP nº010/2016);

IX – zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;

X – elaborar e apresentar relatórios parciais das atividades realizadas, conforme cronograma estabelecido pelo professor orientador e um relatório final ao término do estágio;

XI – planejar com antecedência as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submetê-las à aprovação do professor orientador, antes da aplicação das mesmas nos locais de estágios;

XII – usar vestimenta adequada e manter boa higiene pessoal;

XIII – avisar com antecedência o professor orientador de estágio, bem como o responsável pela instituição concedente, caso haja necessidade de faltar ao estágio, com justificativa;

XIV – comprovar sua frequência no estágio através da ficha de frequência devidamente assinada pelo acadêmico, professor e diretor da Instituição campo de estágio;

XV – comprovar a finalização do estágio por meio da declaração do estágio expedida pela Instituição campo de estágio devidamente assinada e carimbada pelo diretor da instituição.

XVI - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 19. São atribuições do professor do componente curricular do Estágio Curricular Supervisionado:

I – zelar pela organicidade do Estágio Curricular Supervisionado nos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do

Campo: Ciências Agrárias, e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágio;

II – fomentar a discussão teórico-prática do estágio;

III – assessorar os estudantes na elaboração dos projetos, nos planejamentos das aulas e relatórios de estágio, junto com os professores orientadores de estágio;

IV - planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores orientadores de estágio;

V – promover e coordenar reuniões com professores orientadores e/ou supervisores de estágio, sempre que necessário;

VI – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos acadêmicos;

VII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores orientadores e aos supervisores de estágio;

VIII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari;

IX – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis, junto com os professores orientadores de estágio;

X – Promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, junto com os professores orientadores de estágio;

XI – avaliar, em conjunto com o professor orientador, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso.

Art. 20. São atribuições do professor orientador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – participar das atividades programadas pelo professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado;

II - organizar estudos temáticos relacionados às demandas levantadas pelos acadêmicos na observação escolar;

III - orientar o processo de construção do projeto de Estágio;

IV - fornecer informações ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento e desempenho das atividades dos estagiários;

V – avaliar o processo do estágio dos estagiários sob sua orientação junto com o professor do componente curricular de Estágio;

VI - controlar a assiduidade e a pontualidade do acadêmico de acordo com o cronograma de trabalho;

VII - averiguar e apresentar ao professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado e coordenação de curso qualquer tipo de irregularidade referente às atividades de estágio, inclusive na confecção do relatório;

VIII-assessorar os estudantes na elaboração dos projetos, nos planejamentos das aulas e relatórios de estágio.

IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Parágrafo Único. O(a) professor(a) orientador(a) deverá ser licenciado(a) em Curso da área de Ciências da Natureza (Biologia, Física ou Química) no caso da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza; e graduado em Curso da área de Ciências Agrárias e afins, no caso da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, ambos auxiliados por docente da área de Educação.

Art. 21. São atribuições do Setor de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari:

I – assessorar o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico;

II - obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios;

III - conveniar instituições campo de estágios.

IV - emitir e arquivar termos de convênio e de compromisso;

V - fazer o registro e controle das apólices de seguro;

VI - arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;

VII - propor formulários para o plano de ensino e o relatório de atividades;

VIII - emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados);

IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 22. São atribuições do supervisor do Estágio Curricular Supervisionado:

I – apresentar o campo de estágio ao estagiário;

II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;

IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou/e ao professor orientador quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estagiário;

V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer próprio.

VI - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 23. Caberá aos profissionais das Instituições Campo de Estágio: manter contato contínuo com o professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado e o professor orientador, colocando-os a par de qualquer situação constrangedora por parte do estagiário.

Art. 24. A instituição campo de estágio poderá interromper as atividades de estágio do estagiário sempre que se fizer necessário.

Art. 25. São atribuições do Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e do Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Propor ao colegiado do Curso um plano de distribuição do número de orientados por professor orientador;

II – Emitir atestado de orientação e participação em banca de defesa;

III – Divulgar datas das bancas finais de defesa de estágio;

IV – Arquivar os relatórios finais do Estágio Curricular Supervisionado.

V - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

CAPÍTULO VI
DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 26. A distribuição do número de estagiários por professor orientador será proposta pelas Coordenações dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, e definida pelo Colegiado do Curso, respeitando o limite máximo de 10 (dez) estagiários por professor orientador, considerando os três Estágios Curriculares Supervisionados. Para fins de contabilização de carga horária será considerada a seguinte proporção: a cada 2 (dois) estagiários será contabilizada uma hora semanal, que deverá constar no horário do professor orientador.

CAPÍTULO VII
DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 27. O Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada estágio.

§ 1º - O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o formulário em anexo a este regulamento e as orientações do professor do componente curricular.

§ 2º – Ao final de cada estágio do curso o estagiário deverá entregar seu relatório de estágio ao professor do componente curricular e orientador, no prazo estabelecido por estes, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 28. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari,contemplará o desempenho docente e o Relatório de Estágio Curricular Supervisionado, conforme os critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 – É de exclusiva responsabilidade do estagiário cumprir as atividades assinaladas no caput deste documento, bem como ser aprovado nas disciplinas pré-requisito de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 30 – A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado implica no reconhecimento e na aceitação por parte do estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 31 – É compromisso do professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado e do professor orientador fazer cumprir as normas e datas estabelecidas para a organização do Estágio Curricular Supervisionado em todas as etapas.

Art. 32 – Toda a documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser mantida, durante as etapas do estágio, em posse do professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado. Ao final essa documentação deverá ser entregue ao Setor de Estágios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

Art. 33 – A qualquer tempo o Estágio Curricular Supervisionado poderá ser interrompido, nos termos dos artigos 24 e 25 da Resolução CONSUP n° 010/2016 de 30 de março de 2016.

Art. 34 – Os casos omissos serão analisados pelos respectivos Colegiados do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

Jaguari/ RS, 07 de julho de 2016.

8.6. Edital de Seleção N° 02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC DE 31 DE Agosto de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Superior
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, anexo I 4º andar– sala 402 - 70047-900 – Brasília, Distrito Federal, Brasil
Fone: (61) 2022-9014/9011 – Fax: (61) 2022-9009

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC DE31 DE AGOSTO DE 2012.

SESU/SETEC/SECADI/MEC

Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI torna público e convoca as Instituições Federais de Ensino Superior e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a apresentarem Projetos Pedagógicos de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, em cumprimento **à Resolução CNE/CEB n° 1, de 3/4/2002, ao Decreto nº 7.352, de 04/11/2010 e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.**

1- DOS OBJETIVOS

1.1 - O Programa visa apoiar a implantação de 40 cursos regulares de Licenciaturas em Educação do Campo, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo, com no mínimo 120 vagas para cursos novos e 60 vagas para ampliação de cursos existentes, na modalidade presencial **a serem ofertadas em três anos**. Os Projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, por área de conhecimento, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, tendo como prioridade a garantia da formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior.

1.2 - O presente Edital visa estabelecer critérios e procedimentos para fomento de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, destinados à formação de professores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas localizadas em áreas rurais, mediante assistência financeira às Instituições Federais de Educação Superior – IFES.

2 - EIXOS TEMÁTICOS

As propostas deverão atender no mínimo um dos seguintes eixos:
Eixo 1. Implantação de cursos de Licenciatura no PROCAMPO – novos cursos

Iniciativas institucionais que tem por objetivo a implantação de novos cursos de licenciatura específicos para a formação de professores para atuarem no segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo. As propostas deverão ter como base a realidade social e cultural específica dos povos do campo e diagnóstico sobre o Ensino Fundamental e Ensino Médio das comunidades rurais a serem beneficiadas com os cursos. Serão apoiadas preferencialmente propostas de cursos elaboradas em parceria com as comunidades do campo a serem beneficiadas.

Eixo 2. Abertura de novas turmas do PROCAMPO - cursos em andamento
Iniciativas institucionais que tem por objetivo a abertura de novas turmas em cursos de licenciatura em educação do campo em andamento, para a formação de professores para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio das escolas do campo condicionado aos recursos orçamentários do ano.

3- DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Estão habilitadas a apresentar projetos no âmbito deste Edital, as Instituições Federais de Ensino Superior- IFES.
3.2 - Cada IFES poderá concorrer com 01 (um) Projeto Político Pedagógico - PPP de Licenciatura em Educação do Campo, por campus, com no mínimo 120 vagas, para cursos novos e 60 vagas para ampliação de cursos existentes a serem ofertadas em três anos.
3.3 - Caberá à instituição elaborar o(s) Projeto(s) Pedagógico(s) e inscrevê-lo(s) para participar da seleção.
3.4 - Todos os Projetos Político Pedagógicos de cursos deverão cumprir os critérios estabelecidos pela SESU/ /SETEC/SECADI, conforme estabelecido no **Formulário de Apresentação de Projeto Político Pedagógico, anexo I,** bem como estar em consonância com o Programa PRONACAMPO e os marcos legais da Educação do Campo.
3.5 - Os projetos apresentados deverão:
a) considerar a realidade social e cultural específica das populações a serem beneficiadas, devendo ser elaborados com a participação dos Comitês/Fóruns Estaduais de Educação do Campo, onde houver, e dos sistemas estaduais e municipais de ensino;
b) prever os critérios e instrumentos para uma seleção específica a fim de contribuir para o atendimento da demanda por formação superior dos professores das escolas do campo, com prioridade, para aqueles em efetivo exercício nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das redes de ensino;
c) apresentar organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Entende-se por Tempo-Escola os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo-Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas;
d) apresentar diagnóstico da demanda no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio nas comunidades a serem beneficiadas pelo projeto, bem como perfil e características sociais, culturais e econômicas de suas populações;
e) apresentar currículo organizado de acordo com áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar – (i) Linguagens e Códigos; (ii) Ciências Humanas e Sociais; (iii) Ciências da Natureza, (iv) Matemática e (v) Ciências Agrárias. Recomenda-se, preferencialmente, que as habilitações oferecidas contemplem a área de Ciências da Natureza e Matemática, a fim de atender a demanda de docentes habilitados nesta área nas escolas rurais.
f) indicar um coordenador vinculado à instituição executora com titulação de Doutor ou, excepcionalmente, Mestre, com currículo atualizado na plataforma Lattes (CNPq);

g) o coordenador deverá dispor de agenda para participar de reuniões técnicas (oficinas, seminários e outros eventos) convocadas pela SECADI. Essas reuniões deverão contar com a participação do coordenador do Projeto e outros membros acadêmicos vinculados aos Projetos.

4 - DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

4.1 - A inscrição dos projetos será feita mediante:
4.1.1 - Preenchimento do Formulário de Apresentação de Projetos Pedagógicos de Curso das fichas de inscrição das Instituições, disponíveis no endereço: http://www.mec.gov.br/secadi, de acordo com o prazo estabelecido no item 11.
4.1.2 - Os documentos mencionados no item 4.1.1 deverão ser assinados pelo (a) Reitor (a).
4.1.3 - Os projetos político pedagógicos deverão contemplar os seguintes itens: apresentação, justificativa, objetivos, perfil desejado do formando, papel dos docentes, estratégias pedagógicas, currículo (objetivos do currículo, estrutura ou matriz curricular, etapas - identificação das etapas, objetivos das etapas, conteúdo programático, dividido em unidades e sub-unidades; bibliografia básica e complementar), avaliação e acompanhamento das etapas e cronograma de execução.

5 - DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS-PPP's

5.1 - Caberá a SESU, SETEC e à SECADI, por meio da Comissão de Avaliação Pedagógica, constituída por especialistas de educação do campo, a avaliação e a seleção dos projetos, que consistirá de:
5.1.2 - Análise preliminar dos PPP's: etapa necessária para verificar se houve o adequado preenchimento do formulário disponível no sítio eletrônico indicado e se as exigências mínimas estabelecidas no Edital foram cumpridas;
5.1.3 - Análise técnica dos PPP's, que consistirá na avaliação da:
5.1.3.1 - concepção teórica e metodológica:

a) clareza no perfil do profissional a ser formado pela instituição;
b) diagnóstico sobre a demanda quantitativa e qualitativa de formação dos professores do campo no contexto dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das comunidades a serem atendidas pelo projeto;
c) impacto social/acadêmico do projeto no âmbito institucional (relevância do projeto em nível institucional);
d) clareza dos objetivos propostos;
e) coerência da justificativa/objetivos do projeto com os objetivos do PROCAMPO;
f) articulação/envolvimento institucional dos sistemas estaduais e municipais de ensino com o projeto;
g) articulação com um conjunto de movimentos sociais e sindicais do campo ou Comitês Estaduais de Educação do Campo;
h) contribuição do projeto político pedagógico do curso para o desenvolvimento da educação básica no campo;
i) formação alicerçada em saberes, teorias, metodologias, competências e práticas que integram e fundamentam os processos de ensinar e de aprender na área objeto da formação docente, tendo como referência a realidade sócio-cultural do campo;
j) promoção de estratégias de formação para a docência multidisciplinar com organização curricular por áreas de conhecimento;
k) realização de práticas pedagógicas orientadas em Regime de Alternância;
l) vinculação do curso de formação com linhas de pesquisa e extensão;
m) desenvolvimento de estágios curriculares em articulação com o sistema público de educação básica.

5.1.3.2 - Exequibilidade do PPP (orçamento, pessoal, cronograma e oferta de vagas - disposta no item 3).

6. IMPLEMENTAÇÃO, EXECUÇÃO , MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

6. 1 - Na implantação, Execução e Avaliação do Projeto considerar-se-á:
6.1.1 - Previsão de práticas pedagógicas e atividades de extensão (participação em seminários, atividades em comunidades, etc) e pesquisa (projetos de iniciação científica e monitoria) para todas as etapas de tempo escola e tempo-comunidade;
6.1.2 - Processos de avaliação acadêmica e pedagógica no tempo comunidade;
6.1.3 - Relatórios de acompanhamento de execução técnica e financeira.
6.14 - Monitoramento dos PPP's dar-se-á por intermédio de técnicos e Coordenadores da SESU, SETEC e SECADI.

7 - DO RESULTADO PROVISÓRIO

7.1 - A classificação provisória será apresentada por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitado o limite dos recursos orçamentários disponíveis.
7.2 - O julgamento e a classificação provisória dos Projetos Pedagógicos são atos exclusivos da Comissão de Avaliação Pedagógica que, em consequência, reserva-se o direito de desclassificar os PPP's em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis.
7.3 - Durante o processo de análise, a Comissão de Avaliação Pedagógica poderá recomendar adequações no orçamento e nos cronogramas propostos.
7.4 - Em caso de empate na pontuação provisória, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:
7.4.1 - PPP's em consonância com o PRONACAMPO;
7.4.2 - Inexistência de oferta de curso de Licenciatura em Educação do Campo nas IFES ;
7.4.3 - Oferta de formação em regiões metropolitanas e no interior da Unidade Federada.
7.5 - Concluído o julgamento dos PPP's, a Comissão de Avaliação Pedagógica elaborará relatório que será submetido ao conhecimento das Secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que o encaminhará para divulgação.
7.6 - A classificação no resultado provisório não significa aprovação. Somente será considerado habilitado o Projeto Pedagógico classificado após a divulgação do resultado final.

8 - DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

8.1 - Admitir-se-á recurso contra o resultado provisório, que deverá ser assinado pelo reitor.
8.2 - O recurso após assinado deverá ser scaneado - em formato PDF - e anexado à mensagem eletrônica.
8.3 - O recurso deverá ser remetido para o endereço eletrônico coordenacaoeducampo@mec.gov.br com o seguinte título para o campo assunto: RECURSO CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO DO EDITAL N° 02/2012.
8.4 - Os recursos devem ser enviados até às 23 horas e 59 minutos, horário de Brasília, da data limite da interposição de recursos (item 11).
8.5 - Serão desconsiderados os recursos remetidos por meio de fax, por meio de correio, que não estejam devidamente assinados pelo reitor ou que não esteja em formato PDF.

8.6 - A decisão dos recursos será dada a conhecer, coletivamente, por meio de divulgação de relação nominal das Instituições Federais de Ensino Superior selecionadas a ser publicada no site do Ministério da Educação (http://portal.mec.gov.br).
8.7 - O MEC não se responsabiliza por recursos não recebidos em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamento nas linhas de comunicação nem por documentos corrompidos.
8.8 - Durante o processo de análise dos recursos, a Comissão de Avaliação Pedagógica poderá recomendar adequações no orçamento e nos cronogramas propostos.
8.9 - Não haverá reapreciação de recursos.

9 - DO RESULTADO FINAL

9.1 - A classificação final dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitado o limite dos recursos orçamentários disponíveis.
9.2 - O julgamento e a classificação final dos Projetos Político Pedagógicos são atos exclusivos da Comissão de Avaliação Pedagógica que, em consequência, reserva-se o direito de desclassificar os PPP's em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis.
9.3 - Em caso de empate na pontuação final, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:
9.3.1 - Oferta de cursos em regiões desprovidas de formação nessa área;
9.4 - Concluído o julgamento dos PPP's, a Comissão de Avaliação Pedagógica elaborará relatório que será submetido ao conhecimento das Secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que o encaminhará para divulgação;
9.5 - Após a divulgação do resultado final, havendo desistência por parte da proponente, esta deverá comunicar oficialmente ao MEC que convocará a próxima instituição, respeitada a ordem de classificação, de acordo com o prazo estabelecido no item 11.

10 - DOS PPP's SELECIONADOS

10.1 - Cada IFES que tiver um PPP selecionado terá autorização para contratar:
10.1.1 - Até 15 professores para cada curso de Licenciatura em Educação do Campo;
10.1.2 - Para as Universidades que já ofertam curso de Licenciatura em Educação do Campo poderá ampliar o número de professores até 15, mediante oferta dobrada de vagas;
10.1.3 - Até 3 técnicos-administrativos para cada curso de Licenciatura em Educação do Campo, no âmbito das Universidades;
10.2 - Cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia poderá ter autorização para contratar novos docentes, condicionada à avaliação da SETEC e ao cumprimento do Termo de Acordo de Metas Institucionais;
10.3 – Cada IFES que tiver um PPP selecionado receberá, como incentivo, em uma única parcela, no ano de implantação, recursos de:
10.3.1 - Custeio, na ordem de R$ 4.000,00 por estudante;

11 – CRONOGRAMA

Eventos	Prazos
Período de Apresentação dos Projetos Políticos Pedagógicos	De 10/09/2012 a 05/11/2012
Avaliação técnica dos PPP's	De 08/11/2012 a 16/11/2012
Avaliação pedagógica	De 21/11/2012 a 23/11/2012
Adequação dos PPP's	**De 26/11/2012 a 29/11/2012**
Publicação do Resultado Provisório - divulgação no site (http://portal.mec.gov.br/secadi).	Até 03/12/2012
Interposição de Recursos contra o Resultado Provisório	De 04/12/2012 a 05/12/2012
Análise dos Recursos interpostos - divulgação no site (http://portal.mec.gov.br/secadi).	De 06/12/2012 a 07/12/2012
Publicação do Resultado Final - DOU	Até 10/12/2012
Desistência por parte da proponente	De 11 /12/2012 a 13/12/2012

6

12 - DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

12.1 – O MEC disponibilizará vagas para contratação de professores e técnicos administrativos, considerando as ofertas de vagas nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em três anos.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 - Os PPP's submetidos estão sujeitos à aceitação total e incondicional das normas e instruções constantes neste Edital.

13.2 - Informações complementares poderão ser obtidas por meio do endereço: coordenacaoeducampo@mec.gov.br

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS
Secretário de Educação Superior

CLAUDIA PEREIRA DUTRA
Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

ANEXO I – FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

OBSERVAÇÕES:

As caixas de texto servem apenas como referência

PROJETO PEDAGÓCICO DE CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	**Inserir Logo da IES**

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

1.1 Orgão/Entidade Proponente **Nome da Instituição**				**1.2 CNPJ**
1.3 Endereço				
1.4 Cidade		**1.5 UF**	**1.6 CEP**	**1.7 Esfera Administrativa** Reitoria
1.8 DDD	**1.9 Fone**	**1.10 Fax**		**1.11 E-mail** reitor@~~universidade~~.br
1.12 Conta Corrente Conta única da união	**1.13 Banco**	**1.14 Agência**		**1.15 Praça de Pagamento**
1.16 Nome do Responsável Reitor				**1.17 CPF**
1.18 Nº RG/Orgão Expedidor	**1.19 Cargo** Professor	**1.20 Função** Reitor		**1.21 Matrícula**
1.22 Endereço Residencial				**1.23 CEP**

2. ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO (PROJETO DO CURSO)

Título do Projeto Político Pedagógico
Apresentação: Introdução para situar o leitor (texto com até cinco mil caracteres)
Caracterização atual da Instituição: Perfil geral da instituição incluindo pós-graduação (texto com até cinco mil caracteres)
Justificativa e Marco conceitual, metodológico e legal: Embasamentos teóricos que

8

subsidiaram a escrita do projeto. É a parte principal do projeto onde se define a "filosofia" do curso embasada na Política Nacional de Educação da Educação do Campo na perspectiva da Educação Inclusiva e marcos legais que se pretende implementar. (texto com até cinco mil caracteres)
Objetivos do curso: O que o curso pretende atingir, incluindo a descrição dos objetivos específicos que o caracteriza. (texto com até cinco mil caracteres)
Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio: Descrição da demanda do sistema público da Educação Básica. (texto com até cinco mil caracteres)
Perfil do profissional: Descrição do perfil do egresso: clareza no perfil do profissional a ser formado pela instituição.
Papel do docente e estratégias pedagógicas
Área de atuação profissional
Caracterização do curso: Descrição do curso. Quantidade de vagas, turno, modalidade, carga horária, créditos, etc.
Matriz Curricular: Detalhamento da caracterização do curso no que concerne às disciplinas e ementas. É mandatório nesta fase fazer-se um diagrama do encadeamento das disciplinas.
Infraestrutura do curso: Descrição da quantidade de pessoal (docente e técnico administrativo, considerando a organização curricular por área do conhecimento) necessária para atender o projeto do curso. Descrição dos laboratórios e espaços físicos necessários para atender o projeto.
Metas a serem alcançadas ao longo de quatro anos de implementação do curso: (texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta: (texto com até dez mil caracteres)
Desenvolvimento de metodologias com base no uso pedagógico de recursos de tecnologia de comunicação e informação:
Vinculação do curso de formação com linhas de pesquisa e extensão:
Oferta de formação nas regiões metropolitanas e no interior da Unidade Federada:
Desenvolvimento de estágios curriculares em articulação com o sistema público de educação básica:
Avaliação do curso: Descrição do processo de avaliação dos discentes. Geralmente a avaliação é estabelecida pelos Conselhos de Ensino Pesquisa e Extensão de maneira a uniformizar a avaliação entre os demais cursos da instituição. Não confundir com o item da avaliação do MEC nos casos do reconhecimento ou autorização de curso.

Compromisso Social do Curso

3. Políticas de acesso

Critérios de seleção (texto com até cinco mil caracteres)
Critérios de prioridade (texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)
Estratégias para alcançar a meta (texto com até dez mil caracteres)
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)

4. Políticas de extensão universitária

Diagnóstico da situação atual

10

(texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)
Estratégias para alcançar a meta (texto com até dez mil caracteres)
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)
Indicadores (texto com até cinco mil caracteres)

5. Políticas de Educação do Campo

Diagnóstico da situação atual (texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)
Estratégias para alcançar a meta (texto com até cinco mil caracteres)
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)
Indicadores (texto com até cinco mil caracteres)

Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem

6. Ensino-aprendizagem

Diagnóstico da situação atual (texto com até cinco mil caracteres)
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução (texto com até cinco mil caracteres)

11

Estratégias para alcançar a meta (texto com até cinco mil caracteres)
Uso de tecnologias de comunicação e informação
Etapas (texto com até cinco mil caracteres)
Indicadores (texto com até cinco mil caracteres)
Prever programas de formação pedagógica para implementação do novo modelo de ensino-aprendizagem (se for o caso) (texto com até cinco mil caracteres)

Implementação

7. Plano geral de implementação do curso

Implementação do Projeto (texto com até cinco mil caracteres)

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

7.1. EXECUÇÃO

- Cronograma do processo de institucionalização do curso;
- período de aprovação pelo Conselho;
- inserção do curso no processo seletivo da universidade;
- processo seletivo de professores e técnicos administrativos;
- início da 1ª turma.

8. Referência Bibliográfica

12

8.7. Resolução Conselho Superior N. 48/2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 48/2013

Aprova a Criação do Curso e o Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação do Campo e suas habilitações do Instituto Federal Farroupilha do Câmpus Jaguari.

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 06/2013 da 1ª Reunião Especial do Conselho, realizada em 20 de junho de 2013, considerando o disposto no Artigo 9º, Inciso IV do seu Estatuto, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nos termos e na forma do anexo desta Resolução, a Criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em: Linguagens e Códigos; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza; Matemática; e Ciências Agrárias, do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Aprovar, nos termos e na forma do anexo desta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em: Linguagens e Códigos; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza; Matemática; e Ciências Agrárias, do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria/RS, 20 de junho de 2013.

Carla Comerlato Jardim
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Bento Alvenir Dornelles de Lima

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Jaubert de Castro Menchik

Antônio Cândido Silva da Silva

Maidi Jähn Karnikowski

Gabriel Adolfo Garcia

Tainan Massotti de Lima

Jovani Patias

Débora Letícia de Andrade

Rodrigo de Siqueira Martins

Crescêncio Olegário Ramagem Medeiros

Jacimar Facco

Darci Roberto Schneid N/C

Liege Camargo da Costa

Ana Rita Kraemer da Fontoura

Ana Paula da Silveira Ribeiro N/C

Marcelo Eder Lamb

Francisco Emílio Manteze N/C

Delcimar Gonçalves Borim N/C

Gisela Pereira Alves N/C

8.8. Resolução*Ad Referendum* N. 07/2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

RESOLUÇÃO *Ad Referendum* N° 007/2013

Aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Educação do Campo, com habilitações em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, Câmpus Jaguari, do Instituto Federal Farroupilha.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - APROVAR, nos termos do anexo desta Resolução, o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Educação do Campo, Câmpus Jaguari, aprovado por meio da Resolução n° 048/2013 – CONSUP, o qual passa a ter duas habilitações, Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Santa Maria, 26 de novembro de 2013.

CARLA COMERLATO JARDIM

Reitora

8.9. Resolução Conselho Superior N. 03/2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR N° 003/2014

Homologa a Resolução *Ad Referendum* nº 007/2013 que aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitações em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 001/2014 da 1ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 25 de fevereiro de 2014, considerando o disposto no Artigo 9º, Inciso IV do seu Estatuto, RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos desta Resolução, a homologação da Resolução Ad Referendum nº 007/2013 que aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza ou Ciências Agrárias do Câmpus Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, o qual passa a ter as seguintes características, conforme o PPC aprovado:

Denominação do Curso: Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza ou Ciências Agrárias.
Vagas: 120 vagas, assim destinadas:
Habilitação Ciências da Natureza = 60 vagas
Habilitação Ciências Agrárias = 60 vagas
Modalidade: Presencial/Pedagogia da Alternância, com Tempo-Escola e Tempo-Comunidade
Carga Horária: 3232 horas
Regime Letivo: semestral
Periodicidade de oferta: anual
Período mínimo: 8 semestres
Período máximo:12 semestres

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br
INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

Matriz Curricular – Habilitação em Ciências Agrárias

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
1º semestre	Informática Básica	36	24	60
	Configuração do Mundo Rural no Brasil	36	24	60
	História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	36	24	60
	Antropologia das Populações Rurais	24	16	40
	Fundamentos de Agroecossistemas	48	32	80
	Prática Pedagógica Integrada I	36	24	60
	Seminário Integrador I	4		4
		220	**144**	**364**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
2º semestre	Lingua Portuguesa e Produção Textual	36	24	60
	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	36	24	60
	Filosofia da Educação	36	24	60
	Sociologia da Educação	36	24	60
	Dinâmica e Evolução dos Sistemas Agrários	48	32	80
	Prática Pedagógica Integrada II	36	24	60
	Seminário Integrador II	4		4
		232	**152**	**384**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
3º semestre	Educação e Trabalho	36	24	60
	Psicologia da Educação	36	24	60
	Biogeografia, Ecoagricultura e Etnoconservação	36	24	60
	Abordagem Sistêmica na Agricultura	48	32	80
	Comunicação e Extensão Rural	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada III	36	24	60
	Seminário Integrador III	4		4
		232	**152**	**384**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
4º semestre	Política e Gestão da Educação do Campo	36	24	60
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	36	24	60
	Metodologia Científica	36	24	60
	Fundamentos de Agroecologia	54	36	90
	Prática Pedagógica Integrada IV	36	24	60
	Seminário Integrador IV	4		4
		202	**132**	**334**

Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

5º semestre	Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias I	36	24	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	36	24	60
	Sistemas de Produção Animal	54	36	90
	Sistemas de Produção Vegetal	54	36	90
	Prática Pedagógica Integrada V	24	16	40
	Seminário Integrador V	4		4
		208	**136**	**344**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
6º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36	24	60
	Agroindústria Familiar Rural	54	36	90
	Alimentos e Nutrição	42	28	70
	Estágio Curricular Supervisionado I	40	60	100
	Prática Pedagógica Integrada VI	24	16	40
	Seminário Integrador VI	4		4
		200	**164**	**364**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
7º semestre	Metodologia do Ensino em Ciências Agrárias II	36	24	60
	Gestão de Unidades de Produção	36	24	60
	Gestão Ambiental e Geoprocessamento	48	32	80
	LIBRAS	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VII	24	16	40
	Seminário Integrador VII	4		4
		234	**220**	**454**

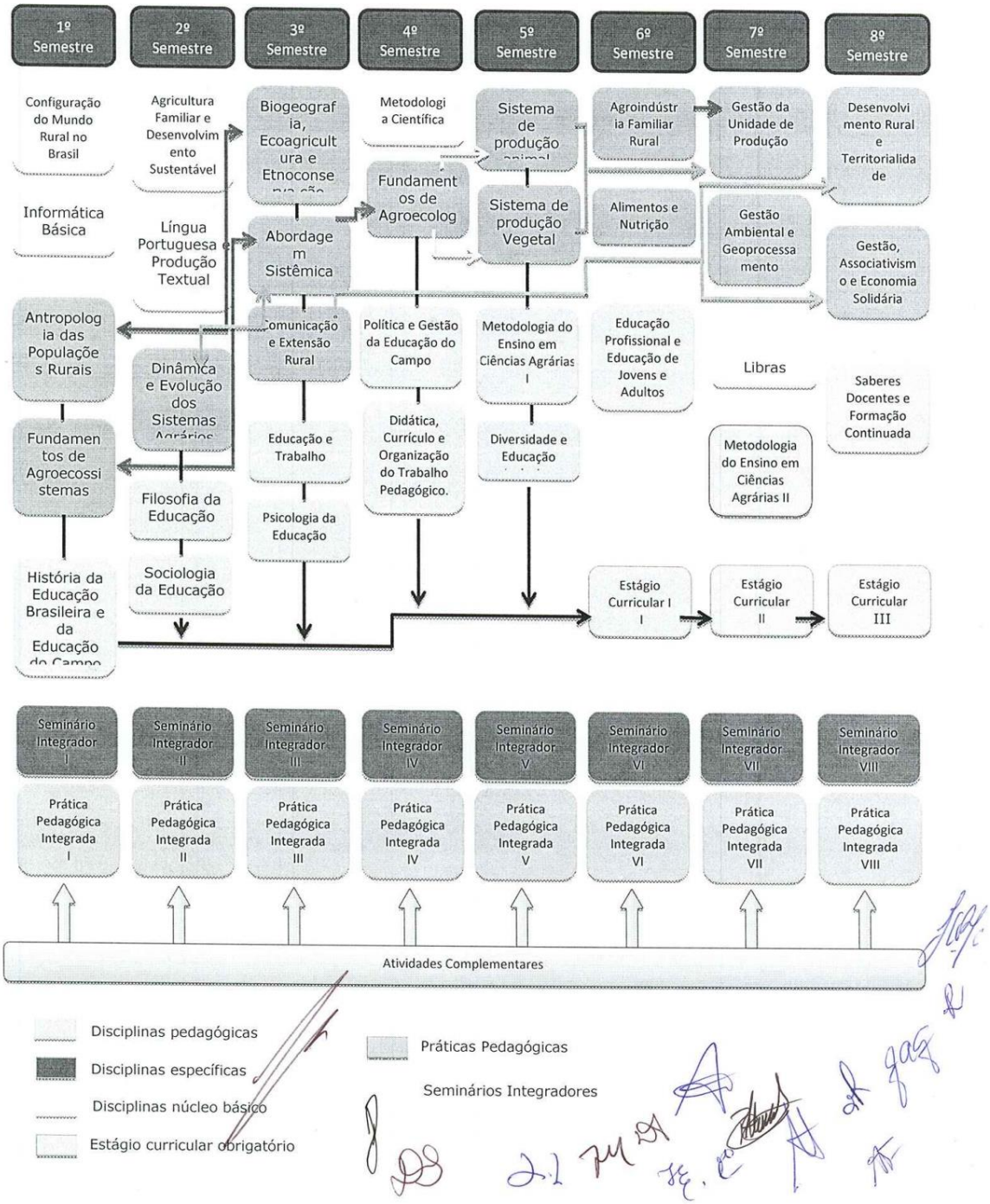
	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	36	24	60
	Desenvolvimento Rural e Territorialidade	54	36	90
	Gestão, Associativismo e Economia Solidária	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VIII	24	16	40
	Seminário Integrador VIII	4		4
		204	**200**	**404**

Total dos componentes curriculares	**1732**	**1300**	**3032**
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais			**200**

Carga Horária Total do Curso **3232**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Representação Gráfica do Curso – Habilitação em Ciências Agrárias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br
INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

Matriz Curricular – Habilitação em Ciências da Natureza

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
1º semestre	Informática Básica	36	24	60
	Configuração do Mundo Rural no Brasil	36	24	60
	História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	36	24	60
	Introdução à Biologia	26	17	43
	Biologia Celular e Molecular	51	34	85
	Prática Pedagógica Integrada I	36	24	60
	Seminário Integrador I	4		4
		225	**147**	**372**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
2º semestre	Língua Portuguesa e Produção Textual	36	24	60
	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	36	24	60
	Filosofia da Educação	36	24	60
	Sociologia da Educação	36	24	60
	Química para o Ensino Fundamental	26	17	43
	Física para o Ensino Fundamental	26	17	43
	Prática Pedagógica Integrada II	36	24	60
	Seminário Integrador II	4		4
		236	**154**	**390**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
3º semestre	Educação e Trabalho	36	24	60
	Psicologia da Educação	36	24	60
	Invertebrados	48	32	80
	Botânica I	26	17	43
	Protoctistologia e Micologia	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada III	36	24	60
	Seminário Integrador III	4		4
		222	**145**	**367**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
4º semestre	Política e Gestão da Educação do Campo	36	24	60
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	36	24	60
	Metodologia Científica	36	24	60
	Bioquímica	36	24	60
	Botânica II	36	24	60
	Prática Pedagógica Integrada IV	36	24	60
	Seminário Integrador IV	4		4
		220	**144**	**364**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
5º semestre	Metodologia do Ensino	36	24	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	36	24	60
	Vertebrados	36	24	60
	Parasitologia	26	17	43
	Microbiologia	26	17	43
	Prática Pedagógica Integrada V	24	16	40
	Seminário Integrador V	4		4
		188	**122**	**310**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
6º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36	24	60
	Bioestatistica	26	17	43
	Ecologia	36	24	60
	Biologia da Conservação e Biogeografia	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VI	24	16	40
	Seminário Integrador VI	4		4
		212	**205**	**417**

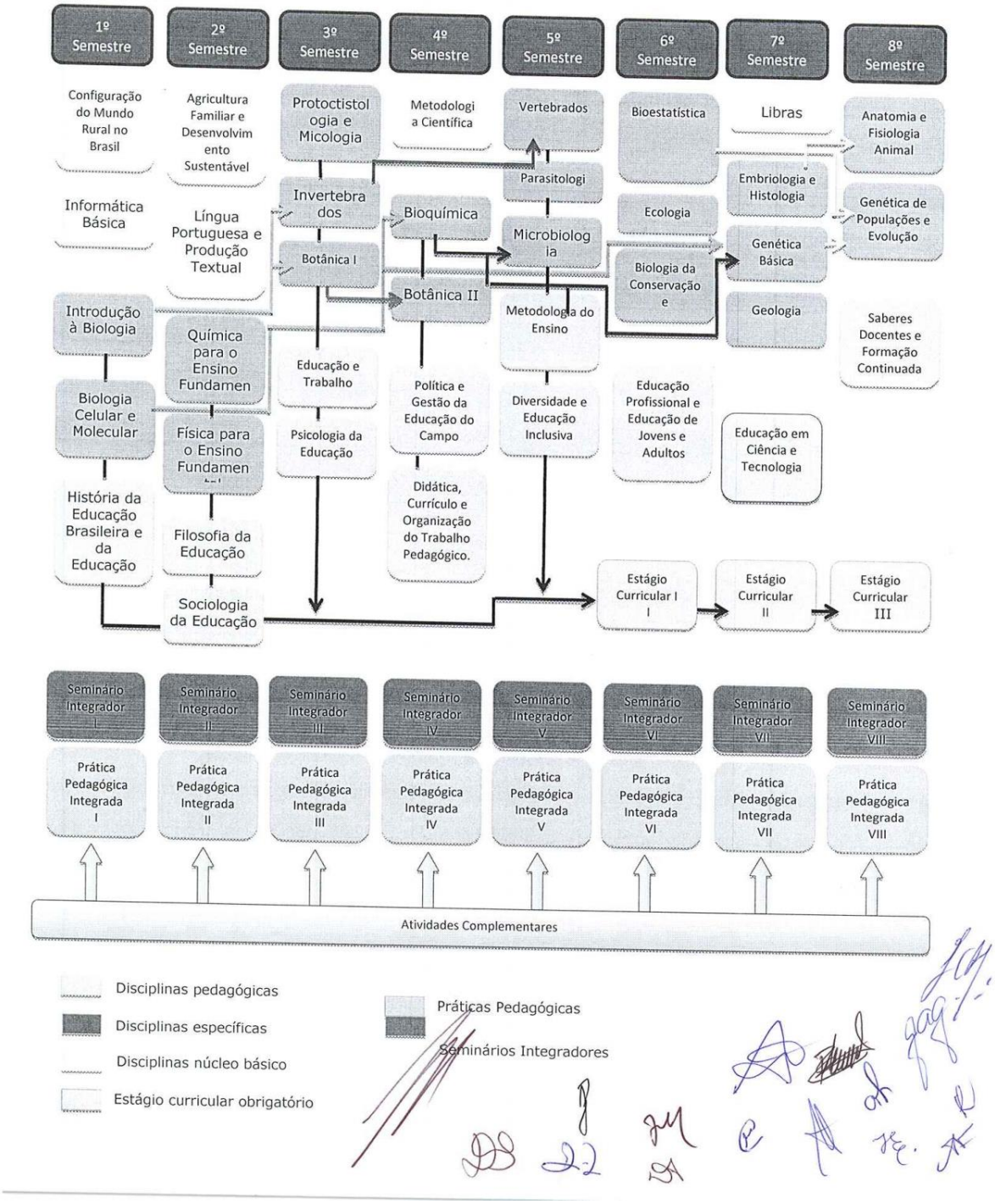
	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
7º semestre	Educação em Ciência e Tecnologia	36	24	60
	Embriologia e Histologia	26	17	43
	Genética Básica	36	24	60
	Geologia	26	17	43
	LIBRAS	36	24	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	50	100	150
	Prática Pedagógica Integrada VII	24	16	40
	Seminário Integrador VII	4		4
		238	**222**	**460**

	Componentes Curriculares	T.E.	T.C.	Total
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	36	24	60
	Anatomia e Fisiologia Animal	38	25	63
	Genética de Populações e Evolução	51	34	85
	Estágio Curricular Supervisionado III	40	60	100
	Prática Pedagógica Integrada VIII	24	16	40
	Seminário Integrador VIII	4		4
		193	**159**	**352**

Total dos componentes curriculares		**1734**	**1298**	**3032**
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais				**200**
	Carga Horária Total do Curso			**3232**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Representação Gráfica do Curso – Habilitação em Ciências da Natureza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2014.

Carla Comerlato Jardim
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Rodrigo Elesbão de Almeida

Jaubert de Castro Menchik

Antônio Cândido Silva da Silva

Maidi Jähn Karnikowski

Gabriel Adolfo Garcia

Jovani Patias

Débora Letícia de Andrade

Tainan Massotti de Lima

Rodrigo de Siqueira Martins

Darci Roberto Schneid

Francisco José Montório Sobral

Liege Camargo da Costa

Ana Rita Kraemer da Fontoura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Ana Paula da Silveira Ribeiro

Marcelo Éder Lamb

Jacimar Facco

Delcimar Gonçalves Borim

Resolução Consup n.º 78/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 078/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Homologa a Resolução *Ad Referendum* Nº 015/2016, que aprova a alteração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Ciências da Natureza do *Campus* Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo Nº 26420.000219/2016-27, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata Nº 009/2016, da 5ª Reunião Ordinária do CONSUP, realizada em 14 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos e na forma constantes do anexo, a Resolução *Ad Referendum* Nº 015/2016, que aprova a alteração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Ciências da Natureza do *Campus* Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 14 de dezembro de 2016.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE

Rua Esmeralda, 430 – Faixa Nova – Camobi – CEP 97110-767 – Santa Maria/RS
Fone: (55) 3218 9800/e-mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Resolução Consup n.º 15/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO *Ad Referendum* N° 015/2016

Aprova a alteração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Ciências da Natureza do *Campus* Jaguari.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, considerando os autos do Processo 26420.000219/2016-27,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a alteração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Ciências da Natureza do *Campus* Jaguari no que se refere à adequações nas bibliografias básica e complementar.

Art. 2º - ALTERAR o número de vagas ofertadas nos cursos referidos no artigo anterior para 40 (quarenta) vagas por turma.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Santa Maria, 02 de dezembro de 2016.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE

Rua Esmeralda, 430 – Faixa Nova – Camobi – CEP 97110-767 – Santa Maria/RS
Fone: (55) 3218 9800/e-mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

8.10. Regulamento de Estágio curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciência da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA E LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Jaguari – RS – 2016

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 01. O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Parágrafo Único. Todas as práticas relacionadas com o exercício da docência atendem às orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96, art. 43, inciso II), Lei de Estágio (Lei 11.788/08), CNE/CP 02/2015 e Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados para os cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (Resolução Conselho Superior nº 010/2016).

Art. 02. Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para os Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Jaguari.*

Art. 03. A realização do Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivos:

I – promover a aproximação do acadêmico com a realidade profissional;
II – desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade do ambiente escolar e não escolar;
III – promover a criação de projetos educacionais voltados para o ensino da Educação do Campo – Ensino de Ciências nos anos Finais do Ensino Fundamental

e de Biologia para o Ensino Médio, para a habilitação em Ciências da Natureza e na área de Recursos Naturais para o Ensino Médio, para a habilitação em Ciências Agrárias; aplicar os conhecimentos teóricos e práticos mantendo um processo dinâmico de reflexão/ação crítica;

IV – desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência considerando as peculiaridades da Educação do Campo;

V – desenvolver as habilidades de comunicação, criatividade, integração e interação com profissionais de diversas áreas;

VI – fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados

VII – promover a integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão como estratégia de eficácia e eficiência no processo de Ensino e Aprendizagem.

CAPÍTULO II
DAS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 04. O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em Instituição de Ensino Pública ou Particular, em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, e em espaços educativos não escolares.

Art. 05. Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, as Instituições de Educação Básica públicas devidamente conveniadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari e que atendam a definição de Escola do Campo prevista no Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010, bem como em instituições não escolares que possibilitem o desenvolvimento de projetos didático-pedagógicos.

§ 1º – A viabilização do estágio será de responsabilidade do Setor de Estágio ligado à Coordenação de Extensão do *Campus* Jaguari e das Coordenações dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Far-

roupilha – *Campus* Jaguari.

§ 2º – Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor de Estágios ligado à Coordenação de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

§ 3º –O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estagiário, mediado pelo professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado e pelo Setor de Estágios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

§ 4º – Os estagiários devem realizar contato com as instituições de ensino, mediante carta de apresentação (Anexo 1), a qual deve ser fornecida pelo Setor de Estágios.

Parágrafo Único: No caso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza o Estágio Curricular Supervisionado II e III poderá ser realizado em turmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.No Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias o Estágio Curricular Supervisionado I, II e III poderá ser realizado em turmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA, PERÍODO DE REALIZAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA

Art. 06. O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, sendo este organizado em três etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III.

I – Estágio Curricular Supervisionado I, oferecido no sexto semestre do Curso Superior de

Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza tem como finalidade a inserção, observação, planejamento, regência de classe, reflexão e análise sobre o processo realizado, a elaboração e defesa de relatório como condição para a aprovação. Bem como, o estudo dos conhecimentos voltados para a Educação do Campo: Ciências da Natureza com ênfase em Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades de ensino, nas escolas do Campo, conforme define o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010.

§ 1º – Épré-requisito para realização de Estágio Curricular Supervisionado I ter sido aprovado(a) em todos os componentes curriculares até o quinto semestre do Curso.

II – O Estágio Curricular Supervisionado II será oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade, a inserção em espaços educativos do Ensino Médio, por meio da observação e regência de classe, atuando nas diferentes modalidades, na disciplina Biologia considerando as prerrogativas e especificidades da Educação do Campo, conforme define o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010, além da elaboração e defesa de relatório como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado II, ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Supervisionado I e em todas as disciplinas até o sexto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

III – Estágio Curricular Supervisionado III, oferecido no oitavo semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza tem como finalidade a inserção, observação, planejamento, execução e avaliação de projetosde intervenção com caráter didático-pedagógico, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências da Natureza, em espaços escolares nas Escolas do Campo, conforme prevê o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010 ou em espaços não escolares. Elaboração e defesa do relatório de estágio, como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado III ter sido

aprovado em todas as etapas do Estágio Curricular II e em todas as disciplinas do Sétimo semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Parágrafo Único: É vetada a realizaçãodo Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento.

Art. 07. A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 08. A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, distribuídas nas três etapas descritas no Art. 06, da seguinte forma:

I – 150 (cento e cinquenta horas) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento, supervisionado pelo professor do componente curricular e pelo orientador, nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari, e 100 (cem) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental, junto às escolas campo do estágio.

§ 1º - As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado I; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na escola campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 2º - Das 100 (cem horas) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e exercício da Regência de Classe; 20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar; 20 (vinte) horas compreendem a observação do trabalho

docente em sala de aula, podendo ser realizada em até duas turmas. As demais 60 (sessenta) horas serão designadas para o efetivo trabalho docente junto às escolas do campo, com atividades que compreendem elaboração dos planos de aula, planejamento das avaliações, Regência de Classe e Elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 3º – Das 60 (sessenta) horas designadas ao trabalho docente no ambiente escolar, 5 (cinco) horas compreendem a observação da turma em que será realizada a Regência de Classe; 20 (vinte) horas compreendem a Regência de Classe em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental; 10 (dez) horas são destinadas às demais atividades na escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras, atividades cívicas e culturais, entre outras); 25 (vinte) horas designadas para a elaboração dos planos de aula e relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

II– 150 (cento e cinquenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado II, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 100 (cem) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e exercício da Regência de Classe na disciplina de Biologia no Ensino Médio.

§ 1º-As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componentecurricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado II; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na escola campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 2º –Das 100 (cem) horas,20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar e 20 (vinte) horas serão para a observação do trabalho docente em sala

de aula. As demais 60 (sessenta) horas serão designadas para o efetivo trabalho docente junto às escolas do campo, com atividades que compreendem elaboração dos planos de aula, planejamento das avaliações, regência de Classe e Elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 3º – Das 60 (sessenta) horas designadas ao trabalho docente no ambiente escolar, 5 (cinco) horas serão de observação da turma em que será realizada a regência de classe; 20 (vinte) horas compreendem a regência de classe em turma(s) do Ensino Médio, 10 (dez) horas são destinadas às demais atividades na escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras, atividades cívicas e culturais, entre outras), 25 (vinte e cinco) horas designadas para a elaboração dos planos de aula e relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

III- Estágio Curricular Supervisionado III - 100 (cem) horas para o Estágio Curricular Supervisionado III, sendo: 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 60 (sessenta) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar e não escolar, com projetos de intervenção de caráter didático-pedagógicos em espaços escolares ou não escolares, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências da Natureza nas Escolas do Campo.

§ 1º-As 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componentecurricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado III; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na Instituição campo de estágio; discussão acerca do cotidiano do espaço observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 2º – No caso de estágio em espaços escolares: das 60 (sessenta) horas, 15 (quinze) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar; 25 (vinte e cinco) horas designadas ao planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção na área de Ciências da Natureza; 20 (vinte) horas designadas para a elaboração e apresentação do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 3º – No caso de estágio em espaços não escolares: das 60 (sessenta) horas,
20 horas de observação do cotidiano do espaço não escolar, ou lideranças com trabalho educacional neste setor; 40 horas de coordenação, proposição de atividades didático-pedagógicas e execução dos projetos de intervenção em espaço não escolares, em instituições ou pessoas jurídicas que possam atestar/certificar tal inserção educativa, bem como para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

Parágrafo único: O estagiário que não atender a qualquer disposição deste artigo, não apresentar domínio de conteúdo e/ou habilidade didático-pedagógica, ou nos casos previstos nos Art. 24 e Art. 25 da Resolução CONSUP nº 010/2016, deverá ser afastado das atividades de estágio até que o caso seja resolvido pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Art. 09. O estagiário que esteja exercendo função de docente efetivo ou contratado em alguma escola, das redes particular, municipal, estadual ou federal, poderá pedir aproveitamento de carga horária do estágio.

Art. 10. O aproveitamento mencionado no artigo 09 será de no máximo 100 (cem) horas, o que totaliza 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total prevista para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto no Artigo 15, Inciso III, Parágrafo sétimo da Resolução CNE/CP 02, de 01/07/2015, “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas”.

Art. 11. Os pedidos de aproveitamento serão analisados e considerados deferidos/indeferidos pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Cam-

po: Ciências da Natureza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA, PERÍODO DE REALIZAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Art. 12. O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, sendo este organizado em três etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III.

I – Estágio Curricular Supervisionado I, oferecido no sexto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias tem como finalidade a inserção, observação e construção de diagnóstico de funcionamento e organização didático-pedagógica, planejamento para execução de projetos didático pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio e em espaços não escolares, bem como a análise e discussão da ação profissional do Licenciado em Ciências Agrárias, no Ensino Médio e nos espaços não escolares e o processo o realizado, além da elaboração e defesa de relatório como condição para a aprovação.

§ 1º – É pré-requisito para realização de Estágio Curricular Supervisionado I ter sido aprovado(a) em todos os componentes curriculares até o quinto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

II – O Estágio Curricular Supervisionado II será oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade, a inserção em espaços educativos do Ensino Médio, por meio da observação e regência de classe, atuando nas diferentes modalidades, nas disciplinas da área de Ciências Agrárias/Recursos Naturais, considerando as prerrogativas e especificidades da Educação do Campo, conforme define o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010, além da elaboração e defesa de relatório como condição para apro-

vação.

§ 1º – São pré-requisitos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado II, ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Supervisionado I e em todas as disciplinas até o sexto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

III – Estágio Curricular Supervisionado III, oferecido no oitavo semestre do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias tem como finalidade a inserção, observação, planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção com caráter didático-pedagógico, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências Agrárias, em espaços escolares nas Escolas do Campo, conforme prevê o Decreto Presidencial 7.352 de 04 de novembro de 2010 ou em espaços não escolares. Elaboração e defesa do relatório de estágio, como condição para aprovação.

§ 1º – São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado III ter sido aprovado em todas as etapas do Estágio Curricular II e em todas as disciplinas do Sétimo semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

Parágrafo Único: É vetada a realizaçãodo Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento.

Art. 13. A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 14. A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, distribuídas nas três etapas descritas no Art. 12, da seguinte forma:

I – 100 (cem) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I, sendo: 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento, supervisionado pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari, e 60 (sessenta) horas serão designadas para o reconhecimento dos ambientes escolares e não escolares e do plane-

jamento da prática pedagógica junto às Instituições campo do estágio.

§ 1º - As 40 (quarenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado I; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas nas Instituições campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 2º - Das 60 (sessenta) horas designadas ao reconhecimento dos ambientes escolares e não escolares e do planejamento da prática pedagógica junto às Instituições campo do estágio, 15 (quinze) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar. 15 (quinze) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano não escolar. As demais 30 (trinta) horas serão designadas ao planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio e em espaços não escolares, bem como a elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

§ 3º – Das 30 (trinta) horas de planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio e em espaços não escolares, 10 (dez) serão de planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços escolares no Ensino Médio; 10 (dez) horas serão de planejamento para execução de projetos didático-pedagógicos em espaços não escolares; 10 (dez) horas serão designadas para a elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado I.

II– 150 (cento e cinquenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado II, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 100 (cem) horas designadas ao reconhecimento do ambien-

te escolar e exercício da Regência de Classe em disciplinas da área de Ciências Agrárias com ênfase em Recursos Naturais, no Ensino Médio.

§ 1º-As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado II; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na escola campo de estágio; discussão acerca do cotidiano escolar observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 2º –Das 100 (cem) horas,20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar e 20 (vinte) horas serão para a observação do trabalho docente em sala de aula. As demais 60 (sessenta) horas serão designadas para o efetivo trabalho docente junto às escolas do campo, com atividades que compreendem elaboração dos planos de aula, planejamento das avaliações, regência de Classe e Elaboração de Relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

§ 3º – Das 60 (sessenta) horas designadas ao trabalho docente no ambiente escolar, 5 (cinco) horas serão de observação da turma em que será realizada a regência de classe; 20 (vinte) horas compreendem a regência de classe em turmas do Ensino Médio, 10 (dez) horas são destinadas às demais atividades na escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras, atividades cívicas e culturais, entre outras), 25 (vinte e cinco) horas serão designadas para a elaboração dos planos de aula e relatório de Estágio Curricular Supervisionado II.

III- Estágio Curricular Supervisionado III - 150 (cento e cinquenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado III, sendo: 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador nas dependências do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari. E 100 (cem) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar ou não escolar, com projetos de intervenção de caráter didático-pedagógicos em espaços escolares ou não escolares, com ênfase na formação multidisciplinar da área de Ciências Agrárias nas Escolas do Campo.

§ 1º-As 50 (cinquenta) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor do componente curricular e pelo orientador, compreendem: elaboração do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado III; leitura e debate de textos relacionados ao desenvolvimento da disciplina a partir de artigos e/ou estudos científicos realizados na área; organização das atividades a serem desenvolvidas na Instituição campo de estágio; discussão acerca do cotidiano do espaço observado; orientação para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III; e socialização, por meio de seminário, do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 2º – No caso de estágio em espaços escolares: das 100 (cem) horas, 20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano escolar, 20 (vinte) horas serão de observação do trabalho docente em sala de aula, com atuação na área das Ciências Agrárias; 40 horas designadas ao planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção na área das Ciências Agrárias; 20 (vinte) horas designadas para elaboração do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

§ 3º – No caso de estágio em espaços não escolares: das 100 (cem) horas,20 (vinte) horas compreendem a pesquisa teórico/prática do cotidiano não-escolar; 20 (vinte) horas de observação de espaços não escolares ou lideranças com trabalho educacional neste setor; 40 (quarenta) horas de planejamento, proposição, execução e avaliação de projetos de intervenção didático-pedagógicos em espaços não escolares, em instituições ou pessoas jurídicas que possam atestar/certificar tal inserção educativa, 20 (vinte) horas designadas para a elaboração e apresentação do relatório de Estágio Curricular Supervisionado III.

Parágrafo único: O estagiário que não atender a qualquer disposição deste artigo, não

apresentar domínio de conteúdo e/ou habilidade didático-pedagógica, ou nos casos previstos nos Art. 24 e Art. 25 da Resol. CONSUP nº010/2016, deverá ser afastado das atividades de estágio até que o caso seja resolvido pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

Art. 15. O estagiário que esteja exercendo função de docente efetivo ou contratado em alguma escola, das redes particular, municipal, estadual ou federal, poderá pedir aproveitamento de carga horária do estágio, desde que na mesma área de atuação, a saber Ciências Agrárias.

Art. 16. O aproveitamento mencionado no artigo 09 será de no máximo 100 (cem) horas, o que totaliza 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total prevista para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto no Artigo 15, Inciso III, Parágrafo sétimo da Resolução CNE/CP 02, de 01/07/2015, "Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas".

Art. 17. Os pedidos de aproveitamento serão analisados e considerados deferidos/indeferidos pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18. São atribuições do estagiário:

I – entrar em contato com a instituição campo de estágio na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso emitidos pelos Setores e Coordenações responsáveis;

II – comparecer ao estágio curricular assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido;

III - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

IV – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe esta resolução;

V – respeitar os horários e normas estabelecidos na instituição campo de estágio, bem como seus profissionais e alunos;

VI – manter a interação com os docentes da área, observando os princípios da ética profissional;

VII – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

VIII – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari relativas ao Estágio Curricular Supervisionado (Resolução CONSUP nº010/2016);

IX – zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;

X – elaborar e apresentar relatórios parciais das atividades realizadas, conforme cronograma estabelecido pelo professor orientador e um relatório final ao término do estágio;

XI – planejar com antecedência as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submetê-las à aprovação do professor orientador, antes da aplicação das mesmas nos locais de estágios;

XII – usar vestimenta adequada e manter boa higiene pessoal;

XIII – avisar com antecedência o professor orientador de estágio, bem como o responsável pela instituição concedente, caso haja necessidade de faltar ao estágio, com justificativa;

XIV – comprovar sua frequência no estágio através da ficha de frequência devidamente assinada pelo acadêmico, professor e diretor da Instituição campo de estágio;

XV – comprovar a finalização do estágio por meio da declaração do estágio expedida pela Instituição campo de estágio devidamente assinada e carimbada pelo diretor da instituição.

XVI - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 19. São atribuições do professor do componente curricular do Estágio Curricular Supervisionado:

I – zelar pela organicidade do Estágio Curricular Supervisionado nos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágio;

II – fomentar a discussão teórico-prática do estágio;

III – assessorar os estudantes na elaboração dos projetos, nos planejamentos das aulas e relatórios de estágio, junto com os professores orientadores de estágio;

IV - planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores orientadores de estágio;

V – promover e coordenar reuniões com professores orientadores e/ou supervisores de estágio, sempre que necessário;

VI – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos acadêmicos;

VII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores orientadores e aos supervisores de estágio;

VIII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari;

IX – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis, junto com os professores orientadores de estágio;

X – Promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, junto com os professores orientadores de estágio;

XI – avaliar, em conjunto com o professor orientador, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso.

Art. 20. São atribuições do professor orientador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – participar das atividades programadas pelo professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado;

II - organizar estudos temáticos relacionados às demandas levantadas pelos acadêmicos

na observação escolar;

III - orientar o processo de construção do projeto de Estágio;

IV - fornecer informações ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento e desempenho das atividades dos estagiários;

V – avaliar o processo do estágio dos estagiários sob sua orientação junto com o professor do componente curricular de Estágio;

VI - controlar a assiduidade e a pontualidade do acadêmico de acordo com o cronograma de trabalho;

VII - averiguar e apresentar ao professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado e coordenação de curso qualquer tipo de irregularidade referente às atividades de estágio, inclusive na confecção do relatório;

VIII- assessorar os estudantes na elaboração dos projetos, nos planejamentos das aulas e relatórios de estágio.

IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Parágrafo Único. O(a) professor(a) orientador(a) deverá ser licenciado(a) em Curso da área de Ciências da Natureza (Biologia, Física ou Química) no caso da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza; e graduado em Curso da área de Ciências Agrárias e afins, no caso da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, ambos auxiliados por docente da área de Educação.

Art. 21. São atribuições do Setor de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari:

I – assessorar o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico;

II - obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios;

III - conveniar instituições campo de estágios.

IV - emitir e arquivar termos de convênio e de compromisso;

V - fazer o registro e controle das apólices de seguro;

VI - arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;

VII - propor formulários para o plano de ensino e o relatório de atividades;

VIII - emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados);

IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 22. São atribuições do supervisor do Estágio Curricular Supervisionado:

I – apresentar o campo de estágio ao estagiário;

II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;

IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou/e ao professor orientador quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estagiário;

V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer próprio.

VI - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 23. Caberá aos profissionais das Instituições Campo de Estágio: manter contato contínuo com o professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado e o professor orientador, colocando-os a par de qualquer situação constrangedora por parte do estagiário.

Art. 24. A instituição campo de estágio poderá interromper as atividades de estágio do estagiário sempre que se fizer necessário.

Art. 25. São atribuições do Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e do Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Propor ao colegiado do Curso um plano de distribuição do número de orientados por professor orientador;

II – Emitir atestado de orientação e participação em banca de defesa;

III – Divulgar datas das bancas finais de defesa de estágio;

IV – Arquivar os relatórios finais do Estágio Curricular Supervisionado.

V - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

CAPÍTULO VI
DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 26. A distribuição do número de estagiários por professor orientador será proposta pelas Coordenações dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, e definida pelo Colegiado do Curso, respeitando o limite máximo de 10 (dez) estagiários por professor orientador, considerando os três Estágios Curriculares Supervisionados. Para fins de contabilização de carga horária será considerada a seguinte proporção: a cada 2 (dois) estagiários será contabilizada uma hora semanal, que deverá constar no horário do professor orientador.

CAPÍTULO VII
DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 27. O Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada estágio.

§ 1º - O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o formulário em anexo a este regulamento e as orientações do professor do componente curricular.

§ 2º – Ao final de cada estágio do curso o estagiário deverá entregar seu relatório de estágio ao professor do componente curricular e orientador, no prazo estabelecido por estes, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

CAPÍTULO VIII
DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 28. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari,contemplará o desempenho docente e o Relatório de Estágio Curricular Supervisionado, conforme os critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 – É de exclusiva responsabilidade do estagiário cumprir as atividades assinaladas no caput deste documento, bem como ser aprovado nas disciplinas pré-requisito de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 30 – A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado implica no reconhecimento e na aceitação por parte do estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 31 – É compromisso do professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado e do professor orientador fazer cumprir as normas e datas estabelecidas para a organização do Estágio Curricular Supervisionado em todas as etapas.

Art. 32 – Toda a documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser mantida, durante as etapas do estágio, em posse do professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado. Ao final essa documentação deverá ser entregue ao Setor de Estágios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari.

Art. 33 – A qualquer tempo o Estágio Curricular Supervisionado poderá ser interrompido, nos termos dos artigos 24 e 25 da Resolução CONSUP n° 010/2016 de 30 de março de 2016.

Art. 34 – Os casos omissos serão analisados pelos respectivos Colegiados do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias.

Jaguari/ RS, 07 de julho de 2016.

Anexo 1:Carta de Apresentação (Solicitação de vaga para Estágio Curricular Supervisionado) (Coordenação de Extensão);

Anexo 2: Ficha de Confirmação de Estágio Curricular Supervisionado (Coordenação de Extensão);

Anexo 3: Ficha de Matrícula de Estágio (Coordenação de Curso);

Anexo 4: Ficha de Apresentação do Estagiário (Coordenação de Extensão);

Anexo 5: Plano de Atividades de Estágio (Coordenação de Extensão);

Anexo 6: Termo de Rescisão de Estágio (Coordenação de Extensão);

Anexo 7: Ficha de Registro de Frequência (Orientador);

Anexo 8: Ficha de Avaliação do Desempenho do Estagiário (Coordenação de Extensão - supervisor);

Anexo 9: Ficha de registro de atividade pedagógica descentralizada (Coordenação de Curso - supervisor);

Anexo 10: Roteiro de Observação da organização escolar (Orientador);

Anexo 11: Roteiro de Observação do cotidiano docente (Orientador);

Anexo 12: Ficha de Entrevista com o Docente da Instituição (Orientador);

Anexo 13: Ficha de Entrevista com a Gestão da instituição (Orientador);

Anexo 14: Ficha de Observação do Conselho de Classe (Orientador - supervisor);

Anexo 15: Roteiro de Observação da organização do espaço não escolar (Orientador);

Anexo 16: Ficha de Avaliação do Desempenho do Estagiário (Coordenação de curso - orientador);

Anexo 17: Ficha de Expectativas em relação ao Estágio (Orientador);

Anexo 18: Ficha de Autoavaliação do Estágio (Orientador);

Anexo 19: Declaração de Conclusão do Estágio (Orientador).

Of. nº ____/20__ Jaguari, ___ de _____ de 20___.

Assunto: Solicitação de Vaga para Estágio Curricular Supervisionado.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nome do diretor da escola

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, vimos apresentar o (a) aluno (a) Nome do aluno (a)regularmente matriculada no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: _____ do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari/RS.

O (A) referido (a) aluno (a) solicita a possibilidade de vaga para realização de Estágio Curricular Supervisionado, com carga horária mínima de _____ horas, a partir de _____ de 20____.

Certos de contar com Vossa colaboração agradecemos a atenção e aguardamos confirmação através da "Ficha de Confirmação de Estágio", em anexo.

Atenciosamente,

_____

Setor de Estágios

FICHA DE CONFIRMAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Estagiário:

_____

Parte Concedente:

_____

Representante Legal:

_____

CNPJ/CPF:

_____

Endereço onde realizará o estágio:

_____ nº. _____

Área ou Setor do estágio:

_____

Município/Estado: _____ - ____CEP: _____

Telefone: (___) _____ E-mail:_____

Supervisor do Estagiário na Parte Concedente:

_____

E-mail do Supervisor do Estágio: _____

Início do estágio: ____/_____/_____Previsão de término: ____/____/____

Previsão da devolução do Termo de Compromisso: ____/____/_____

Jaguari, ____de_____de_____.

_____

Carimbo e assinatura da Parte Concedente

FICHA DE MATRÍCULA DE ESTÁGIO

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Estagiário(a):

Curso: Série/Semestre:

Nº Matrícula:

Modalidade:□Presencial□EAD: Polo:

CPF:Data de Nascimento:

RG: Órgão Expedidor:Data Expedição:

Endereço: Nº:

Bairro: Complemento:

Cidade: Distrito: Uf:

CEP:_____-_____ E-mail:

Telefone Fixo:(___) _____-_____. Celular:(___) _____-_____.

IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Professor: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

DADOS DO ESTÁGIO

Obrigatório:X Sim□Não

Escola:.

Telefone:(___) _____-_____.

Envolve Agente de Integração:X Não

□ABRE□ABRH□CIEE□FDRH□ OUTRO _____

Data Matrícula: ____/____/_____Assinatura Aluno: _____

Of. nº. _____/20____ Jaguari, ___ de _____ de 20___.

Nome da Escola

Endereço da escola, nº _____

CEP: _____- ____ – Cidade / UF_ EMPRESA.

Assunto: **Apresentação do (a) Estagiário (a)**

Ilustríssimo(a) Senhor(a): **Nome do diretor da escola**

Ao cumprimentá-lo, aproveitamos a oportunidade para nos dirigirmos a V. Sª a fim de apresentar o(a) aluno(a) **Nome do aluno**,regularmente matriculado(a) no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: _____, que realizará Estágio Curricular Obrigatório... Anexamos:

a) Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado ser preenchido pelo Estagiário e o Supervisor da Parte Concedente e encaminhado ao Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Jaguari, quando do início do estágio;

b) Termo de Rescisão de Estágio (utilizar somente em caso de necessidade de interrupção do estágio em período anterior ao término previsto no Termo de Compromisso)**.**

c) Ficha de registro de frequência em estágio curricular supervisionado

d) Ficha de desempenho individual do estagiário

Certos de contarmos com vossa colaboração, subscrevemo-nos e colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente.

_____

Coordenação de Estágios

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO

Nome: _____

CPF:_____RG:_____

Endereço: _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____ Cel.: (__)_____

Curso: _____

Professor Orientador: _____

E-mail:_____Telefone:(__) _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE

Nome: _____

Endereço: _____

Telefones:(___) _____

Professor Regente (1): _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____

Professor Regente (2): _____

E-mail:_____ Telefone: (__) _____

3. PREVISÃO DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

3.1 Atividades de que participará:

_____

_____

_____

_____

3.2 Cronograma:

_____

_____

_____

_____

3.3 Observações:

_____

_____

_____

4. PERÍODO DE ESTÁGIO

Início: _____ / _____ / _____Previsão Término: _____ /_____ / _____

_____	_____
Acadêmico(a) – Estagiário(a)	Professor(a) Orientador(a) – Entidade Educacional
_____	_____
Professor(a) Supervisor(a) – Parte Concedente	Coordenador(a) de Estágios/Extensão

TERMO DE RESCISÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Obs.: Preencher somente nas hipóteses de cancelamento de estágio.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EDUCACIONAL

Nome: Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Jaguari

CNPJ: _____

Endereço: _____

Professor Orientador: _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____ Cel.: (__)_____

Curso: _____

3. IDENTIFICAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE

Nome: _____

Endereço: _____

Telefones: (___) _____

Professor Regente (1): _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____

Professor Regente (2): _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____

4. RESCISÃO

Eu ....., abaixo-assinado, informo o cancelamento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado do aluno ....., e que, para todos os efeitos legais e pecuniários, cesso a vigência do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado _____ a partir de ___ / ___ / _____.

5. JUSTIFICATIVA

_____

_____

_____

_____

_____

Jaguari, ___ de _____ de 20___.

_____	_____
Acadêmico(a) – Estagiário(a)	Professor(a) Orientador(a) – Entidade Educacional
_____	_____
Professor(a) Supervisor(a)– Parte Concedente	Coordenador(a) de Estágios/Extensão

FICHA DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA EM ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ___

Estagiário:

_____

Local de Estágio:

_____

Período: de ___/___/_____ a ___/___/_____Horas/aula cumpridas: _____ horas/aula

Data	Atividades Desenvolvidas	N.º de Horas	Ass. do Supervisor

_____

EstagiárioDireção ProfessorOrientador

FICHA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (Supervisor)

Estágio Curricular Supervisionado _____

Estagiário: _____

Local de Estágio: _____

Data da observação: ___/___/_____

CRITÉRIOS A CONSIDERAR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ASPECTOS PESSOAIS (AP1)	Disponibilidade											
	Relacionamento como os alunos											
	Relacionamento com o pessoal da escola											
	Assiduidade											
	Iniciativa											
	Responsabilidade											
	Pontualidade											
	Cooperação											
	Criatividade e originalidade											
	Metodologia											
SUBTOTAL												

TOTAL (AP1): _____

CRITÉRIOS		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PROFISSIONAIS (AP2)	Adequação da linguagem											
	Planejamento da regência											

	Seleção e uso de material											
	Seleção e usos de técnicas de ensino											
	Capacidade de incentivar											
	Habilidade de lidar com os alunos											
	Habilidade na dosagem do tempo											
	Manejo da classe											
	Domínio do conteúdo											
	Capacidade de expressar pensamentos											
SUBTOTAL												

TOTAL (AP2): _____

MÉDIA [(AP1 + AP2)/20]

Analisando os dados acima, concluo que o estagiário

_____

_____

_____

_____

Jaguari, ____ de _____ de _____.

_____

Supervisor do estágio

FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA DESCENTRALIZADA

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ___

Estagiário: _____

Período: de ___/___/_____ a ___/___/_____Horas cumpridas: _____ horas

Data	Atividades Desenvolvidas	N.º de Horas	Ass. do Orientador

_____

EstagiárioOrientador

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Estagiário: _____

Escola:_____

Série: _____ Turma: _____ Turno: _____

Supervisor: _____

Orientador: _____

Duração da atividade: _____ horasInício: ___/___/_____ Término: ___/___/_____

1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

- Localização, número de alunos, de docentes, de funcionários, turnos de funcionamento, níveis e modalidades atendidos.
- Ambiente (estrutura física) quantitativo de salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, ginásio, refeitório....
- Disponibilidades de Recursos Humanos (Formação, quantitativo)
- Disponibilidade de Recursos Materiais e financeiros (Tipos, tecnologia, programas, valores...)
- Processo de Comunicação.
- Quais os indicadores da escola (Ideb, Saers...)
- Outros elementos que achar pertinente.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR

- Como é a realidade social na qual os educandos estão inseridos?
- Como a escola e os professores trabalham o contexto de seus alunos?
- O que a escola percebe da violência, como a concebe e o que faz para superar as situações que emergem no seu espaço?
- Como os pais ou responsáveis produzem sua vida? Participam da vida da escola?
- Quais os problemas sociais que podem ser localizados?

- Qual o nível de repetência e evasão da escola? A que se atribui?
- Como a escola se organiza? Estrutura Organizacional (Organograma, Estrutura hierárquica - poder e decisão)
- Qual a filosofia da escola?
- Quais os objetivos da escola?
- Como foi organizado o PPP da escola e que elementos ele traz que tem a ver com o trabalho pedagógico e a aprendizagem dos alunos?
- Que concepções de metodologia e avaliação estão presentes na escola?
- Como a escola está realizando a inclusão de alunos com necessidades especiais?
- Como a escola tem tratado o aluno trabalhador?

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DO COTIDIANO DOCENTE

Estagiário: _____

Escola:_____

Série: _____ Turma: _____ Turno: _____

Supervisor: _____

Orientador: _____

Duração da atividade: _____ horasInício: ___/___/_____ Término: ___/___/_____

Aspectos analisados considerando:

1. A organização dos alunos

   Quem são os alunos?

   O que desejam da escola?

   Do que eles gostam?

   Como os alunos se organizam em sala de aula?

   Os alunos participam ativamente da aula?

   Os alunos demonstram responsabilidade e interesse em relação às tarefas solicitadas? Qual o comportamento dos alunos durante as aulas?

   Como ocorre a interação entre eles? Como estão as relações entre eles?
2. O conteúdo desenvolvido

   Os objetivos dos conteúdos desenvolvidos são apresentados com clareza?

   Os conteúdos têm relação com a realidade social dos alunos?
3. A metodologia de ensino e avaliação da aprendizagem

   Qual a metodologia de ensino adotada pelo professor? (aula expositiva, tradicional, dialogada, etc).

   Como está organizado o espaço da sala de aula?

   O professor investiga os conhecimentos prévios dos alunos? De que forma?

   São desenvolvidas atividades individuais? E em grupo?

   Quais instrumentos metodológicos são utilizados pelo professor? (quadro, livro, material impresso, material manipulável, áudio visual, etc).

Que instrumentos de avaliação são adotados pelo professor?

Qual a concepção do professor a respeito da avaliação escolar? E sobre o erro?

Qual é a reação dos alunos frente aos instrumentos avaliativos?

4. A relação professor-aluno

   O professor promove espaço para discussão e construção coletiva do conhecimento?

   Há espaço para os alunos realizarem intervenções?

   Como as dúvidas levantadas são sanadas?

   Como é a relação professor-aluno?

   Como o professor reage ao ser solicitado pelo aluno?

   Qual a reação dos alunos frente à reação do professor?

5. Quanto à aprendizagem

   Como se dá o processo de ensino e aprendizagem? É baseado na memorização ou em outros recursos?

   O que os alunos expressam sobre o que estão aprendendo?

   Eles realizam pesquisas, desenvolvem experimentações práticas, viagens de estudo, participam ou promovem eventos culturais?

   Como ocorre a integração das diversas áreas d conhecimento na escola?

   Quais as dificuldades mais comuns que os alunos enfrentam no processo de ensino aprendizagem? Os alunos apresentam dificuldades conceituais?

   De que forma buscam sanar suas dúvidas?

   Do seu ponto de vista, o que aprendem e como aprendem?

ENTREVISTA COM O DOCENTE DA INSTITUIÇÃO

Estagiário: _____

Professor entrevistado: _____

Tempo que exerce o magistério: _____

Dados sobre sua formação: _____

Data: ___/___/_____

1. Qual a importância do planejamento para o desenvolvimento das atividades docentes?
2. Como é elaborado o Plano de Aula? Quais as etapas e os aspectos considerados?
3. Qual a importância da metodologia para o processo de ensino aprendizagem?
4. Quais os aspectos considerados no processo avaliativo?
5. Quais as estratégias utilizadas junto aos alunos que apresentam dificuldades na construção de conhecimentos?
6. Quais os maiores desafios e/ou dificuldades na realização do seu trabalho?
7. Como você se atualiza para o exercício do magistério?
8. Que dica você daria a um professor iniciante?

   Como você avalia o seu trabalho como professor? Comente.

ENTREVISTA COM O DIRETOR, VICE-DIRETOR OU COORDENADOR DA INSTITUIÇÃO

Estagiário: _____

Gestor entrevistado: _____

Tempo que está na gestão: _____

Dados sobre sua formação: _____

_____

Data: ___/___/_____

1. Quais os principais desafios do (a) diretor (a) de uma escola?
2. Qual a relação entre o pedagógico e o administrativo no processo de gestão?
3. Qual o papel das instâncias colegiadas da escola, tais como: Conselho da Escola, conselho de Classe, Grêmio estudantil, Associação da escola, COM, clube diversos e outros?
4. Que ações a escola faz para dar conta de uma gestão democrática?
5. De que recursos a escola dispõe para realizar suas atividades educativas e ou projetos?
6. Quais os critérios gerais para a elaboração do calendário escolar, horários letivos e não letivos (incluindo os de capacitação)?
7. Como foi construído o PPP da escola? E como tem sido vivenciado o mesmo?

FICHA DE OBSERVAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

Estágio Curricular Supervisionado _____

Estagiário: _____

A Escola possui as seguintes séries: _____

Professor Regente: _____

Bimestre/Trimestre:_____ Turma: _____ Série: _____ Data: ___/___/_____

1. Do planejamento das atividades do Conselho de Classe

a) Abertura	Sim	Não
b) Objetivos		
c) Texto para reflexão ou dinâmica		
d) Leitura da ata anterior		
e) Síntese das atividades realizadas no bimestre/trimestre		
f) Relato das atividades do SOE		
g) Comunicação do professor representante sobre a turma		
h) Participação do aluno representante		
i) Apresentação global da turma pelos professores		
j) Avaliação individual dos alunos da turma pelo professor		
k) Troca de experiência interdocente (realização de atividades especiais propostas paraa turma)		
l) Assuntos gerais tratados ou sugestões		

2. Dos participantes do Conselho de Classe

a) Direção do Colégio ou seu representante	Sim	Não
b) Orientador Pedagógico		
c) Orientador Educacional		
d) Professor Representante		
e) Aluno Representante		
f) Docentes		
g) Outros. Especificar:		

3. Da avaliação do Conselho de Classe

a) O planejamento das atividades foi cumprido?

() Sim() Parcialmente() Não

Justifique:_____

_____

_____

b) Os participantes do Conselho de Classe compareceram pontualmente?

() Integralmente() Parcialmente() Deficientemente

Justifique:_____

_____

_____

_____

Assinatura do Estagiário(a)

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NÃO ESCOLAR

Estagiário: _____

Instituição:_____

Supervisor: _____

Orientador: _____

Duração da atividade: _____ horasInício: ___/___/_____ Término: ___/___/_____

1. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO NÃO ESCOLAR

- Localização, organograma institucional, número de funcionários, turnos de funcionamento, público atendido.
- Ambiente (estrutura física), sala de reuniões, sala de eventos, ...
- Disponibilidades de Recursos Humanos (Formação, quantitativo)
- Disponibilidade de Recursos Materiais e financeiros (Tipos, tecnologia, programas, valores, etc...)
- Processo de Comunicação.
- Quais os indicadores das ações (número de pessoas atendidas, representadas, etc...).
- Outros elementos que achar pertinente.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE DO ESPAÇO NÃO ESCOLAR

- Como é a realidade social na qual o espaço não escolar está inserido?
- O que a instituição (espaço não escolar) se compromete a desenvolver para atender as especificidades de seu contexto?
- Que possibilidades de ensino e aprendizagem relacionadas a sua ênfase de atuação são desenvolvidas?
- Qual o engajamento com as temáticas inclusivas e transversais da atualidade?
- Como a instituição trabalha o contexto do público atendido?
- Que projetos didáticos-pedagógicos a instituição desenvolve?

- O que a instituição percebe da realidade do espaço aonde está inserida?
- Como o público atendido produzem sua vida? Qual a interação com o ambiente não escolar?
- Quais os problemas sociais que podem ser localizados?
- Qual o nível de sucesso das ações desenvolvidas?
- Como o espaço não escolar se organiza? Estrutura Organizacional (Organograma, Estrutura hierárquica - poder e decisão)
- Qual a filosofia da instituição?
- Quais os objetivos da instituição?
- A instituição possui algum regimento e que elementos ele traz que tem a ver com o trabalho didático-pedagógico do público atendido?
- Que concepções de metodologia estão presentes na instituição não escolar?
- Outros elementos que achar pertinente.

FICHA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (Orientador)

Estágio Curricular Supervisionado _____

Estagiário:_____

Local de Estágio:_____

Data da observação: ___/___/_____

CRITÉRIOS A CONSIDERAR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ASPECTOS PESSOAIS (AP1)	Disponibilidade											
	Relacionamento como os alunos											
	Relacionamento com o pessoal da escola											
	Assiduidade											
	Iniciativa											
	Responsabilidade											
	Pontualidade											
	Cooperação											
	Criatividade e originalidade											
	Metodologia											
SUBTOTAL												

TOTAL (AP1): _____

CRITÉRIOS		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ASPECTOS PROFISSIONAIS (AP2)	Adequação da linguagem											
	Planejamento da regência											
	Seleção e uso de material											
	Seleção e usos de técnicas de ensino											
	Capacidade de incentivar											
	Habilidade de lidar com os alunos											
	Habilidade na dosagem do tempo											
	Manejo da classe											
	Domínio do conteúdo											
	Capacidade de expressar pensamentos											
SUBTOTAL												

TOTAL (AP2): _____

MÉDIA [(AP1 + AP2)/20]

Analisando os dados acima, concluo que o estagiário

_____

_____

_____

_____

Jaguari, ____ de _____ de _____.

_____

Orientador do estágio

FICHA DE EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO

Estágio Curricular Supervisionado ___

Estagiário:_____

Minha visão do Estágio Curricular Supervisionado antes de iniciá-lo.

Justificativa Que relação tem esse estágio com o seu curso e qual a importância dele para a sua formação profissional.
Objetivos Quais as metas a serem alcançadas durante o desenvolvimento do estágio?
Metodologia

Como será desenvolvido o seu estágio?
Comentários

Estagiário(a)Professor(a) orientador(a)

FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Estágio Curricular Supervisionado ___

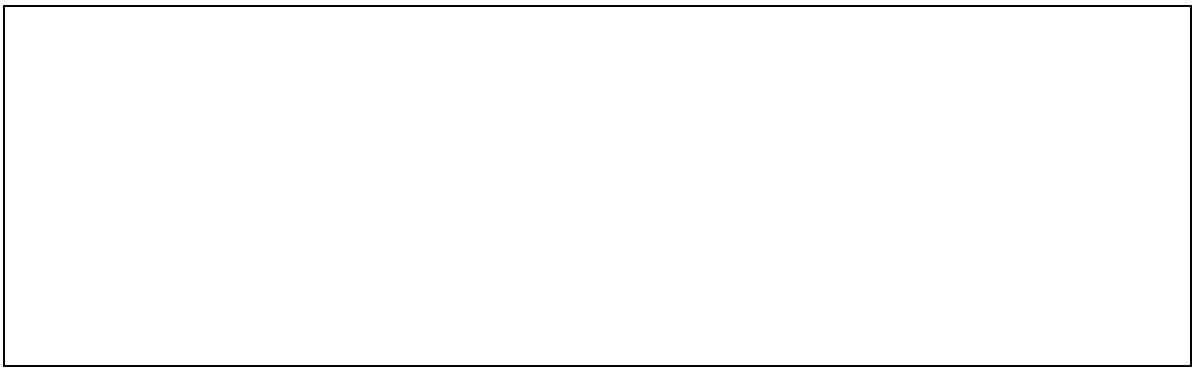
Estagiário:_____

Minha visão do Estágio Curricular Supervisionado após concluí-lo.

Objetivos Seus objetivos iniciais foram alcançados durante a realização do estágio? Justifique.
Metodologia A metodologia utilizada foi adequada? Você faria algo diferente?

Avaliação Como você avalia o seu estágio? A sua visão inicial a respeito do estágio continua a mesma?
Contribuições Quais foram as principais contribuições do estágio para o seu desenvolvimento profissio-

nal?
Comentários



_____

Estagiário(a)Professor(a) orientador(a)

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO

(Papel Timbrado expedido pela Instituição responsável pelo Estágio)

Declaro para fins de comprovação de Estágio Curricular Supervisionado, que o (a) aluno(a) _____, regularmente matriculado(a) no Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza do Instituto Federal Farroupilha *Campus* Jaguari, cumpriu _____ horas de Estágio em _____, no período de _____ a _____, neste estabelecimento de ensino.

Jaguari, _____ de _____ de _____ .

_____

Assinatura do Diretor da Instituição

(com carimbo)